

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

**SOBRE AS
SOBREPOSIÇÕES
DE
DEMARCAÇÕES
TERRITORIAIS**

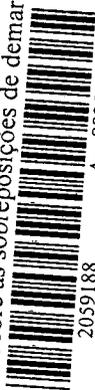
CLAUDIA M. BRAGA RIBEIRO

ORIENTADORA

**MARIA ADELIA DE SOUZA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E URBANO**

Autor: Ribeiro, Claudia M
Título: Sobre as sobreposições de demarc
2059188
Ac: 88254
Ex.1 UFSC BC CE



UFSC
PGCN
0026
Ex.1 BC

FLORIANÓPOLIS - SC

AGOSTO - 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

**SOBRE AS
SOBREPOSIÇÕES
DE
DEMARCAÇÕES
TERRITORIAIS**

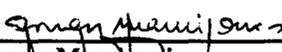
CLAUDIA M. BRAGA RIBEIRO

**Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia,
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano
do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento parcial dos
requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.**

Aprovada pela Comissão Examinadora em 21/08/1992



Prof^ª Dra. Maria Adelia A. de Souza - Orientadora



Prof^º Dr. Armen Mamigonian



Prof^º M. Sc. Ivo Sostisso

FLORIANÓPOLIS - SC

AGOSTO - 1992

Ribeiro, Claudia Maria Braga, 1962

sobre a sobreposição de demarcações territoriais/Claudia Maria Braga Ribeiro - Florianópolis, 1992

1. Geografia Urbana 2. Brasil - Santa Catarina. I.

Título.

AGRADECIMENTOS

À Maria Adélia de Souza, que ao aceitar-me como orientanda, apesar da hora imprópria e difícil, demonstrou compreensão que se estendeu até o final do trabalho;

Ao Curso de Mestrado em Geografia da UFSC - professores, funcionários e alunos - pela riqueza das relações acadêmicas e pela camaradagem;

À banca examinadora, pela disponibilidade e disposição em colaborar com o aperfeiçoamento deste texto;

A todos àqueles que tornam possível meu contato com os Movimentos Populares - CAPROM, Gabinete do Vereador Vitor Schmidt, Padre Wilson, etc... - pela ajuda e atenção dispensadas;

Aos amigos Elisa e Loureci Ribeiro que como Arquitetos, cidadãos e líderes me ensinaram mais do que os livros sobre o tema aqui tratado;

Ao artista Eduardo Verderame, pelo projeto gráfico que tornou muito mais agradável a leitura deste volume;

A todos àqueles que colaboraram com os serviços de datilografia, revisão, reprografia, etc..., insispensáveis e anônimos;

E finalmente aos meus pais, sem os quais nada teria começado, e aos meus irmãos cujos subsídios me permitiram chegar a bom termo;

Os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Tendo por base os conceitos de território e grupo social, criamos um terceiro - sobreposições de demarcações territoriais - utilizado na análise de processos simultâneos de territorialização (presença/ausência no espaço) e inserção política (participação/exclusão nas relações).

Estudamos o caso particular em que dois ou mais grupos empreendem - através de estratégias distintas - a demarcação de um mesmo espaço, cada um com o intuito de utilização exclusiva.

A análise se atém ao ponto em que coexistem duas ou mais demarcações sobrepostas no espaço e no tempo, isto é, até que se defina aquela que prevalecerá sobre as demais, viabilizando a apropriação exclusiva do grupo que a empreendeu.

Procuramos relacionar a ocorrência de SDTs às formas atuais de produção material e de sentido - hegemonicamente capitalistas - e as formas herdadas de um passado pré ou paleocapitalista.

Enfatizamos, finalmente, nos estudos empíricos, que as SDTs são vias de mão dupla, trilhadas tanto pelos grupos mal inseridos quanto por aqueles que regem os processos de territorialização e inserção política.

ABSTRACT

Based on the concepts of territory and social group, we created a third one - territorial demarcations superposition - used on the analysis of simultaneous processes of territorial occupancy (presence/absence in the space) and political insertion (participation/exclusion in relations).

We studied the particular case on which two or more groups undertake - by using different strategies - the same space demarcation, each one an exclusive use intention.

The analysis stucked to the point on wich coexist two or more demarcations superposed in space and time until the definition of with one will predominate over the others, making possible the exclusive appropriation by the group that undertook it

We tried to connect the territorial demarcations superposition with present way of material and sense production - hegemonicaly capitalist - and the ways inherited from a pre or paleaocapitalist past.

Finally we emphasized on the empirical studies, that the territorial demarcations superpositions are double way roads that are trodden by the no inset groups as well as by that ones that conduct the processes of territorial occupancy and political insertion.

RESUMMÉE

Appuïés sur les concepts de territoire et groupe social nous créons un troisième - superposition de démarcations territoriales - utilisé dans l'analyse de processus simultanés de territorialization (présence/manque dans l'espace) et insertion politique (participation/exclusion dans les relations).

Nous étudions particulièrement les cas où deux ou plus groupes sociaux entreprennent - utilisant des stratégies différents - la démarcation d'un même espace, chaque'un avec l'intention d'utilisation exclusive.

L'analyse s'appuie au point auquel deux (ou plus) démarcations coexistent superposées dans l'espace et dans le temps, c'est à dire, jusqu'à la définition de la démarcation capable de prévaloir sur les autres, en permettant l'appropriation exclusive du territoire par le groupe qui l'a entreprise.

Nous utilisons les cas empiriques pour montrer que les SDTs ce ne sont pas de voies de sens unique. Elles sont utilisées à tour de rôle par les groupes le plus écartés et par ceux qui régissent les processus de territorialization et insertion politique.

Essayons encore de rapporter l'existence des SDTs aux formes actuelles de production matériel et de sens - hegemoniquement capitalistes - et aux formes héritées d'un passé pré ou paleocapitaliste.

SUMÁRIO DE CONTEÚDOS

Ficha Catalográfica	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract	vii
Resumée	viii
Sumário de Conteúdos	ix
Sumário de Tabelas	xi
Sumário de Mapas	xiii
Sumário de Fotos	xvii
APRESENTAÇÃO	01
1. A autora	02
2. O tema	04
3. A pesquisa	08
I. CIRCUNSCRIÇÃO DO OBJETO	10
I.1. Circunscrição Teórica: Território	12
I.2. Circunscrição Empírica: Florianópolis	23
II. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO:	
SOBREPOSIÇÕES DE DEMARCAÇÕES TERRITORIAIS (SDT)	43
II.1. SDT e Estado	44
II.2. SDT e Propriedade Privada	51
II.3. SDT e Discurso Urbanístico	61
II.4. SDT e Política Estatal de Equipamentos	77
II.5. SDT e Movimentos Sociais no Brasil	84
II.6. SDT em si mesmas	103

III.	NOTÍCIAS DAS SDTs EM FLORIANÓPOLIS	132
III.1.	O Caso do Aterro do Saco dos Limões	133
III.2.	O Caso da Ocupação do Pasto do Gado	155
IV.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
V.	BIBLIOGRAFIA	178
VI.	ANEXOS	Vol. II
VI.1.	Listagem dos artigos de jornal consultados	Vol. II
VI.2.	Tabelas	Vol. II
VI.3.	Mapas	Vol. II

SUMÁRIO DE TABELAS

- Tabela I** - Extensão dos manguezais e dunas da Ilha de Santa Catarina
Fonte: Nascimento e Halff (1988)
- Tabela II** - Macrozoneamento do Município de Florianópolis
Fonte: IPUF, 1985
- Tabela III** - Evolução de despejos de resíduos humanos nas Baías de Florianópolis
Fonte: IBGE e CASAN citado por SANTOS, D. 1989
- Tabela IV** - Evolução da extensão da rede de esgotos de 1920 a 1988 em Florianópolis
Fonte: SANTOS, Dalton dos; Sistema de Esgoto em Florianópolis. 1989, pág. 284.
- Tabela V** - População não servida pela rede de esgotos de 1920 a 1988 em Florianópolis
Fonte: SANTOS, Dalton dos; Sistema de Esgoto em Florianópolis. 1989, pág. 284.
- Tabela VI** - Taxa anual de crescimento populacional da área conurbada do Município de Florianópolis
Fonte: IBGE
- Tabela VII** - Situação das favelas de Florianópolis Ilha e Estreito. 1989
Fonte: UFSC/CAPROM

Tabela VIII - IPUF-Orçamento 1992 - Programas de habitação popular, Programa plurianual de investimentos para 1992, 1993 e 1994
Fonte: IPUF, 1991

Tabela IX - Carência habitacionais e infra-estruturais das comunidades de baixa renda de Florianópolis
Fonte: IPUF, 1991

Tabela X - Evolução populacional de 10 comunidades de baixa renda do município de Florianópolis com mais de 10 anos de existência entre 1989 e 1991
Fonte: CAPROM (1989) e IPUF (1991)

Tabela XI - Evolução populacional de 5 comunidades de baixa renda do município de Florianópolis com mais de 10 anos de existência entre 1989 e 1990
Fonte: CAPROM (1989) e IPUF (1991)

Tabela XII - Evolução da População de Florianópolis de 1940 a 1980
Fonte: IBGE

Abreviaturas:

CAPROM - Centro de Apoio e Promoção do Migrante
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
ITESC - Instituto Tecnológico do Estado de Santa Catarina
UFSC - Universidade Federal da Santa Catarina

SUMÁRIO DE MAPAS

- Figura 1** - Estado de Santa Catarina: Região Metropolitana da Grande Florianópolis e área conurbada (propostas)
- Fonte: NEC
- Escala: Gráfica
-
- Figura 2** - Região Metropolitana da Grande Florianópolis e área conurbada
- Fonte: ITESC, 1991
- Escala: Gráfica
-
- Figura 3** - Localização das áreas de estudo no município de Florianópolis
- Fonte: A autora
- Escala: Gráfica
-
- Figura 4** - Sistema viário projetado para parte continental do Município de Florianópolis nas imediações da Área de Pasto do Gado
- Fonte: Plano diretor de Florianópolis, IPUF
- Escala: Gráfica
-
- Figura 5** - Pasto do Gado: Evolução do sistema viário em direção a área - 1969
- Fonte: Levantamento aerofotogramétrico de Florianópolis M.I. Departamento Nacional de Saneamento - 14 Distrito Geofoto S/A. Acervo SEPLAN, escala 1:10.000
- Escala: Gráfica

Figura 6 - Pasto do Gado: Evolução do sistema

viário em relação à área - 1986

Fonte:

IPUF - Planta cadastral de Florianópolis atualizada de Janeiro de 1977 para dezembro de 1986.

Base cartográfica:

levantamento aerofotogramétrico.

Acervo IPUF, escala 1:7.500

Escala:

Gráfica

Figura 7 - Pasto do Gado: Evolução do sistema

viário em direção à área - 1991

Fonte:

Planta de logradouros (distrito sede) atualizada pelo IPUF de 1969 para 1989/90.

Base Cartográfica:

levantamento aerofotogramétrico.

Acervo IPUF, escla 1:7.500

Fonte:

Croquis do CAPROM

Escala:

Gráfica

Figura 8 - Pasto do Gado: implantação das comunidades Chico Mendes, Nova Esperança e Nova União

Fonte:

CAPROM e IPUF

Escala:

1:1.000

Figura 9 - Pasto do Gado: conjunto habitacional popular da Cia de Habitação do Estado de Santa Catarina.

Fonte:

COHAB- SC

Escala:

1:1.000

Figura 10 - Saco dos Limões: Evolução do sistema viário em direção à área - 1938
Fonte: Fotos do litoral de Santa Catarina. Empresa Cruzeiro. A pedido da Marinha Brasileira. Acervo SEPLAN escala 1:20.000
Escala: Gráfica

Figura 11 - Saco dos limões: Evolução do sistema viário em direção à área - 1944
Fontes: Planta cadastral de Florianópolis executada pela ETUC (empresa de topografia Urbanismo e Constr. Ltda. Acervo IPUF, escala 1:5000
Escala: Gráfica

Figura 12 - Saco dos Limões: Evolução do sistema viário em direção à área - 1969
Fonte: Levantamento aerofotogramétrico Florianópolis M.I Departamento Nacional de Saneamento 14º Distrito - Geofoto S/A Acervo SEPLAN, escala 1:10.000
Fonte: Planta Cadastral elaborada com base no levantamento aerofotogrametrico. Acervo IPUF escala 1:2.000
Escala: Gráfica

Figura 13 - Saco dos Limões: Evolução do sistema viário em direção à área. - 1986
Fonte: Planta cadastral de Florianópolis atualizada pelo IPUF de janeiro de 1977 para dezembro de 1986.
Base cartográfica: Levantamento aerofotogramétrico. Acervo IPUF, escala 1:7.500
Escala: Gráfica

Figura 14 - Saco dos Limões: Evolução do sistema viário em direção à área - 1990

Fonte: Planta de logradouros (distrituo-sede) atualizada de 1969 para 1989/90.

Base cartográfica: Levantamento aerofotogramétrico. Acervo IPUF, escala 1:7.500

Escala: Gráfica

Figura 15 - Macrozoneamento do aterro do Saco dos Limões e plano piloto da via expressa sul propostos pelo núcleo de Estudos Catarinenses (NEC)

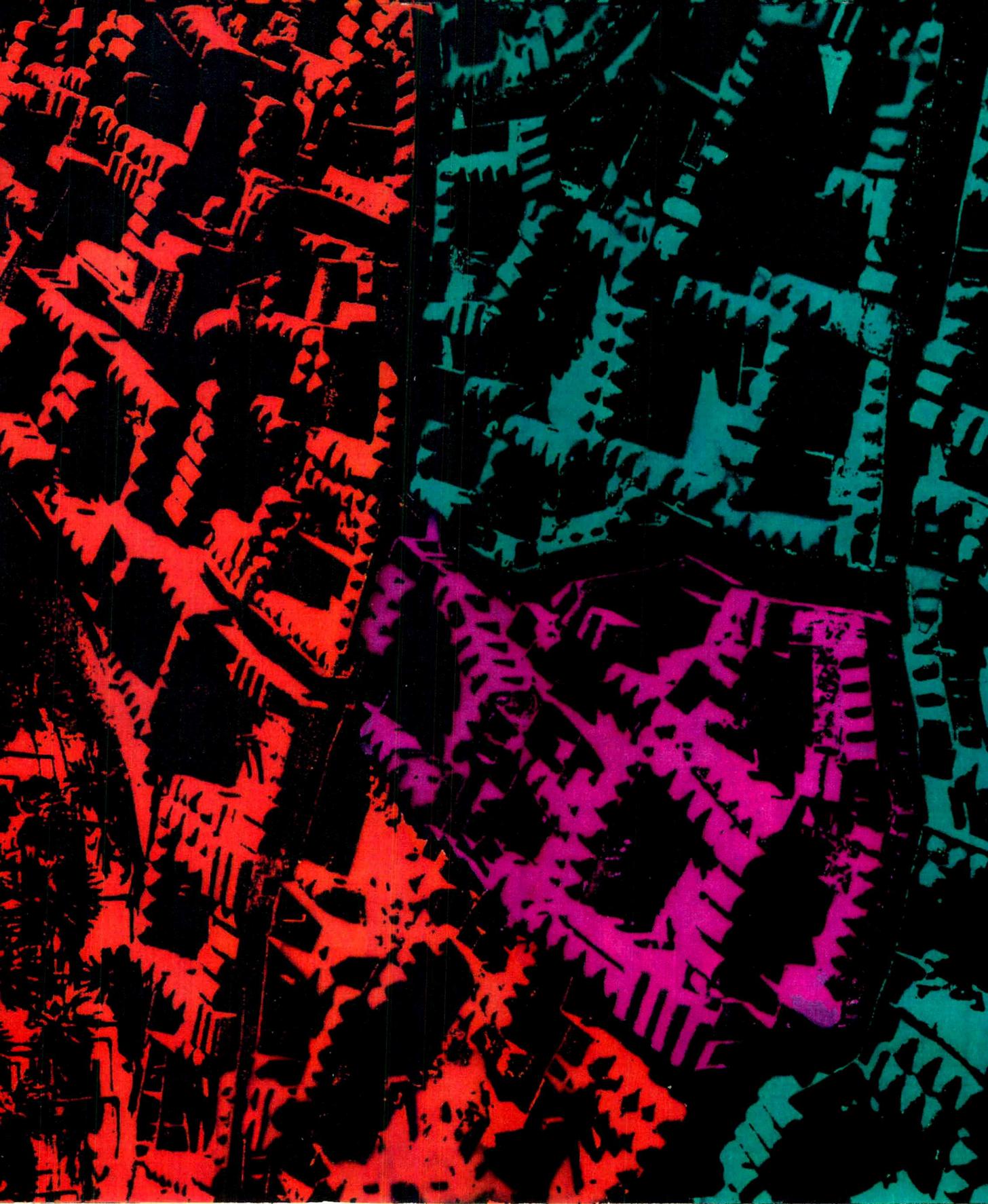
Fontes: UFSC, NEC. Plano Piloto Via Expressa Sul e Aterro do Saco do Limões. Folha 1 julho de 1989

Escala: Gráfica

SUMÁRIO DE FOTOS

Foto nº 1	-	Saco dos Limões: Vista parcial da baia em direção ao Sul
Fonte:	-	A autora
Foto nº 2	-	Saco dos Limões: Vista parcial da baia em direção ao Morro da Cruz
Fonte	-	A autora
Foto nº 3	-	Saco dos Limões: Muro de arrimo que sustenta o leito da via a beira mar
Fonte	-	A autora
Foto nº 4	-	Saco dos Limões: Abrigos de barcos à margem da via
Fonte	-	A autora
Foto nº 5	-	Saco dos Limões: Aterro existente na Costeira do Pirajubaé
Fonte	-	A autora
Foto nº 6	-	Saco dos Limões: Enchente no Rio Tavares
Fonte	-	CAPROM (Foto de Araujo)
Foto nº 7	-	Pasto do Gado: Crianças da comunidade Nova Esperança
Fonte	-	CAPROM
Foto nº 8	-	Pasto do Gado: Policiamento na Comunidade Nova Esperança
Fonte	-	CAPROM

- Foto nº 9 - Pasto do Gado: Comunidade Novo Horizonte logo depois da ocupação
- Fonte - CAPROM (Foto de Geraldo HOFFMANN)
- Foto nº 10 - Pasto do Gado: Comunidade Novo Horizonte em maio de 1991
- Fonte - CAPROM
- Foto nº 11 - Pasto do Gado: Comunidade Nova União, à Margem da BR 282
- Fonte - CAPROM
- Foto nº 12 - Pasto do Gado: Comunidade Chico Mendes, com conjunto Residencial Panorama à direita
- Fonte - CAPROM



apresentação

Apresentação

Nada mais estranho do que um autor que apresenta seu próprio trabalho. No entanto, por acreditar que é um mal necessário dividi esta tarefa em três partes, a fim de torná-la possível. Na primeira falo do que acredito pessoalmente ter sido o móvel deste trabalho, que como verão nada tem de científico; tudo que move o ser humano é primeiramente emocional e esta não é uma exceção.

Na segunda situo o leitor no tema para que ele possa decidir - caso não pertença à banca desta dissertação, se prosseguirá no intuito ou não. E finalmente, na terceira falo da pesquisa, principalmente da sucessão de recortes teóricos que ela sofreu até chegar a ser o estudo que vocês - se tudo correr bem - vão ler a partir de agora.

1. A Autora

Nasci em Santos mas me criei no bairro da Aclimação, Cidade de São Paulo onde há trinta anos a mesma casa - construída há mais de sessenta pelos meus avós - é ponto de chegada e partida de todas minhas andanças. Grande abrigo, casa de meus pais, referência absoluta. Talvez daí a preocupação com os que não tiveram a mesma sorte.

O contato com a realidade veio aos 16 anos, através da Comunidade Eclesial de Base de Vila Palmares, Santo André, onde participava como ilustradora, de um grupo de alfabetização de adultos. Em 1970, auge das greves dos metalúrgicos do ABC paulista, a paróquia coletava alimentos para os grevistas. Cada dia tínhamos que estacionar o carro mais longe, até que os

telefones da equipe, escritos na parede, foram apagados por medida de precaução. Os mais velhos contavam histórias tenebrosas, responsáveis pelo abandono da minha veia política antes mesmo que ela se tornasse saliente o suficiente para ser notada.

Em 1980, aos 17, a Universidade de São Paulo: Arquitetura. A ligação com a Igreja provocava comentários entre os colegas, nem sempre elogios. Alguns mestres me falaram da Grande Arquitetura Moderna Brasileira, outros como Ermínia Maricato, tratavam o tempo todo de periferia e habitação popular. Ninguém imaginava que, tempos depois, Ermínia chegaria a Secretaria Municipal de Habitação, pelo então recém criado Partido dos Trabalhadores. Desde o início do curso a preocupação: que espécie de arquiteto ser, aquele que realiza grandes projetos arquitetônicos ou o que atua nos movimentos populares, desenvolvendo projetos políticos? Durante todo o curso fui incapaz de optar.

Formada, senti falta do clima da universidade e em um ano ingressei no mestrado em Geografia da UFSC. Em Florianópolis, dividia meu tempo entre aulas, leituras e os ateliers de gravura do Centro Integrado de Cultura.

Em 1989 defendi a qualificação, em 1990 fiz minha primeira exposição individual, e em 1991 a primeira residência que projetei como autônoma foi construída. Desde então, venho tentando dar ordem a minha tripla formação: Arquitetura - curso que escolhi aos 10 anos; Geografia - formação teórica que ampliou minha compreensão da realidade; Artes - eterno retorno intuitivo ao prazer do conhecimento.

Este é um trabalho sem dúvida marcado pelo hibridismo desta formação, que é também o meu. Responde algumas questões que me fiz aos 16 anos no ABC, cria outras que ainda não sou capaz de responder e suscita dúvidas que sequer sei formular por escrito. É, de longe, meu maior esforço teórico. Espero que não seja de todo vão.

2. O Tema

Prova de que território não é uma questão de superfície nem uma definição da geografia física é o nosso território brasileiro. Com seus 8.511.965 km², aparentemente tão vasto quanto a população brasileira, tem se tornado cada vez menor em relação a ela. A maneira como tem sido dividido, através das sucessivas demarcações territoriais que se sobrepõem, decorrentes (e determinantes) dos sucessivos pactos sociais que se sucedem, reduz a cada dia a possibilidade da população "caber" no Brasil.

Insisto: não é uma questão de falta de espaço "físico", mas sim de democracia (*), se ainda podemos falar dela como forma desejada de organização social.

(*) "A Democracia é besteira, e a besteira é importante, essencial até. O direito a besteira! Mas forte ainda do que o direito a histeria ou a dialética? Não ! Apenas viver com, viver com tudo isso, com toda esta gente! ". (Trecho de uma carta de Guattari a Suely Rolnik. Paris 08/02/83, publicada em Micropolítica Cartografias do desejo. Vozes, 1986. pag. 153.)

O adiamento eterno das redemarcações - agrária e urbana- não é só um problema de divisão de terras, e sim de má inserção da maioria da população brasileira nos processos macropolíticos de decisão e micropolíticos de organização destas decisões.

A posição desfavorável nas decisões revela - é cenário, instrumento e resultado - da correspondente má inserção no âmbito espacial, na demarcação territorial.

Se a relação com o poder cristalizado em Aparelho de Estado e com os fluxos de poder distribuídos no âmbito da sociedade não é de participação mas de exclusão, a relação com a riqueza e com a forma espacializada da riqueza, também o será. Durante vinte anos tivemos os canais de participação e os fluxos de poder social obstruídos. As condições atuais de divisão do território nacional são a forma espacial desta exclusão política a que estivemos sujeitos sem nos sujeitar. Se nesse longo período autoritário os canais democráticos de participação efetiva estiveram seriamente comprometidos, sofrendo atrofia, reagem hoje à fisioterapia. Se usados ininterruptamente, podem vir a tornar-se novamente aptos e ativos.

A frequência com que encontramos hoje, nos jornais brasileiros, manchetes relatando ocupações de terras - no campo e na cidade - pode ser uma demonstração de que a população brasileira, não sabemos se por desespero econômico, cansaço político, ou provavelmente ambos, está exercitando seus meios de inserção macro e micro políticos (e porque não arriscar a dizer democráticos?).

Curiosamente outros podem pensar justamente o contrário: que o povo brasileiro toma, cada vez mais, atitudes desesperadas e autoritárias em relação a esta questão, desrespeitando as leis, os direitos individuais de propriedade, para se inserir tirando proveito próprio da situação de indefinição e ingerência em que se encontra o País. Seriam as ocupações a prevalência da lei do mais forte se propagando, de cima para baixo, indiscriminadamente, por toda a sociedade brasileira?

Não cremos.

As formas nem sempre legais de apropriação do espaço, empreendidas hoje por grande parte da população brasileira, são vistas aqui como formas ativas de reação à exclusão, vivenciada não mais como imutável, inexorável, e aí encontramos o sentido de revitalização da democracia. É claro que tais atitudes não são legítimas em todos os contextos nem para todos os agentes sociais.

Neste sentido não há igualdade entre os cidadãos, mas singularidades específicas que só podem ser estudadas caso a caso. Não fica afastada a possibilidade destas singularidades caírem em formas autoritárias de expressão. É um risco que correm, assim como o risco de serem "recuperadas".

Tentaremos empreender neste trabalho uma interpretação destes processos de inclusão, baseada no que chamamos **Sobreposições de demarcações territoriais (SDT)**, que trata-se para nós de uma espécie de conceito aberto. Associa várias formas distintas de inserção populacional no território ao invés de afastá-las e distinguí-las, o que consideramos um valor positivo desta possível forma de análise. Tal abordagem relaciona acontecimentos aparentemente distantes, como a frequência cada vez maior de ocupações e favelas nas maiores cidades brasileiras e a crescente terceiro-mundização de zonas consideráveis do território europeu.

O que os aproxima, ao nosso ver, é uma "pressão" que se dá sobre toda a riqueza espacializada em forma de primeiro mundo. Ela é a forma mais geral e ampla que assume a questão que tratamos aqui: a circunscrição de um bem espacial por um grupo para seu uso exclusivo, isto é, a demarcação territorial e os conflitos resultantes da disputa pela sua efetivação em detrimento de outros grupos interessados.

Todo o território ricamente equipado da superfície da terra é pressionado e ameaçado de ocupação pelos contingentes populacionais pobres, na sua movimentação em busca de melhores condições de vida.

A diferença fundamental, grosso modo, é a questão de escala: A América Central penetra os Estados Unidos dia após dia, a África, a Europa, da mesma forma que populações das regiões mais pobres do Brasil ocupam o eixo menos pobre entre Rio de Janeiro e São Paulo. Grupos organizados ocupam terrenos privados, pessoas entram em casas abandonadas e ficam morando lá até serem descobertas e expulsas, para novamente saírem em busca de um lugar para viver.... A movimentação assume caráter planetário.

As ações de penetração, impossíveis de serem previstas, muito difíceis de serem contidas, podem se manifestar de diversas formas, das mais pacíficas e submissas as mais violentas. São movidas pelo próprio instinto de vida e de afirmação.

Aquele que se ressentido da sua forma de inserção no poder e na riqueza, que está desgostoso com a vida que leva, a todo momento opta entre a ação transformadora e a impotência. A impotência também pode se manifestar através da ação, mas esta se revela ressentida e desesperada, sob formas diversas de revanchismo. Só a ação que consegue livrar-se desta cilada transforma-se em confrontação, e afirmativa torna-se capaz de agir por si mesma, negando-se as formas passivas de sujeição e exclusão.

Aquele que expressa sua vontade - de poder, de riqueza, de espaço - de maneira afirmativa, remexe as formas cristalizadas de demarcação destes valores objetivos e subjetivos, provocando o redesenho de suas formas e gerando novas possibilidades de equilíbrio - instáveis e vacilantes - que no mais das vezes significam um acréscimo de intensidade na série mudança, em direção à democracia. Guiados por este sentimento, apresentaremos neste trabalho, nossas ideias sobre o tema.

3. A Pesquisa

Quando, em 1987, redigi pela primeira vez o plano desta pesquisa, pretendia estudar todo o litoral sul, sob a ótica mais ampla possível. O tempo e as pesquisas que realizei no decorrer do curso me alertaram de que, na prática, quanto maior o objeto mais lugares comuns conseguimos dizer sobre eles, e que os "pequenos objetos" podem ser mostrados na sua imbricação com a totalidade. Assim passei a estudar as terras de marinha da Ilha de Santa Catarina.

Em 1988, um segundo recorte me pareceu mais preciso. Na Ilha, estudaria apenas os terrenos litorâneos públicos que, enquadrados na categoria de preservação permanente

(APP), tivessem sido objeto de construção, violando seu caráter jurídico "non aedificandi" expresso no Plano Diretor do município. O documento apresentado para minha qualificação, em 1989 ateu-se a este tema, mas o projeto de pesquisa esboçado era por demais ambicioso, necessitando nova reestruturação.

Nos meses seguintes, dediquei-me à análise da situação geral das ocupações irregulares no município, realizando levantamento sobre o tema nos jornais locais e estabelecendo contacto com as lideranças dos movimentos populares em Florianópolis. Surgiu o interesse pelas ocupações organizadas de terra urbana que vinham acontecendo recentemente no município, assunto secundário na qualificação. O aprofundamento da questão exigiu que revisitasse vários conceitos-chaves na análise geográfica e afastou-me do enfoque jurídico que havia norteado o trabalho até então. Ao mesmo tempo fez-me retomar o conceito de Sobreposição de Demarcações Territoriais, esboçado na qualificação, eixo estrutural do documento final que ora apresento, amarração de todas as trilhas teóricas e empíricas que percorri.

Tais trilhas teóricas estão descritas no Capítulo II - Conceituação do objeto - onde entrevejo a relação entre os conceitos geográficos revisitados e o aqui criado - Sobreposições de Demarcações Territoriais. As empíricas compõem o de número III, que com o segundo, dá corpo ao texto.

Muitos foram os percalços. Nas idas e vindas, realizei trabalhos que não constam neste volume e deixei de realizar outros, que poderiam enriquecê-lo. O maior aprendizado, referente às questões de método tão sabiamente enfatizadas na orientação, permeia o texto de forma invisível, dando-lhe estrutura. Sem mais delongas, vamos a ele.

I. Circunscrição do Objeto

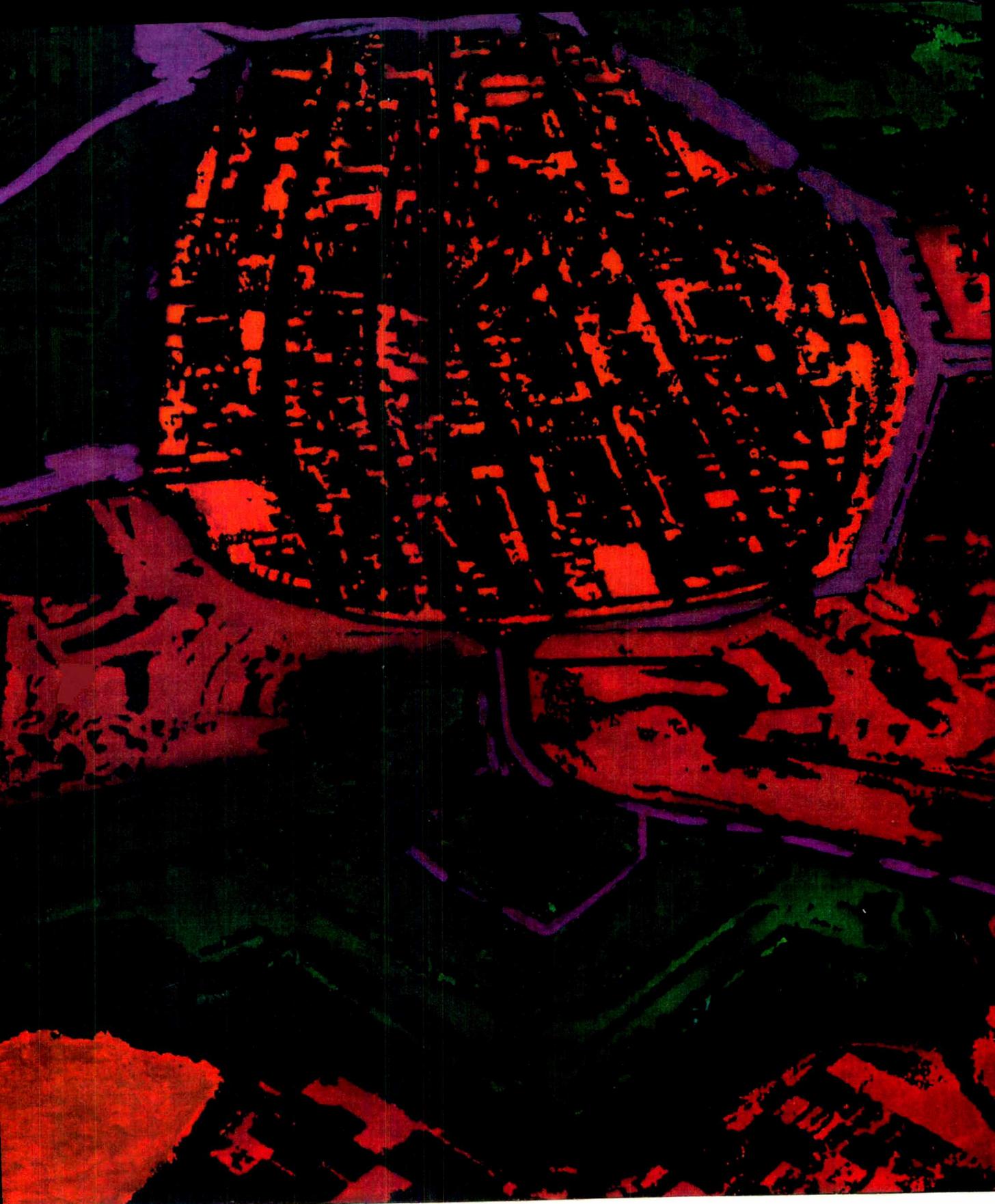
Hoje, diversos discursos teóricos coexistem, expressões da elaboração científica dos vários grupos sociais em que a sociedade está dividida. Identificá-los é tarefa possível para aqueles que se detém aos conceitos teóricos e empíricos utilizados e ao tratamento que lhes é dado em cada um.

A noção de verdade é substituída pela de validade para determinado grupo de estudiosos, pertencentes a determinado grupo social, em um tempo dado, para uma dada realidade. Tal "relatividade" exige que aquele que lida com o conhecimento exhiba, antes de mais nada, os instrumentos que considera válidos e úteis ao seu discurso, a fim de que este possa ser

identificado e, posteriormente, aceito ou não como válido pelo leitor, ou melhor, por cada leitor específico.

Por isso introduzimos este capítulo ao corpo do trabalho, cujo peso real se encontra nos outros dois, como que para prefaciá-los, ou seja, apresentar as armas que utilizaremos amplamente nos seguintes.

No primeiro item (I.1) esclarecemos quais as nossas referências teóricas adotando um conceito de território que prepara nossa discussão teórica do capítulo II. No item seguinte (I.2), damos a conhecer algumas especificidades do objeto empírico de nossas especulações - a cidade de Florianópolis - que encaminham os pequenos estudos de caso do capítulo III. Vamos a isto.



I. circunscricção do objeto

"A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam todos juntos" (1)

I.1. Circunscrição Teórica: Território

Impossível falar de Sobreposições de Demarcações Territoriais sem deixar claro, antes, o que entendemos por território. Para isso, gostaríamos de fazer nossas as palavras de Moraes:

"Cabem algumas palavras sobre o conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica, como habitat, região ou área.

Sua escolha recai no atributo de ser o uso social seu elemento definidor. Isto é, a própria apropriação qualifica uma porção da Terra como sendo um território. Este conceito é informulável sem o recurso a um grupo social que o ocupa e explora, inexistindo enquanto realidade apenas natural. (2)

A reciprocidade entre território e grupo social é muito mais complexa do que uma relação biunívoca, do tipo que faria corresponder a cada fração da sociedade total - grupo social - uma parcela do espaço total: território. Guattari e Deleuze chamaram atenção para este fato teórico em 1973:

(1) SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão, Ed. Nobel, São Paulo, 1987 (Coleção Espaços).

(2) MORAES, A. C. Robert de, Bases da Formação Territorial do Brasil. O território colonial Brasileiro no longo século XVI. Tese de doutoramento apresentada a FFCL-USP, São Paulo, 1991

"...Le territoire y est parfois conçu comme en correspondance bi-univoque avec telle ou telle formation sociale, sans mettre en valeur la multiplicité de territoires que se superposent, s'enchevêtrent, se différencient e se délimitent, s'interpén trent ou s'opposent point à point, etc..!! (3)

Em geografia, como em matemática, a relação biunívoca é um caso particular de ordenação dos elementos. No nosso caso ele pouco se manifesta. Predominam o caos de territórios bígamos, polígamos, sobrepostos, onde vários grupos sociais exercem parcial domínio, em permanente conflito entre si, cada um na luta para ampliar suas possibilidades de apropriação e uso exclusivo. É no confronto que os territórios se encadeiam, embaraçam, sobrepõem. Esclarecemos que para entender o que compreendemos por territórios sobrepostos é preciso tomar o conceito de território no que ele tem de mais social e menos físico: sua demarcação, ou seja, aquilo que Guattari e Deleuse chamaram de "*inscription territoriale*":

"Inscription territoriale: Ce n'est pas un concept, c'est l'indice d'un problème que renvoie d'une part à la puissance d'inscription, l'instance dominatrice l'état, le capital, que marque un quelque chose qui désormais s'enregistre comme territoire. C'est d'autre part une façon de s'empêcher de considérer d s le départ que le territoire n'est que une surface passive o se projettent telle ou telle instance social ou politique (4).

Vale lembrar também que se existem territórios polígamos, encadeados, sobrepostos, não existem territórios virgens e isolados:

"Não existe um só ponto do globo que possa ser considerado isolado" (5)

(3) DELEUSE, GUATTARI et alli, "*Genealogie du Capital Les équipements du pouvoir*" in *Recherches*, nº 13, Paris, 1973, pag. 67.

(4) DELEUSE, GUATTARI et alli, op. cit., pag. 67

(5) SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1988, pag. 30.

"Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupação e intenções econômicas e políticas." (6)

É fato. Hoje cada lugar é objeto de pressões econômicas e políticas resultantes dos interesses divergentes, concorrentes ou contrapostos dos diferentes grupos sociais em que a sociedade global esta dividida, seja nos seus fluxos locais, seja nos seus fluxos mais internacionalizados, todos interdependentes. Esta é a condição de existência do período técnico-científico atual:

"Hoje, o que não é mundializado é condição de mundialização." (7)

Ao contrário do que possa parecer, a interdependência, a existência de um espaço mundializado e de uma sociedade global não une os grupos sociais nem liberta os indivíduos. Apenas faz com que apareçam todos juntos. Os indivíduos permanecem divididos em grupos e em Estados-nação, ainda que a organização destes esteja submetida a nova "ordem" mundial. Bobbio nos fala do papel dos grupos na sociedade atual:

"Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política de uma sociedade democrática, na qual não existe mais um soberano, o povo ou a nação, composta por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do governo, na qual não existe mais o povo como unidade ideal ou mística, mas apenas o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes com a sua relativa autonomia diante do governo central". (8)

(6) Ibidem, pag. 64

(7) SANTOS, M., Ibidem, pag. 15

(8) BOBBIO, Norberto., O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989, pag. 23.

Bobbio nos mostra como internamente, os grupos sociais mantêm relativa autonomia com relação ao governo central. Milton Santos, de forma complementar, aponta o duplo caráter do Estado quanto as relações externas que mantêm, - enquanto representante de uma nação - com os vetores sociais exógenos indutores da mundialização:

"Os estados, cujo número se multiplicou devido às novas condições históricas, constituem um sistema mundial, mas individualmente eles são, ao mesmo tempo, uma porta de entrada e uma barreira para as influências exógenas. Sua ação embora autoritária, assenta nas realidades pré-existentes e por isso jamais induz uma mundialização completa das estruturas profundas da nação. Mas isto não basta para impedir que se fale de mundialização." (9)

Um exemplo do duplo caráter dos estados-nação - barreiras e portas para as influências exógenas - são as tentativas dos países ricos de conter o afluxo de migrantes em suas fronteiras nacionais, organizando-se inclusive de forma supra-nacional.

Todos sabemos que durante o período colonial, alguns estados-nação europeus enriqueceram como a extração de riqueza praticada em relação às colônias e que esta possibilitou a "acumulação primitiva" de que nos fala Marx, e a mudança radical na organização material e de sentido que hoje chamamos capitalismo.

Os territórios ricos hoje existentes foram produzidos em alguns séculos, através da espacialização desta nova ordem. Suas populações desenvolveram formas de saber, de poder, de riqueza e de democracia restritas à posição intra-muros, enquanto extra-muros eram utilizados muitas vezes métodos muito pouco evoluídos de manter a dominação e a exploração.

(9) SANTOS, *Metamorfoses*, op. cit., pag. 15

A pobreza espacializada extra-muros, produzida com os "grandes descobrimentos", assumiu através do tempo diversas formas, até a disputa de mercados para produtos (neo-colonialismo) e para aplicação de capitais.

Esta expansão dos modos hegemônicos de produção e de vida está representada hoje pelo fluxo de mercadorias, capitais, idéias, etc... que se torna cada vez mais mundializado, internacional, envolvendo diversos Estados-Nação num mesmo modelo de organização da riqueza e do espaço. Destas nações, algumas são extremamente pobres, outras extremamente ricas mas, se diferem na forma, não diferem na intenção: todas querem ser ricas! Os diferentes graus de realização deste desejo dependem da inserção atual na série "desenvolvimento capitalista". Um dos pontos nodais da questão territorial internacional consiste no fato do suporte territorial do "desenvolvimento capitalista" permanecer sendo, em grande parte, o Estado Nacional, que combina brilhantemente origem arcaica com sua vocação ultramoderna de planetizar os processos de produção. A questão se agrava se pensarmos que, numa projeção do Banco Mundial para o ano 2025, a população dos países ricos foi estimada em um bilhão de habitantes, enquanto a dos países pobres somaria sete bilhões. A primeira com tendências a se estabilizar, a segunda em crescente avanço numérico. Tudo isto leva os países ricos a temer a destruição de seus enclaves de riqueza e "modernidade", ameaçados pela "pressão" constante de fluxos intermináveis de migrantes pobres, provenientes de países pobres. Estes, entretanto, não parecem querer destruir os espaços de riqueza construídos em séculos de organização, sobre seu próprio espólio.

Querem antes inserir-se, desfrutar destas ilhas de "bem estar social", gozar de seus privilégios, o que não exclui a possibilidade de descaracterização destes espaços tais como estão organizados hoje. A impressão que se tem é que quanto mais as demarcações restritivas empreendidas pelos Estados-Nação - individualmente ou em grupo como na Europa - se aperfeiçoam, mais o território ricamente equipado da Terra é pressionado e ameaçado de ocupação pelos contingentes populacionais pobres, na sua movimentação planetária em busca de melhores condições de vida.

Fechando este comentário, fazemos nossas as palavras de Guattari sobre o assunto:

As oposições dualistas tradicionais que guiaram o pensamento social e as cartografias geopolíticas chegaram ao fim. Os conflitos permanecem mas engajam sistemas multipolares incompatíveis com adesões a bandeiras ideológicas maniqueístas. Por exemplo, a oposição entre Terceiro Mundo e mundo desenvolvido explode por todo lado (...) Não nos enganemos: a grande agitação em torno da unificação econômica da Comunidade Européia em nada refreará esta terceiro - mundização de zonas consideráveis da Europa". (10)

Afinal, o que a nação, ou o que restou dela com a divisão cada vez mais forte em grupos menores, espera do Estado? Acreditamos que o Estado que conseguir, hoje:

- a. Apresentar um projeto cívico para a nação que representa, não completamente subordinado aos ditames econômicos das operações mundializadas;
- b. Desenvolver uma forma de organização político-territorial unitária compatível com o projeto cívico, capaz de assegurar a todos os seus habitantes os bens e serviços indispensáveis à vida onde quer que eles estejam;
- c. Ater-se as formas democráticas de relação, seja com seus nacionais sejam com as demais nações e indivíduos;

(10) GUATTARI, F. As três Ecologias. Ed. Papirus, SP, 1991, pag. 13

É um Estado altamente competente cujo território, provavelmente receberá enorme afluxo de grupos estrangeiros na sua maioria pobres, que não podem locomover-se periodicamente. Concordamos quando Milton Santos diz:

"A migração, em última instância, é sem paradoxo, consequência também da imobilidade. Quem pode (...) vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica." (11)

Voltemos ao período colonial, e lembremos que nós - enquanto Estado Nacional - sequer existíamos, subordinados que estávamos a metrópole portuguesa. Com a invasão do que hoje chamamos território nacional pelos europeus, especificamente Portugueses (e espanhóis) as terras "descobertas" passam a pertencer à Coroa portuguesa por direito de conquista.

O "Descobrimento" foi, ao nosso ver, a primeira grande sobreposição de demarcações territoriais envolvendo o que viria a ser a nação brasileira, e marcou profundamente nossa organização político-territorial. Foi ele que permitiu através dos estatutos jurídicos que impôs, a primeira transferência de terras a particulares - os donatários - através das capitânias hereditárias. Não nos cabe aqui discutir o grau de "feudalidade" destes estatutos. Consideraremos apenas que sua imposição criou a primeira organização político-territorial "nacional" única, que se sobrepôs - vias de fato e juridicamente - às várias formas de organização das nações indígenas que viviam anteriormente no território em questão.

Até hoje o Brasil enfrenta, além das dificuldades que se impõe a todas as nações no período altamente complexo de organizações mundializada que vivemos, outras que lhe são peculiares, resultantes do seu processo específico de formação sócio-territorial. Moraes aponta algumas delas.

(11) SANTOS, M., *Metamorfoses*, op. cit., pag. 56

"País de dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos países do mundo atual a não ter seu território ainda plenamente constituído, conhecendo fronteiras em movimento.

A história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade. Tal situação marca profundamente nosso desenvolvimento.

Já em termos genéticos, a história do Brasil remonta ao expansionismo lusitano. O país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial. (...) o imperativo da apropriação constante pode mesmo ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira (...)
O papel jogado pela formação territorial na armação política do Brasil é exemplar." (12)

De certa maneira, é como se as formas de valorização colonial do espaço, baseadas, segundo Moraes no "controle do fator trabalho" (13) e na combinação do padrão voltado para fora com o avanço interno caracterizado pelo movimento de forte caráter extensivo (14) fossem responsáveis por certas rugosidades (*) que condicionam o modelo de valorização atual:

"O móvel da conquista não se restringe ao período inicial da instalação, mas permanece como motor constante do dinamismo interno da formação territorial". (15)

(12) Moraes, op. cit., pags. 10 e 11

(13) Moraes, ibdem, pag. 366 e seguintes

(14) Moraes, ibdem, pag. 367 e seguintes

(15) Moraes, ibdem, pag. 367

(*) O termo é do Professor M. SANTOS

Não nos estenderemos nestes comentários genealógicos sobre a formação do território brasileiro. Acrescentamos apenas dois comentários de Milton Santos:

"A história do Brasil é também a história de verdadeiros pactos territoriais"

(...)

"Tais pactos territoriais tem sido uma peça indispensável para que a sociedade civil ganhe uma cara jurídica, a forma como pode legalmente intervir no processo político-jurídico. Na verdade, tais pactos tem servido, com mais ou menos força, para fazer abortarem, na prática, os projetos da própria sociedade civil (...) O que faz falta é a proposição de um pacto territorial estrutural, conjunto de propostas visando a um uso do território coerente com um projeto de país." (16)

Se mencionamos aqui as condições herdadas da formação sócio-territorial colonial brasileira é porque acreditamos que elas interagem com as relações atuais na determinação do modelo ora vigente de organização territorial e política, que propicia formas de demarcação sujeitas a graus muito elevados de sobreposições e conflitos de todas as espécies.

Este exemplo é o nosso exemplo, basta por hora para refletirmos quantas limitações os juízos de valor baseados na letra de lei podem apresentar quando estas leis foram escritas por um grupo e impostas aos demais grupos envolvidos, como no caso do "descobrimento".

Santos, que além de espacólogo tem formação específica em Direito comentou:

"A vida em sociedade se complicou ao extremo nestes últimos decênios desafiando a hermenêutica, vistas as numerosas figuras novas introduzidas no conjunto das relações sociais" (17)

(16) SANTOS, M. O espaço do cidadão, op. cit., pag. 104

(17) SANTOS, O espaço do cidadão, op. cit., pag. 68

"A lei não se esgota no direito. A lei é apenas o direito positivo, fruto de um equilíbrio de interesses de poder. Daí ser legítima a procura de um novo equilíbrio, i.é., um novo direito (18)

Multiplicam-se, hoje, no Brasil, demarcações territoriais não respaldadas nas formas jurídicas pré-estabelecidas para o conjunto da sociedade, empreendidas por diversos grupos que procuram novos direitos (ou um novo direito?).

Estas formas freqüentemente se sobrepõem àquelas demarcadas anteriormente pelo processo legal, com base no estatuto da propriedade privada, que faz a divisão oficial entre terras públicas, privadas, e devolutas (ou res nullis), i.é., que a ninguém pertencem. Desta demarcação legal derivam as formas de tributação, os contratos de compra e venda, as transmissões por herança, assim como as formas jurídicas do usucapião, desapropriação, cessão, etc...

Cada grupo social, dos mais hegemônicos aos mais excluídos, inventa formas de burlar as que lhe prejudicam e estender infinitamente as que lhe favorecem. Incapazes de fazer valer sua vontade, os mais excluídos do processo decisório são cada vez mais prejudicados na partilha da riqueza, do poder e do território, agindo de forma alheia às regras gerais do jogo, na tentativa de reintegrar-se a ele. As conseqüências são inúmeras. A falta de qualquer coesão dos grupos, relacionada a ausência de projeto cívico para a nação, só faz agravá-las e dar-lhe novas formas a cada dia. O território, cada vez mais bígamo e mais sobreposto, torna-se ele próprio causa ativa de novas sobreposições, que por sua vez rearticulam os grupos no que se refere a sua presença/ausência no território e na sua inserção/exclusão das decisões políticas que lhe são intrínsecas.

(18) SANTOS, O espaço da cidadão, op. cit., pag. 80

O motor principal deste estudo é a certeza de que esta situação, apesar da complexidade que apresenta, merece ser tratada por ser absolutamente central para a re-definição do nosso futuro enquanto "grupos de uma mesma nação", que necessitam de um projeto de vida em comum.

"Imponente vista! Aos nossos pés, o mar azul, subindo no horizonte, como parece, sempre que do alto contemplamos sua superfície. Mas exatamente abaixo de nós, uma baía azul, isolada, e um grande lago, em torno do qual se estendem próspera plantação, bonitas casas de residência ou íngrimes morros cobertos de mato (...)

Em dado lugar, as margens, formando duas pontas foram ligadas por uma ponte ... (19)

1.2. Circunscrição Empírica: Florianópolis

Em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil, verifica-se hoje intenso processo de urbanização. Este resulta principalmente do crescimento da procura sazonal dos balneários da Ilha de Santa Catarina para fins de lazer, do afluxo de população rural e urbana de outros municípios do Estado e de outros estados da Federação, além, é claro, do crescimento vegetativo da população urbana local.

O espaço municipal como um todo, e também os municípios vizinhos em fase de conurbação, ultrapassam um momento de consolidação de mudanças estruturais profundas que arriscaríamos identificar com o "primeiro período de modernização técnica para uma sociedade (isto é, o momento em que ela sofre o primeiro impacto da ordem capitalista internacional)" (20)

É neste momento decisivo, que são definidas as formas do território que irão afetar sua ocupação futura e sua repartição entre os diferentes agentes sociais, resultantes dos pactos entre os diferentes interesses, medida da correlação de forças. As formas pré-

(19) AVÉ, Lallemant, Robert., Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, Ed. Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1980, pag. 17

(20) SANTOS, Milton; Espaço e Método, Nobel, SP, 1985, pag. 55.

capitalistas de organização e produção do território são homogeneizadas, enquanto o espaço é preparado para receber a reestruturação capitalista.

Características específicas do sítio geográfico da Ilha de Santa Catarina contribuem para que as transformações assumam formas especialmente complexas. Seu processo geológico e geomorfológico de formação torna inúmeros espaços - manguezais, dunas, encostas de grande declividade - teoricamente impróprios ao uso de urbanização. Nascimento e Halff (1988) afirmam que cerca de 28.81 km² da Ilha são cobertos por dunas e manguezais (vide tabela I).

Esta especificidade condicionou sobremaneira a legislação que orienta o uso e ocupação do território municipal, a qual destina aproximadamente 50% da área deste à preservação permanente (vide tabela II). As extensões a serem preservadas contrastam com a exigüidade relativa das porções destinadas a ocupação urbana de alta densidade, que representam menos de 20% do total.

A divisão territorial explicitada no plano diretor em vigor, que determina os usos legalmente previstos e permitidos, assume portanto cunho altamente restritivo da ocupação urbana de alta densidade. O caráter preservacionista amplamente justificado diante da riqueza da paisagem e vegetação locais tem sido motivo para que as leis sejam sistematicamente burladas ou simplesmente ignoradas pelos diferentes agentes sociais envolvidos na produção do espaço em questão, favorecendo a existência de sobreposições territoriais de toda ordem.

Não nos ateremos aqui aos aspectos jurídicos, que foram assunto central do documento referente a nossa qualificação para este mestrado (*). Destacamos apenas que a interdição de 50% da área do município para uso de urbanização de alta densidade, aplicada pelo plano em vigor, contribui para valorizar os terrenos legalmente

(*) RIBEIRO, C.M.B. "Nós Vamos Invadir sua Praia": Invasão de Espaços públicos litorâneos "Non Aedificandi" na Ilha de Santa Catarina, UFSC, 1989.

Aos interessados, sugiro a leitura do item 1.1. deste, sobretudo pag. 5 e seguintes.

urbanizáveis, tornando-os inacessíveis à maior parte dos habitantes do município e acirrando os confrontos entre os diferentes grupos sociais na disputa pelo território. O conflito se explicita nas constantes alterações que a lei 2.193/85 - que implementa o Plano - vem sofrendo desde a sua implantação, assim como pela iniciativa do próprio órgão municipal de planejamento de encaminhar em 1989 - Prefeitura de Esperidião Amim - outro projeto de lei à Câmara, de um novo plano diretor para o Município. Uma rápida avaliação do trâmite jurídico deste documento nos dará melhor noção da complexidade da questão. Apesar de ter dado entrada na Câmara há dois anos, não foi até o presente momento colocado na ordem do dia pela mesa diretora composta por quatro vereadores da situação, condição indispensável para que seja discutido e votado.

Nem todos os vereadores de oposição, que reclamam providências e denunciam o procedimento da mesa como vergonhoso, têm posição manifesta sobre o novo projeto, porém os mais atuantes já buscaram os jornais para tornar público o seu protesto e manifestar sua posição. A vereadora Clair Castilhos (PSDB) afirma que o plano "está recheado de surpresas escabrosas para o município" (21). João Guizoni (PC do B) relata que as inúmeras alterações parciais que o plano em vigor já sofreu "beneficiam os interesses de grupos imobiliários" (22). Vitor Schimidt manifesta-se a favor da votação: " O importante é a mudança total do atual plano diretor" (23).

Políticos dos partidos de situação (PDS e PFL) reunidos sob a legenda "União por Santa Catarina" estão em maioria na Câmara e contam com os cargos de comando da Prefeitura, através dos quais controlam não só o processo de tramitação de emendas ao plano atual como bloqueiam a votação do projeto de lei do novo. São eles que traçam as diretrizes do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, órgão oficial subordinado à Prefeitura Municipal, compatibilizando a atuação deste com a sua estratégia para a produção e ocupação da cidade: transformá-la no maior centro

(21) Diário Catarinense, 10/09/91. "Plano Diretor: Câmara comemora dois anos sem votar projeto".

(22) *Ibdem*

(23) *Ibdem*

turístico do cone Sul, com área de influência que ultrapasse não só as fronteiras do Estado como também as do País. Tal projeto vem tomando corpo há anos. Desde 1988, quando o atual Senador Esperidião Amim, eleito prefeito do Município, assumiu o compromisso básico de sua gestão - o combate à poluição das águas das baías norte e sul que ameaçava a balneabilidade das praias de mar fechado da cidade - isto já estava em pauta. A idéia do saneamento foi bem recebida mediante o fato de que Florianópolis contava então com sistema de esgoto não muito diferente daquele projetado em 1910 para 30 mil habitantes e "lançava nas baías 300 litros de esgoto *in natura* por minuto, a uma distância de apenas 30 metros da costa" (24).

De acordo com dados fornecidos por Dalton dos Santos (25) para 1988 (vide tabela III), dos 225.000 habitantes do município 47,40% usavam rede pública de esgotos e apenas 5% faziam uso de despejos clandestinos. Porém a ausência de tratamento fazia com que a soma destes valores (52,40%) representasse total percentual da população que efetuava despejos nas baías norte e sul, que separam a Ilha de Santa Catarina do Continente. O crescimento da extensão da rede de esgotos deu-se de forma precária (vide tabela IV e tabela V). Ainda que sua extensão tenha triplicado entre 1940 e 1988, o total da população não servida pela rede teve aumento percentual da mesma ordem de grandeza no período. Em 1988, 118.350 habitantes não eram servidos pela rede pública.

Na gestão municipal de 1988, era Vice de Esperidião Amim o atual prefeito Bulcão Vianna e engenheiro sanitário da Prefeitura o atual Diretor do IPUF, Ulf Herman Moldl. Segundo Amim, o sistema de esgotos da cidade só não saiu na ocasião porque o Governo Estadual estava nas mãos do PMDB: "somente com a posse de

(24) O Estado, "Os esgotos de Florianópolis" (Editorial) Florianópolis, 10/01/1992.

(25) Dalton dos Santos, Sistema de Esgotos de Florianópolis -Tese de Mestrado apresentada do Departamento de Engenharia Sanitária da UFSC, 1989

Wilson Kleinübing e Antonio Konder Reis (...) o assunto começou a ser desobstruído no âmbito estadual" (26), declarou o atual Senador da República.

Uma vez eleitos, os representantes da União por Santa Catarina viabilizaram a aprovação da elevação da capacidade de endividamento da CASAN - Companhia de Saneamento do Município - que possibilitou o empréstimo junto à Caixa Econômica Federal de valor equivalente a 50% dos custos do sistema de esgotos, tornando-o financeiramente viável. A aprovação resultou da resolução nº 44/91 de 19/09/1991, relatada pelo mesmo Senador. A União por Santa Catarina espera recolher nas urnas os dividendos deste encaminhamento, reelegendo-se no pleito de outubro do corrente para a Prefeitura e levando adiante seu projeto para o Município. Conta para isso com o apoio da esfera estadual. Em janeiro deste (1992), depois de inúmeras polêmicas sobre qual o sistema a ser adotado e o local mais adequado para sua instalação, foram iniciadas as obras do sistema de tratamento de esgotos da cidade de Florianópolis, com prazo previsto de dois anos e sete meses para a conclusão do complexo.

Orçado em 50 milhões de dólares, dos quais 50% financiados pela Caixa Econômica Federal (do FGTS), 27% pelo Governo do Estado e 23% pela Prefeitura do Município (27), o sistema atenderá cerca de 100 mil pessoas e "abrangerá a região urbana da capital, envolvendo os bairros Centro, Agrônômica, Prainha e Saco dos Limões. Numa linha imaginária, começaria nas proximidades do Palácio da Agrônômica, passaria pelas Baias Norte e Sul e terminaria próximo ao Armazém Vieira" (28).

Assim encaminhada, a questão do saneamento não promete só dividendos econômicos e políticos mas também direciona a ocupação da cidade de acordo com as metas preferenciais do grupo hegemônico que empreende sua demarcação.

(26) O Estado, 12/01/92 "Guarda-Sol, o futuro de Florianópolis". Matéria assinada por Esperidião Amim, Senador PDS-SC.

(27) Diário Catarinense 09/01/92 "Obras do esgoto devem começar em 45 dias.

(28) O Estado, 01/09/91 "Floripa terá sistema de esgoto ultramoderno".

Quais seriam estas metas? Em artigo publicado na imprensa local, intitulado "Bulcão Vianna prevê uma explosão econômica após saneamento" o atual prefeito afirma que:

"Florianópolis investe na sua infra-estrutura para desencadear o processo de desenvolvimento em várias frentes, entre as quais o turismo" (290). Salienta a importância de diversificar o mercado de trabalho e enumera projetos - implantados ou não - nas áreas de informática, automação, hotelaria e vestuário, cujo intuito seria superar a dependência em relação ao Serviço Público como fonte prioritária de empregos. Entre estes destaca o polo do vestuário, o centro tecnológico, as escolas profissionalizantes nestas áreas, além das UCPPs - Unidades Comunitárias de Profissionalização e Produção. Destes projetos nem todos criados pelo grupo político situacionista ao qual pertence o prefeito, nos ateremos um pouco as UPPCs e ao seu significado político:

"Este empreendimento educacional permite ao pessoal desocupado tirar sua fonte de renda e aprender-se". (30)

"(...) escola profissionalizante de manhã, fábrica à tarde, implantada no meio da favela, vem mudar profundamente o conceito de abordagem do desenvolvimento das comunidades de baixa renda". (31)

As citações são extraídas de artigos publicados no corrente ano, a primeira do Prefeito Bulcão Vianna, a segunda de um articulista do Jornal "O Estado", cujas opiniões em geral convergem com as do grupo situacionista em questão.

Expressam, ambas, a preocupação do grupo em incluir no seu projeto político os contingentes pauperizados da população. Viabilizam tal participação através da

(29) Q Estado, 15/01/92, "Bulcão Vianna prevê uma explosão econômica após saneamento.

(30) Q Estado, 15/01/92, op. cit.

(31) Diário Catarinense, 15/01/92, "Muda Florianópolis" (Artigo assinado por Ricargo L. Hoffmann, escritor)

utilização destes como mão de obra para as empresas de vestuário, hotelaria e informática a serem instaladas. Oferecem trabalho em condições regulares para os filhos das famílias que habitam as comunidades de baixa renda do município, cujas condições insatisfatórias de moradia ameaçam invalidar o projeto de valorização do espaço traçado pelo grupo hegemônico em questão. Atualmente, a inclusão planejada destes contingentes populacionais, eternamente excluídos das benesses do modelo capitalista de ocupação urbana, torna-se condição indispensável para viabilização dos projetos hegemônicos. A pauperização do espaço está diretamente vinculada à pauperização da população e busca-se o aumento da renda destas famílias através do trabalho. Entretanto os grandes projetos de modernização empreendidos na cidade operam em direção oposta: propiciam a concentração da propriedade dos terrenos nas mãos de grandes construtores, incorporadores e investidores imobiliários em geral, afastando-os das mãos dos nativos e do restante da população. Geram, assim, novos fluxos populacionais que se somam àqueles expulsos do campo para formar novas "comunidades de baixa renda" que exigirão, aos olhos do grupo, a construção de novas UPPCs.

Este movimento de desterritorialização e reterritorialização constante faz parte de outro ainda mais amplo que caracteriza a sobreposição do modo de produção capitalista por sobre as formas pré-capitalistas de vida e de trabalho, muitas vezes independentes e autônomas, como no caso da pesca artesanal. O processo é um só: libera áreas para a reprodução ampliada dos capitais envolvidos nos grandes projetos de urbanização da Ilha, e "libera" pessoas que vão se transformar nos "problemas sociais urbanos" que, por sua vez, inviabilizam parcialmente estes projetos. Parece-nos que as UPPCs visam uma reinclusão destas populações desterritorializadas mais interessante para os projetos atuais do empresariado catarinense do que para elas mesmas. Afastando-as de suas formas anteriores de vida e de trabalho redimensiona-lhes a existência, propondo, através dos diversos meios que lhe são disponíveis, o enquadramento - como trabalhador "livre" assalariado - no sistema de produção capitalista. Aos que já moravam na cidade, pauperizados pela recessão que caracteriza o Governo Collor e sem opção de emprego, oferecem a possibilidade de

enquadrar seus filhos através da escola-fábrica, nos projetos futuros da metrópole catarinense. Como mão-de-obra, obviamente. O mesmo oferecem aos ex-agricultores.

Hoje é difícil determinar a relação percentual de migrantes no contingente total da pobreza que ameaça os projetos empreendidos pelo grupo hegemônico para a cidade; os jornais noticiavam em 1991 que "cerca de 10 a 12 famílias de migrantes chegam à capital todos os dias em busca de emprego" (32)

A prefeitura da capital acusava outras prefeituras do estado de incentivarem a vinda de "sem-teto", através do fornecimento gratuito de passagens, justificando assim a atitude deveras simplista adotada pela SUSP:

"A Secretaria de Urbanismo e serviços Públicos (SUSP) da Prefeitura de Florianópolis está devolvendo todos os migrantes as suas cidades de origem.

(33)

Nelson Picanço, Secretário da SUSP, afirma publicamente:

"Pagamos as passagens de volta e colocamos dentro do ônibus" (...). Tem Prefeituras que pagam passagens para as pessoas virem para cá (...). Nós estamos devolvendo". (34)

O Secretário Picanço pretende, com tal atitude, "acabar com a instalação de favelas e barracos na capital". Da mesma forma, o Secretário da Habitação e desenvolvimento comunitário, Afonso Dresch, parece crer nas soluções imediatas. Em artigo intitulado: "Dresch quer acabar com Favelização" o secretário da habitação diz:

(32) DC, 31/12/91 "Migração fez pobreza mostrar seu rosto.

(33) O Estado, 13/02/92, "Prefeitura está devolvendo os migrantes que chegam na cidade"

(34) O Estado, *Ibdem*

"As famílias que moram em favelas junto a via expressa () e Beira Mar norte (imediações do Palácio da Agrônômica), na Trindade, serão removidas para uma área de 10 mil metros quadrados dentro de um ano." (35).*

Os dois Secretários parecem ter estratégias complementares para atingir a meta comum de manter os contingentes externos de pobreza afastados da Capital: impedir a entrada de mais famílias e transferir as já instaladas em lugares impróprios, tais como a entrada da cidade e as imediações do Palácio do Governo. A remoção de favelas, mais do que as "devoluções" de migrantes, custa dinheiro.

No mês de julho de 1991 o Presidente da Caixa Econômica Federal, Alvaro Mendonça Junior liberou, para o Estado de Santa Catarina, a quantia de Cr\$ 7,8 bilhões a serem aplicados em saneamento e habitação popular. Destes, Cr\$ 115 milhões vão para a construção de 80 unidades habitacionais em Otacílio Costa e Cr\$ 2,1 bilhões "para a construção de mil unidades habitacionais em terreno da COHAB no Pasto do Gado" (36).

Com estas verbas, que reúnem recursos da CEF e da LOTESC - Loteria Estadual de Santa Catarina, a atual gestão do governo estadual planejou produzir, até o final de 1991, 11.600 unidades de moradias em Santa Catarina, número quase equivalente à metade das unidades construídas no estado durante os 26 anos de existência da COHAB-SC.

A decisão de investir maciçamente em habitação popular demonstra que o grupo no poder não ignora o entrave que as atuais condições de vida e moradia da população pobre podem significar para seu projeto de metrópole. Menos simplista que a "devolução" dos migrantes, a solução ainda aborda o problema de maneira superficial,

(35) Djário Catarinense, 15/09/91

(*) BR 282 (vide Mapas do Pasto do Gado)

(36) Djário Catarinense, 12/07/91 "Governo recebe CR\$ 7,8 bilhões.

pois não ataca as causas da existência dos fluxos de população desterritorializados do próprio município e do interior do Estado. Ao propor a transformação da capital em metrópole e pólo turístico internacional, atrai cada vez mais pessoas para ela, além de provocar novos deslocamentos internos com a expulsão da população nativa dos locais onde empreende seus grandes projetos, provocando novas SDTs.

Loureci Ribeiro, do CAPROM - Centro Técnico de Apoio e Promoção do Migrante - apresentou, em debate promovido pela Câmara dos Vereadores na UFSC, dados sobre os 10 municípios que constituiriam, de acordo com os estudos do NEC (Núcleo de Estudos Catarinenses) a área metropolitana e a área conurbada de Florianópolis.

Enquanto arquiteto do grupo de apoio deste órgão, que desenvolveu grande independência em relação à prefeitura nas questões de migração, Ribeiro afirmou:

"Temos hoje, dos 20 municípios (incluídos na região metropolitana), 8 com crescimento vegetativo abaixo de zero, ou seja, em processo de migração; temos também 8 municípios com taxa igual ou acima de zero-menos de zero a 1.2 - mas abaixo da média nacional que é de 1.8, que também têm processo de migração.

E temos 4 municípios que se mantêm acima da média. E quais são estes municípios? S. José, Palhoça, Biguaçu e Florianópolis, exatamente os 4 municípios em que a perspectiva do planejamento que está colocada hoje vai levar ao aprofundamento do processo de conurbação, de concentração".(37)

Ribeiro afirma que os fluxos migratórios são tratados hoje sob a "ótica da contenção sem solução" e que os projetos urbanísticos de grande envergadura, apresentados como solução só vem aumentar o problema. Usando o exemplo do projeto do aterro do Saco dos Limões, o arquiteto afirma:

(37) Debate organizado pela Comissão de obras e sistema viário da Câmara Municipal - presidida pelo Vereador Vitor Schmidt (PT) com apoio dos vereadores de oposição no dia 31/09/91, na UFSC.

"(o projeto) Concretamente não atinge os 70% da população urbana, que ganha entre zero e três salários mínimos, nem aquela que ganha entre zero e sete. A quem na realidade atinge este projeto?" (...). Esta questão deve ser considerada como questão de abordagem técnica do projeto. Ou não? O que vai acontecer com a população da Costeira do Pirajubaé e do Saco dos Limões, do Morro? (...)

A gente tem visto cada vez mais famílias do interior da Ilha que estão chegando nestas áreas como saída para o seu problema habitacional; são filhos de moradores antigos da Ilha indo para estas áreas de ocupação, enquanto tenta-se passar a imagem que o problema de ocupação urbana em Florianópolis é um problema de migração externa para cá (...); o crescimento vegetativo e o processo cada vez maior de retenção das áreas que estavam distribuídas nas mãos da população nativa no setor privado, no setor imobiliário, está levando a este tipo de coisa. E este projeto tende ao mesmo caminho. (38)

A coordenadora do CAPROM, Ivone Perassa declarou recentemente:

"O que assusta hoje não é quem está chegando (...) Muitas famílias que vêm do campo para cá estão passando, seguindo para o Norte, porque não encontram condições para ficar. E cada vez mais gente daqui ocupa os terrenos vazios por falta de opção." (39)

Perassa afirma que, com o crescimento das atividades turísticas, os donos de imóveis têm pressionado os antigos moradores a sair, sobretudo na temporada de verão, a fim de que estes possam ser alugados, por preços muito mais elevados, para turistas. Cita exemplo dos terrenos que abrigam duas moradias, a do proprietário e um rancho de

(38) Ibidem

(39) A Notícia, 07/07/91, "Grande Florianópolis tem déficit habitacional de 40 mil moradias"

fundo de quintal, cujo aluguel complementa a renda da família proprietária. Estes ranchos, antes acessíveis às famílias mais pobres, deixam de sê-lo pela pressão do afluxo de turistas.

A coordenadora acrescenta que o enquadramento de muitos terrenos do município como área de expansão rural (o atual plano diretor impede a divisão em lotes menores do que 5 mil metros quadrados), é fator de elitização:

"A população não tem condições mínimas de comprar lotes nesta cidade, porque o plano diretor privilegia a camada da classe média." (40)

Fica claro através da leitura dos jornais diários que os membros do CAPROM dão maior importância ao contingente de "sem tetos" proveniente do próprio município de Florianópolis - distrito sede e interior da Ilha - enquanto os políticos da situação preferem atribuir as ocupações ao afluxo de migrantes. O cadastramento sócio-econômico das famílias "sem teto" que vem sendo produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - em conjunto com o CAPROM, dará a conhecer o perfil dos ocupantes inclusive o local de origem e o motivo da saída para a área em que hoje estão. Embora os questionários já tenham sido aplicados, o atraso na tabulação dos dados, provocado pela greve do ano passado, não nos permitiu acesso às conclusões da pesquisa em tempo hábil para a produção deste trabalho.

Em 1989 a dupla CAPROM/Departamento de Arquitetura da UFSC realizou um pequeno levantamento da "Situação das Favelas de Florianópolis - Ilha e Continente", onde apresenta listagem com 23 áreas de ocupação habitacional de baixa renda, 14 na Ilha e 9 no Estreito (*) (vide Tabela VII).

(40) A Notícia, Ibdem

(*) Este levantamento cobre somente o distrito sede do Município de Florianópolis, não abrangendo o interior da Ilha.

Quanto à procedência dos ocupantes, percebemos o predomínio dos municípios do interior do estado, com maior presença de nativos nas ocupações mais recentes. Porém, a forma como os dados são apresentados não nos permite precisar nada sobre o assunto.

Quanto às áreas de expansão rural, a impossibilidade de parcelamento abaixo de 5.000 m² favorece os grupos imobiliários capazes de adquirir tais glebas inteiras, em detrimento da maior parte da população. É processo corrente, na ocupação urbana regida pelo lucro, a aquisição de grandes glebas rurais para estocagem e posterior incorporação destas ao perímetro urbano, com ganhos extraordinários para o agente fundiário que a empreendeu. Este processo é citado por vários autores. Lobato Correia comenta sobre o urbanização hoje:

"No estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados, indireta e diretamente, (...) em grandes corporações, que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaço urbano." (41)

São estas corporações as grandes interessadas em estocagem de terra para futuros empreendimentos. Enquanto isto, paralelamente as formas regulares, ocorrem as ocupações, vistas da seguinte forma por Correia:

"Em terrenos públicos invadidos, os grupos excluídos tornam-se efetivamente agentes modelizadores, produzindo independentemente dos demais agentes" (...) (42)

Tal modelização torna-se percentualmente cada vez mais importante na capital. No já mencionado trabalho realizado pelo CAPROM em colaboração com a UFSC, somamos um total de 3227 famílias morando em favelas em 1989, 1250 no Continente e

(41) Lobato Correia, Roberto. O Espaço Urbano, SP, Ática 1989, pag. 16

(42) *Ibidem*, pag. 30

1977 na Ilha, sem considerar as duas comunidades em que o número de famílias não foi computado. Se imaginarmos que cada família agrupe em média 4,5 pessoas, somente como hipótese, teríamos cerca de 14.521 pessoas morando em favelas na capital em 1989.

Ainda que represente apenas uma aproximação, é interessante comparar este número com aquele apresentado pelo IPUF para o ano de 1991 que é de 42.828 pessoas.

Em 1991, o Diário Catarinense publicou artigo de Nume Teixeira cujas primeiras linhas apontam:

"Mais de 60 mil pessoas moram nas 18 favelas da grande Florianópolis". (43)

Comparamos nas Tabelas X e XI os dados isolados de população das comunidades (apresentados nas Tabelas VII e IX) relativos respectivamente a 1989 e 1991, e os índices percentuais de crescimento resultaram alarmantes: em apenas 4 das 15, os índices foram inferiores a 100%, tendo atingido cifras superiores a 350% nos 3 casos mais graves: Pasto do Gado e Via Expressa, ocupações recentes do continente, e José Boiteaux, favela antiga da Ilha.

Os menores índices pertencem ao Morro do Horácio (16%), Areias do Campeche (52%) e Morro do Mocotó (70%), áreas bastantes saturadas, sendo totalmente atípica a taxa de 15% para o Jardim Ilha Continente, onde um projeto de urbanização vem sendo executado pela Prefeitura, implicando em "fechamento" da área e aquisição do terreno pelos ocupantes, além de melhorias urbanas.

(43) Diário Catarinense: "O endereço da degradação da Capital"

Se pensarmos que a população da área conurbada de Florianópolis é estimada hoje em 502.000 habitantes, as 60.000 pessoas que vivem em ocupações irregulares correspondem a 11% do total. A complexidade da questão aumenta se acrescentarmos que o crescimento vegetativo anual para a região conurbada é de 2,8%, resultando em acréscimo de 14.000 habitantes ou 3.500 famílias por ano nesta área que concentra 11% da população do Estado e tem crescimento bastante superior a taxa de crescimento vegetativo do País como um todo (1,8%) tanto em bloco, como por município que a compõe. (vide tabela VI)

A tendência da maior parte das ocupações vias de fato empreendidas pela população empobrecida é respeitar as demarcações empreendidas pelos agentes hegemônicos, que reservam para si os espaços privilegiados quanto aos aspectos natural-paisagísticos e infra-estruturais. Os ocupantes limitam-se a tomar para uso próprio área no mais das vezes públicas, em locais pouco valorizados, evitando assim conflitos diretos com o capital imobiliário e com o Aparelho de Estado. Além disso, os fatores que determinam a escolha dos terrenos a serem ocupados não estão comumente ligados à beleza natural e a capacidade infra-estrutural, mas principalmente as possibilidades de acesso ao trabalho e de permanência pacífica, longe das ameaças de expulsão, transferência, ação jurídica de reintegração de posse, etc.

Nos locais onde as demarcações efetuadas pelos grupos hegemônicos não foram respeitadas, ou onde mudanças devidas ao crescimento da cidade ou a planificação aumentaram o interesse destes nas áreas ocupadas, o que se verificou foi a expulsão ou a transferência. Exemplo disto ocorreu na área de ocupação denominada Areias do Campeche, situada na praia do mesmo nome, próxima ao Morro das Pedras, leste da Ilha de Santa Catarina. Demarcada em 1985 pelo plano diretor do IPUF como área de preservação permanente (APP), por tratar-se de sistema de dunas cuja cobertura vegetal é protegida por Lei Federal (*), foi classificada pela Lei nº 2.193/85 de

(*) Ver sobre o assunto no documento do SQPD da autora: "Nós Vamos Invadir sua Praia", op. cit.

implantação do plano como área "*Non aedificandi*", que torna ilegal o uso para edificação. Havia na área uma pendência antiga que remontava a 1958, quando um grande reflorestamento foi executado por Henrique Berenhausen, que reivindicou a posse de cerca de 400.000 m² de terreno. (44)

Em 1982, em uma área das dunas que já tinha sua vegetação alterada pelo reflorestamento, constatou-se a presença de aproximadamente 50 famílias instaladas. No ano seguinte, "33 famílias conseguiram resolver sua situação por meio de permuta em áreas vizinhas. A partir de então o núcleo de 17 famílias remanescentes foi crescendo e hoje 110 estão cadastradas como moradoras do lugar" (45) tomando aproximadamente 100.000 m², i.é., cerca de um quarto da área. O cadastro da Prefeitura não acompanha o ritmo de crescimento das ocupações. Em 1989, registrava 52 famílias na área (46). Em 1991, quando os jornais diários já apontavam 110 famílias (47) o Prefeito afirmava que seu compromisso era "com as 72 famílias que foram cadastradas". (48)

Dia 04/11/91 o Jornal de Santa Catarina publicou:

"A invasão das Areias do Campeche - hoje com 92 famílias cadastradas e presumíveis outras 20 instaladas desde o começo de outubro - é o exemplo mais claro do caos habitacional da Ilha de Santa Catarina. (49)

(44) Trecho baseado em Artigo do Jornal Joinvilense: A Notícia, 01/08/91, intitulado: "A partir de hoje famílias do Campeche podem ser despejadas".

(45) A Notícia, 01/08/91, op. cit.

(46) Jornal de Santa Catarina, 04/11/91, op. cit.

(47) Jornal de Santa Catarina, 04/11/91; e A Notícia, 03/08/91; O Estado, 25/07/91.

(48) O Estado, 25/07/91, "Posseiros do Campeche serão despejados logo".

(49) O Jornal de Santa Catarina, 04/11/91, "Mais de 100 famílias já estão instaladas nas dunas do Campeche".

O que poderia parecer incompatibilidade de dados é na verdade característica do processo: mal se atualiza o cadastro, chegam mais famílias. O prefeito, não consegue "fechar" a área de ocupação e diz que seu compromisso é com o número de famílias existente no início das negociações, excluindo as que chegaram depois dos benefícios negociados. O fato é que as negociações são longas e o processo de chegada é cada vez mais acelerado. Carlos Alberto Silva - Carlão - Presidente da Associação dos Moradores das Areias afirma no mesmo artigo:

"Do ano passado (1990) para cá, o número de famílias que entraram aqui foi mais que o dobro do que nos outros 7 anos."

Acrescenta, em outra ocasião:

"De 1989 até hoje (25/07/91) foram mais de 10 reuniões com a Prefeitura e oito com o Governo do Estado (50).

No Jornal "A Notícia", de 01/08/91, Carlos Alberto da Silva comenta que "o projeto de internacionalização da Ilha, com a construção de condomínios faraônicos, que prevê o prolongamento do Aterro da Baía Sul e a construção de autopistas ligando o Aeroporto ao Campeche, só veio agravar a pressão que os moradores vêm sofrendo". Carlos afirma ainda no mesmo artigo: "Da Ilha nós não saímos (...) podemos discutir a transferência para uma outra área, mas da Ilha nós não saímos".

Alguns moradores não concordam sequer com a transferência. O Jornal de Santa Catarina publicou dia 04/11/91 o seguinte depoimento de Vitor Hugo Martins, ocupante das Areias do Campeche há 3 anos:

(50) O Estado, 25/07/91, "Posseiros do Campeche serão despejados logo."

"Foi aqui que fiz meus três filhos, sob a luz da lua e o barulho do mar. Tenho amor demais ao local, para aceitar uma proposta desta (transferência). Além disso já investi muito dinheiro e trabalho aqui. Não vou sair assim tão fácil."

A negociação tornou-se mais complexa a partir de Junho de 1991, quando a Justiça deu ganho de causa a Berenhausen, que solicitou reintegração de posse da área e a doou em vida aos seus quatro filhos. A porção ocupada pertence judicialmente hoje a Lili Eufrida Fernandes e foi avaliada por seu Advogado, Amaury Ferreira - Presidente da OAB - em US\$ 800.000 (1991) motivo pelo qual o Prefeito afirma que a desapropriação é impossível.

A tensão na área cresceu com o pedido de reintegração: "100.000 m² estão sendo observados dia e noite por vigilantes armados para impedir novas invasões" (51).

Seria de se estranhar tamanho investimento (gastos com advogados, com vigilantes, etc...) para garantir a aquisição da propriedade de uma área interdita para toda e qualquer espécie de construção, assim como o valor em que esta foi avaliada. Entretanto, tais esforços se justificam: há expectativa de que a área seja liberada quando da abertura da já mencionada via de expansão deixando de ser *non aedificandi*. A via foi projetada em 1970 pelo Núcleo de Estudos Catarinenses, que hoje recoloca com mais força a proposta devido à sua proximidade com o grupo político no poder no Município e no Estado. Se executada, sua conclusão permitirá a ligação da área ocupada e de todo o Setor Sul e Sudeste da Ilha com o Centro de Florianópolis, prometendo grande explosão imobiliária na região.

Esta, uma vez integrada ao aterro do Saco dos Limões e à Via Expressa Sul passaria a ser encarada como área de expansão do centro urbano, portanto altamente valorizada.

(51) O Estado, 25/07/91, op. cit.

A construção desta via é motivo de desavenças entre os diversos grupos de urbanistas que disputam a demarcação da cidade. Existe sobretudo resistência a sua passagem pelas dunas do Campeche. Quanto a isto, o coordenador do NEC (*) e autor do plano que prevê a via, professor Gama D'Eça, afirma:

"Agora nós estamos reestudando, porque há uma tendência a uma reação à passagem desta via aqui" (aponta no mapa as dunas do Campeche) (...)"

"Deixou-se construir a torto e a direito e em nome da defesa da ecologia fez-se uma lei que não tem ligação nenhuma com a realidade. A população foi invadindo (...) e isto está transformado em periferia, o que é no nosso entendimento um crime contra esta cidade porque esta é uma zona rica em termos de paisagem, de aeração, em termos de insolação e outras condições mais para habitação e lazer (...)" (52)

Configura-se claramente através da declaração do professor o conflito então existente entre o NEC, órgão por ele representado, e o IPUF, Instituto de planejamento oficial do município, responsável pelo plano diretor instituído pela lei municipal nº 2.193/85 que enquadra a área como de preservação permanente. O prefeito Bulcão Vianna solucionou-o em julho de 1991 nomeando novo diretor para o Instituto. Na posse, Bulcão Vianna prometeu "reformas administrativas imediatas" para "dar suporte técnico a novos projetos prioritários de urbanização da capital". (53)

Figuram entre os novos projetos, segundo declara Bulcão Vianna no mesmo artigo, "a Via Parque (...) ligando o Morro das Pedras à Lagoa da Conceição e o Plano Diretor de Florianópolis" (54)

(52) Debate organizado pela Câmara na UFSC, op. cit.

(53) Diário Catarinense, 30/07/91, "Bulcão Vianna nomeia Presidente do IPUF".

(54) Diário Catarinense, 30/07/91, op. cit.

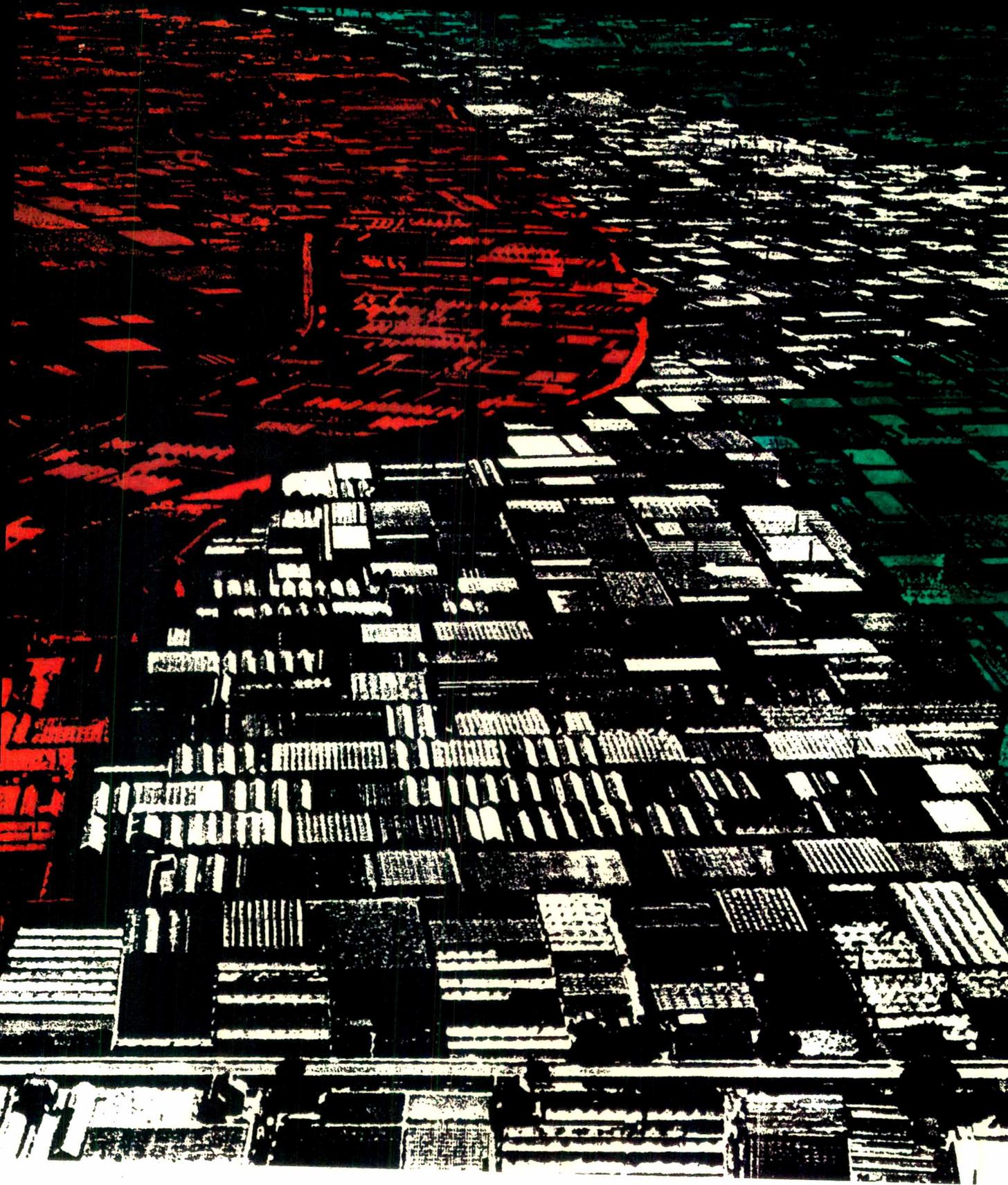
(*) Núcleo de Estudos Catarinenses.

A Via Parque nada mais é do que a via de expansão projetada pelo NEC que corta o sistema de dunas do Campeche ligando-o ao centro. Quanto ao plano diretor, que representa em suma a re-demarkação territorial-administrativa do município, a questão que se coloca é: por quem seria elaborado? Pelo IPUF, instituto legalmente responsável que já produziu além do plano hoje em vigor o "Novo" plano que está engavetado na Câmara há dois anos, ou pelo NEC? Desde 1970 nunca o núcleo desfrutou de relação mais favorável com os poderes municipal e estadual do que hoje, quando estas esferas estão ocupadas pela União por Santa Catarina. Caso seja indevidamente incumbido da tarefa, serão retomadas as diretrizes político-urbanas que este grupo elaborou há mais de 20 anos, não só para a cidade de Florianópolis mas para um conjunto de 11 municípios por ele denominado "área metropolitana", dentre as quais destaca-se a de transformar Florianópolis numa metrópole, i.é., numa cidade de escala compatível com as capitais dos demais estados da Federação. Dos grandes projetos com tal "intuito", destacamos a Via Parque já mencionada, e a Via Expressa Sul, concebida em conjunto com o Aterro do Saco dos Limões.

Nos dois itens finais trataremos de casos específicos de demarcações empreendidas por grupos envolvidos na disputa do espaço do Município de Florianópolis.

No primeiro, abordaremos as ocupações "vias de fato" de terrenos públicos empreendidas pela população pobre e desterritorializada do município e do estado para uso habitacional, tomando como exemplo as recentemente ocorridas numa região do continente denominada Pasto do Gado.

No segundo, nos deteremos nas estratégias demarcatórias dos grupos hegemônicos para bloquear a dita "favelização" da Ilha e prepará-la para viabilizar a reprodução ampliada de seus capitais. O exemplo mais recente, aqui tratado, será o Aterro da Baía Sul.



II. conceituação do objeto :SDTs

II. Conceituação do Objeto: Sobreposição de Demarcações Territoriais (SDTs)

Voltamos agora a tratar teoricamente nosso objeto de estudo. Na trilha da elaboração do conceito-chave da análise - As sobreposições de demarcações territoriais - revisitei alguns conceitos de base tal como Estado, propriedade privada e movimentos sociais; outros de âmbito mais restrito, diretamente relacionados com nosso tema, surgiram: Política estatal de Equipamentos e Discurso Urbanístico. Fiz de cada um deles um item deste capítulo, onde aparecem combinados com nosso conceito base. Através deste artifício tentei construí-lo passo a passo rumo a sua "definição em si mesmo" que ocupa o último item.

"O Estado cumpre" papel fundamental na produção da subjetividade capitalística (*). É um Estado mediador, um Estado providência, pelo qual tudo deve passar, numa relação de dependência, na qual produz uma subjetividade infantilizada (...)

O Estado assistencial começa pela organização de uma segregação que empurra, para fora dos circuitos econômicos, uma parte considerável da população. E num segundo momento, ele vem socorrer, vem dar assistência a esta população, mas com a condição de ela passar por este sistema de controle. (55)

"Nous supposerons donc provisoirement l'existence d'un appareil de pouvoir operateur de la structuration sociale (...) Disons pour l'instant que cet appareil ne se confond pas avec l'instance politique du decupage marxiste, ni avec l'appareil d'Etat proprement dit, bien que l'Etat en constitue l'effectuation privilegiee. L'Appareil de pouvoir parcourt tout le champ social et traverse toute les structures, sans qu'il faille cependant le concevoir comme une pyramide unifié et rigide. (56)

II.1. Sobreposições de Demarcações Territoriais e Estado

Se é válido considerar que o aparelho de poder percorre todo o campo social e o Estado é apenas sua instância privilegiada, vale aqui nos atermos a esclarecer as formas que assume este privilégio, no que tange à produção e divisão do espaço empreendidas pelos diferentes agentes sociais no processo de sua territorialização.

(*) O Sufixo "ISTICO" é acrescentado ao termo para designar não somente as sociedades qualificadas como capitalistas, mas todos os setores periféricos do capitalismo e das economias ditas socialistas do leste europeu que em nada se diferenciam do capitalismo no ponto de vista do modo de produção de subjetividade.

(55) GUATTARI, Felix e ROLNIK, Sueli Micropolítica - Cartografias do Desejo. Ed. Vozes. Petrópolis, 1986 Pags.. 146/147.

(56) DELEUSE, G., GUATTARI, F. et alli; "*Genealogie du Capital: L'ideal historique*" in Recherches, nº 14, Paris, Janvier 1974, pag. 26

Ao nosso ver, contribuem para a posição privilegiada do Estado, neste processo, o monopólio das forças legais de coerção jurídica e física, o poder centralizado nas instituições que a exercem - Judiciário, Legislativo e Executivo - e a riqueza materializada e espacializada em sistemas de equipamentos públicos - de saúde, educação, habitação popular, etc...

Estando na posse destes privilégios cristalizados em seu aparelho, o Estado os utiliza no sentido de centralizar cada vez mais o poder, movimento através do qual aumenta seu controle sobre a população impondo-lhe o mais amplamente possível o seu modelo de produção material e subjetiva, tanto do espaço quanto da sociedade. Como faz isso? De várias formas. O domínio do aparelho institucional lhe permite - através das políticas urbanas, da planificação - intervir de maneira legal na repartição do espaço urbano, inclusive na estrutura fundiária, o que juntamente com a alocação dos equipamentos públicos direciona a valorização do espaço no sentido exigido pela praxis capitalista. Através da intervenção na jurisdição fundiária o Estado pode "afastar em favor do desenvolvimento capitalista, o poder sobre o espaço que a história legou aos herdeiros de uma idade pré ou paleo-capitalista".(57) Através da alocação de equipamentos públicos, planificação, etc..., ele tende a "atenuar as insuficiências da lei do valor na alocação do espaço entre agentes privados da reprodução social capitalista" (58), i.é., prepara o espaço para a reprodução ampliada destes agentes.

É claro que não realiza sempre, de forma ótima, estas intenções, pois neste campo interagem os demais agentes não hegemônicos, que direcionam sua ocupação do espaço segundo lógicas diversas, que diferem das do Estado.

(57) LIPIETZ, A. O Capital e seu Espaço. São Paulo, Nobel, 1988 (Coleção Espaços) Pag. 128.

(58) LIPIETZ, A. op. cit., pag. 127.

Dizer que o Estado de classe aumenta de várias formas o poder da classe hegemônica através da dinamização da alocação de seus recursos no espaço, e exclui do poder a maior parte da população, visando enquadrá-la cada vez mais no processos produtivos materiais e subjetivos que engendra, não quer dizer que o Estado seja um sujeito racional capaz de perseguir metas e proteger enteados. Vemos o Estado apenas como "um conjunto de aparatos que realizam por um processo certo, por um processo sem sujeito, o interesse da classe dominante" (59) i.é., o fato de não ser um sujeito não o impede de realizar objetivamente a produção subjetiva capitalística.

Se existe este Estado que TOPALOV chama "agente coletivo da exploração" (60), o Estado instrumento do Capital, não cabe aqui entretanto remeter todos os fenômenos, espaciais ou não, a uma causa única, a saber: o Estado enquanto estrutura cristalizada de poder utiliza os privilégios de que dispõe para ampliar indefinidamente os privilégios da classe que representa, etc... O Estado não explica "per se" a crise permanente do sistema de manutenção e reprodução dos trabalhadores, sentida por estes como insatisfação de suas necessidades. Sua carapaça assistencialista, sua capacidade de controle, subjugação e exploração não são fictícias, mas tão pouco são imutáveis e eternas. A manutenção do *status quo* exige um gasto monumental de energia repressiva. O controle é parcial. A subjugação e a conseqüente exploração não estão estabelecidas de forma inexorável. Principalmente porque o aparelho de estado não é a única instância organizada do aparelho de poder. Não é só a existência do Estado em sua forma capitalista que cria as necessidades e não se responsabiliza em saciá-las, mas também a postura das demais instâncias que se posicionam frente ao Estado de forma a fortalecer a relação de dependência em relação a ele, aumentando ainda mais o poder deste.

(59) TOPALOV, C. *La Urbanizacion Capitalista: Algunos elementos para su analisis*. México, Edicol, 1979, pag. 19.

(60) TOPALOV, C. op. cit., pag. 84.

Tal postura é produzida pelo próprio modo de produção capitalista. É a sua forma de subjetividade destinada as parcelas excluídas, i.é., a forma passiva. Também existem, nesta mesma subjetividade capitalista, formas agressivas e ativas, restritas ao uso dos poderosos. É obvio que fica difícil (e alguns diriam impossível), estando em situação desprivilegiada, agir de forma a impedir que o Estado capitalista atue de forma capitalista!

De nada adianta acusar o Estado de subsidiar o capital privado, pagando em forma de equipamentos públicos, parte do trabalho não pago aos trabalhadores pelos industriais e fazendo disto uma forma de controle. Culpá-lo de subsidiar diretamente o capital privado com dinheiro público sem passar pelo benefício (ainda que indireto) da população (o que é pior) é igualmente inútil. Criticá-lo por preferir a aplicação dos recursos disponíveis em equipamentos públicos e fazer o coletivo sofrer os efeitos da alta de preços, dos impostos e pagamentos de toda ordem (e ainda pagar por serviços privatizados que não lhe são oferecidos de forma qualitativamente digna ou quantitativamente suficiente) não resolve. De que adianta culpá-lo, denunciá-lo, entregá-lo à justiça, desmascará-lo quando ele afirma que "A grande dificuldade que o país encontra hoje para atender às necessidade habitacionais de sua população mais pobre é constituída pela falta de recursos para realizar os investimentos necessários (...)" (61)?

Denúncias de pouco adiantam para alterar a situação de exploração criada via salários diretos e indiretos (equipamentos públicos). Não impedem que através do assalariamento se estabeleça um parâmetro de relação entre o tempo de trabalho gasto por cada tipo de trabalhador para receber a mesma quantidade de riqueza. Não impedem a hierarquização dos trabalhadores quanto ao consumo, dividindo-os entre "garantidos" e "não garantidos" (62), i.é., entre mais ou menos dependentes das benesses do Estado no consumo de bens e serviços urbanos.

(61) BOLAFFI, G. "Os Mitos sobre o Problema da Habitação" in *Espaço & Debates*, nº 16. São Paulo, pag.30.

(62) As Categorias são criadas por GUATTARI in *Cartografias do Desejo*, op. cit. pags. 57 e 87 em diante.

Não impedem que esta divisão hierárquica seja interiorizada socialmente, ou melhor, assumam a forma subjetiva do status de "bem sucedido" ou de "fracassado".

O assalariamento é dado de base na estruturação da força coletiva de trabalho e da força coletiva de controle social. Através dele, a ordem capitalista intervém ao mesmo tempo na divisão da riqueza e na estruturação da subjetividade, dando a elas o mesmo caráter, coerente com seu modo de espacialização e temporalização. Mas se tudo converge para que haja uma sincronicidade incrível, uma verdadeira coincidência do modo de produção de subjetividade capitalista e do seu modo de produção material, é principalmente porque toda produção de sentido é inseparável da produção material. Se no capitalismo atual ambos são concebidos em escala planetária de forma industrial, mecânica, retroalimentados pelo consumo mútuo, e totalmente mediadas pela linguagem; se nos setores de ponta da indústria, nos ramos mais avançados da produção, desenvolve-se "um tipo de trabalho ao mesmo tempo material e semiótico" (63); se a produção de subjetividade é matéria prima de uma "espécie de vontade de potência produtiva que revoluciona a própria produção através das revoluções científicas, biológicas, através da incorporação massiva da informática, da telemática, da ciência dos robôs, através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos e da média " (64); é porque produção em si e produção de sentido são concebidas juntas.

E daí? Perante tanta coerência e eficiência, objetiva e subjetiva, resta-nos perguntar: como podem agir as demais forças sociais mal representadas no aparelho de Estado para adquirir posição mais vantajosa na contínua luta entre dominação e insubmissão? Afinal, estamos descrevendo um estado de fatos que se impõe inexoravelmente ou existe alguma possibilidade de mudança de rumo, de desvio de rota, de reapropriação? Atualmente, às melhores possibilidade de avanço parecem não mais estar vinculadas às denúncias, às acusações, às reivindicações de direitos, que obrigatoriamente dirigem-se, em última instância, ao Estado provedor.

(63) GUATTARI et ROLNIK, op. cit., pag. 27

(64) idem, pag. 26

se existam realmente - e acreditamos que existem - vinculam-se sobretudo a formas inéditas e imprevisas de trabalhar a produção de sentido e a produção material.

Há várias frentes possíveis. Recusar os constrangimentos impostos pelo modo de temporalização capitalista, superar o tempo do desempenho, da produtividade serial e propor formas menos rígidas de organizar a produção material são algumas delas. E não se pense que a recusa só pode ser idealizada em escala macro econômica! Isto já vem acontecendo a muito tempo em forma de reapropriação do próprio tempo pelos trabalhadores: "... Hoje vários homens não foram trabalhar, coisa de segundas feiras. Parece que eles já estão cansados de trabalhar." (65) E a afirmação não se limita aos não garantidos. Acreditamos que mesmo entre os trabalhadores garantidos esta tendência existe e se amplia a medida que se torna difícil criar uma significação real para o trabalho. Nos países desenvolvidos, cresce o número de pessoas que se especializam, através de cursos técnicos, em profissões totalmente saturadas quanto ao mercado de trabalho e vivem de salário-desemprego durante anos, sem sequer terem realmente exercido a profissão "escolhida". Aproveitam uma brecha do Estado-provedor para viver às custas dele, o que significa, em última instância, viver às custas da sociedade produtiva como um todo.

É claro que não estamos aqui fazendo a apologia deste tipo de procedimento que fracassa quando se generaliza para todos os indivíduos: de onde se tiraria então a riqueza? Entretanto, estes acontecimentos revelam limitações intrínsecas ao modelo centrado no Estado provedor. Mesmo não nos fornecendo nenhuma proposta clara de reorganização da produção material, enveredam por uma tentativa - ainda que limitada - de reorganização de sentido: propõe o prazer de viver sem trabalhar, impossível de ser pensado no modelo atual, baseado no domínio do tempo de trabalho sobre todos os outros. E neste sentido atingem em cheio a raiz do sistema atual, sem enfrentá-lo diretamente, sem se exporem demais, sem valorizarem ainda mais os meios hegemônicos, como acontece com as reivindicações.

(65) JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo. São Paulo, Edibolso 1976. Copyright da 1ª edição 1960.

Outra frente possível, e esta nos interessa sobremaneira, é a recusa dos constrangimentos espaciais impostos pela ordem atual, isto é, escapar à segregação espacial e propor formas de territorialização próprias.

Existem várias formas de atuação neste sentido, como por exemplo perverter a lógica de distribuição dos equipamentos públicos apoderando-se de áreas equipadas para a utilização das imobiliárias na sua reprodução ampliada, ou simplesmente resolver de maneira própria a questão habitacional sem colocar-se de maneira servil na fila do "Estado provedor". Reincluir-se na divisão social do espaço através de estratégias articuladas com aparelho social de poder como um todo, de uma forma que privilegie a micropolítica. A organização que permite e garante "uma micropolítica processual só pode - e deve ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de praxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e intervir neste campo tanto em seu interior como em suas relações com o exterior" (66)

Assim, propondo novos agenciamentos ativos, que não sejam meras reações às condições atuais de divisão da riqueza e do espaço, caminha-se num sentido positivo e independente de estruturação das formas de produção de sentido e de produção material. Tais formas de produção de vida, autônomas e singulares, estabelecem possibilidades de maior inserção, inclusive nas instâncias cristalizadas do Aparelho de Estado, redirecionando-as, e porque não, imprimindo-lhes movimento.

Modos particulares e independentes de apropriação e produção do território, territorialidades novas e imprevisas que ignoram as formas disciplinares e enquadradoras produzidas pelo aparelho de Estado, são sem dúvida uma maneira, não só de redirecionar a praxis da divisão social do espaço, mas também de reposicionar-se em relação à divisão social do poder. Voltaremos ao assunto.

(66) GUATTARI, op. cit., pag. 30

"Com a mundialização da sociedade, o espaço tomado global, é um capital comum a toda a humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular. Com isso, a noção de propriedade privada de um bem coletivo é reforçada. (14)"

II. Sobreposições de Demarcações Territoriais e Propriedade Privada

O Processo legal de acesso à terra dá-se principalmente através da relação mercantil de compra e venda. Mas compra e venda do que? Da terra? Não! Do direito de Propriedade Privada. Para que um direito possa ser adquirido, no caso, comprado, é preciso primeiro existir a relação jurídica. Isto só ocorre quando, "antes dela, desenvolvem-se as relações sociais que lhe darão conteúdo". (68)

Esta instituição - a propriedade privada - faz a repartição legal dos territórios entre os proprietários privados, de terras ou de capital. As desapropriações e o usucapião fazem a repartição legal dos territórios entre os não proprietários. Ambas estão sob o arbítrio, direto ou indireto, do "Estado mediador": as desapropriações diretamente e o usucapião indiretamente. Pois quem senão ele julga os processos, tira ou deixa ficar o usuário de acordo com os destinos públicos que pretende dar à área ocupada?

(14) SANTOS, M. Pensando o Espaço do Homem, São Paulo, Hucitec, 1982.

(15) TOPALOV, C. Le logement en France: Histoire d'une merchandise impossible. Paris *Presse de la Fondation National des Sciences Poletiques*, 1987, pag. 36 (Tradução da autora).

Nem toda propriedade é utilizada de forma capitalista. A propriedade privada de um terreno pode funcionar como valor de uso - o terreno da moradia - e não como valor mercantil. Mas a possibilidade de um valor de uso ser vendido, e passar assim a valor de troca, está presente mesmo neste caso. Quem adquire a propriedade privada de um terreno, mesmo por usucapião, pode depois de um tempo vendê-la, ocupar outro terreno, e novamente vendê-lo, e fazer disto uma forma de renda. Não importa se o motivo da venda é falta de emprego no local, mudança de planos, ou transformação do usuário em "ocupante profissional". A venda do direito de propriedade sempre gera renda, isto é intrínseco ao modo de produção capitalista, tanto no aspecto objetivo quanto no subjetivo. A apropriação da renda só não parece legítima quando o proprietário não pagou pelo terreno. Porém, não é a venda do terreno que dá direito à renda, ela apenas o transfere. "É necessário que o direito exista antes de poder tornar-se objeto de compra e venda: uma venda não pode produzi-lo, nem uma série desta vendas, continuamente repetidas. Geram este direito as relações de produção". (69) E as relações capitalistas de produção não se limitam apenas a alguns detentores da propriedade privada do solo, a saber os que pagaram por ela, ainda que seja deles, no mais da vezes, o benefício.

O direito de construir é vinculado ao direito de propriedade fundiária. Mais uma vez o Estado-intermediário é quem estabelece as restrições nesta relação, através da legislação urbanística (planos, zoneamento, etc). Atualmente há uma tendência, em alguns países, de desvincular o direito de construir do direito de propriedade: o primeiro passa a ser uma concessão facultada pelo poder-público, por ele arbitrada. Isto aumenta o poder de intermediação do Estado consideravelmente, em relação às restrições de que dispunha antes.

(69) MARX, K. *O Capital (Crítica à Economia Política)* livro 3, vol. 6, pag. 890.

Alguns juristas brasileiros pensam que um procedimento semelhante, se adotado no Brasil, poria limites aos abusos e beneficiaria a função social da propriedade prevista na Constituição. Em Florianópolis uma forma indireta de desvincular o direito de construir do direito de propriedade privada foi a destinação de áreas privadas à preservação permanente. (70) Por motivos vários (na sua maioria de cunho ecológico) foram classificadas como impróprias para o uso de construção, e a restrição total ao uso citado não implicou na indenização do proprietário privado pelo poder público. Isto tem contribuído, acreditamos, para o desrespeito frequente à restrição imposta: o proprietário privado vê-se prejudicado pelo Estado-árbitro, desobedecendo-o e acarretando **Sobreposição de Demarcações Territoriais** de toda ordem.

Tal divisão jurídica do espaço, baseada no critério de qualidade ambiental, ao demarcar alguns terrenos como "*non aedificandi*", alterou sua ocupação: por um lado, privatiza-se menos terras e produz-se menos edificações, por outro aquelas que são construídas alcançam preços mais altos. Garante-se o alto padrão dos investimentos, selecionando assim os maiores investidores, que utilizam-se também dos espaços reservados pela demarcação restritiva como cenário paisagístico. A existência destas reservas beneficia principalmente grandes grupos imobiliários. Levantamos uma hipótese de explicação do confronto entre Estado e proprietários privados: o primeiro está beneficiando o grupo das grandes imobiliárias, interessadas em empreendimentos de lazer de alto padrão com vistas ao consumo internacional, melhor representadas no seu aparelho. É apenas uma hipótese, que não nos cabe aqui desenvolver.

Obviamente, nada impede que outros grupos se beneficiem com a separação do direito de propriedade do direito de construir. Mas será sempre aos grupos bem representados que o "Estado-Árbitro" concederá o benefício, nunca a grupos incapazes de propor seus próprios agenciamentos.

(70) Sobre o assunto ver estudo realizado pela autora no Seminário de Qualificação: Nós vamos invadir sua Praia: Invasão de Espaços Públicos Litorâneos "*non Aedificandi*" na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 1989 pag. 35.

Uma possibilidade de utilizar a medida em favor da "função social da propriedade" seria requerer, no caso de terrenos públicos sem utilização imediata (ou prevista a curto prazo) a liberação do direito de construir, que seria então concedido, - de forma individual ou coletiva - aos grupos de não-proprietários de bens imóveis, com gerenciamento dos movimentos populares organizados neste setor. No caso, o acesso do uso do terreno não representaria acesso a propriedade privada do solo, que continuaria sendo detida pelo proprietário original. Nos perguntamos entretanto, de que valeria então a posse deste direito. Como obter renda a partir da propriedade se não se detém mas a sua utilização? Os usuários venderiam o direito de uso das habitações, e este sim, passaria a ser um bem privado valorizável.

Em última análise, desvincular a propriedade privada da terra do direito de construir é retirar da relação jurídica o valor que lhe deu significado,(*) esvaziando-a. É uma tendência que se expande nos países onde os agenciamentos capitalistas de valorização da terra em si são menos dinâmicos do que os do capital imobiliário. Para este último, propriedade privada fundiária significa "um obstáculo considerável, de ordem jurídico-política, às regras da livre empresa" quando detida "por um agente cuja lógica for completamente estranha à da produção capitalista". (71) É sem dúvida o caso da propriedade privada restrita ao valor de uso, e de certa forma o caso da terra parada a espera de valorização. Não esqueçamos que a renda da terra, apesar de não ser estranha à produção capitalista, é uma taxa paga pelo agente que empreende o investimento imobiliário, significando para este uma despesa, um custo do processo, bastante indesejável.

É por isso que estes agentes estão sempre fazendo o seu "banco de terras", i. é., comprando terrenos com antecedência para utilização própria ou posterior revenda (72).

(71) LIPIETZ, A. op. cit., pag. 127.

(*) Ver sobre o assunto: PROUDHON, P.J. "Que es la Propiedad?" Buenos Aires, Editorial Proyeccion, 1970, Cap. II.

(72) Sobre o assunto ver TOPALOV, La Urbanizacion, op. cit..

Este procedimento tende a eliminar as distinções de estratégias dos proprietários e dos empreendedores, que passam a ter a mesma lógica.

Gostaríamos de encerrar esta questão comentando o ganho real de poder do Estado com a desvinculação do direito de construir em relação à propriedade fundiária. Suas ações alterariam as condições herdadas (se não as fundiárias propriamente ditas, as de uso e ocupação) de uma forma muito mais eficiente e rápida do que os planos e leis urbanísticas lhe permitem hoje. Não é impossível criar hipóteses sobre que repercussão isto teria a nível de demarcações territoriais. O valor se deslocaria das mãos dos proprietários para as do "Estado-Árbitro", e seria gradualmente transposto aos grupos melhor representados em seu aparelho. Resta saber até que ponto o dispositivo legal teria legitimidade suficiente para impor-se à sociedade como algo a ser respeitado e obedecido por todo o seu conjunto. Tal aceitação se daria de acordo com o uso que da lei se fizesse, associada ao grau de inserção que cada grupo interessado viesse a obter.

Existe no Brasil um significado subjetivo bastante coeso na sociedade em relação à propriedade privada, i. é., uma estreita relação entre ela e o poder social. E este é um agenciamento que a atravessa de cima embaixo, pois pertence ao modo de produção material e ao modo de produção de sentido, que como já foi dito, são mutuamente determinantes /determinados. Aqui, a terra ainda é uma importante forma de possuir e fazer valorizar um capital. Existem muitos investidores que fazem do solo sua aplicação preferencial, e também aqueles que combinam com a propriedade do solo a empresa de construção e a firma de promoção imobiliária, ou seja, fazem do imóvel um produto industrialmente produzido. Nem sempre o capital imobiliário é mais poderoso que o fundiário, embora demonstre esta tendência por se estabelecer comumente sob a forma de monopólios. De maneira geral, "*La quantité de pouvoir social est en rapport avec la quantité de capital possédé: mais cette relation n'est pas bi-univoque et simple*". (73)

(73) DELEUSSE, G. et GUATTARI, F - "*L' Ideal historique*", *Recherches* op. cit, pag. 54.

No caso do solo, o que distancia o grande proprietário do pequeno, é sobretudo a quantidade do bem e o uso que se faz dele, mas o que os aproxima, é que ambos são proprietários. Quando um trabalhador tem acesso à propriedade de um bem imóvel, ele se sente proprietário e ao mesmo tempo garantido. A casa própria, funciona para ele como fator de estabilidade e de garantia reais na sociedade, mesmo que lhe chegue pelas mãos do Estado, o que se pode dizer da casa alugada. Bolaffi comenta a relação do usuário como casa própria da seguinte forma:

O Plano de Habitação popular lançado pela lei 4.380 de 1964 realmente foi uma fraude; mas isso não significa que o acesso à casa própria tenha deixado de constituir a principal aspiração das massas urbanas brasileiras. Ao alugar as casas estaríamos negando uma aspiração legítima da população até porque ela sabe que a longo prazo a amortização é mais conveniente do que a aluguel. Em segundo lugar, o aluguel implicará uma profunda alteração da relação do morador com o seu imóvel. Em se tratando de casa alugada, os moradores não terão para com ela a mesma atitude de conservação, melhoria e até ampliação que hoje caracteriza os mutuários das casas adquiridas"(74).

No Brasil, onde a instabilidade econômica atinge níveis insustentáveis e a palavra garantia não se aplica calmamente nem às cadernetas de poupança, um trabalhador proprietário de bens duráveis tais como terreno e casa própria é considerado um trabalhador "garantido": possui algo "para a vida toda", que "ninguém pode lhe tirar". Está protegido pelo estatuto da propriedade privada. Sobre esta base tem lugar, via melhoria e ampliação da casa, a primeira definição de seu status social de Proprietário, ligado diretamente ao de consumidor, associado a sua posição no emprego e às mercadorias que seu salário pode comprar. Quando o trabalhador não tem acesso à casa, nem mesmo através do aluguel, sendo obrigado a morar em um barraco, numa ocupação ilegal, o ideal da casa própria não morre. Fica adiado.

(74) BOLAFFI, op. cit., pags. 29 e 30.

Tudo indica que a casa própria é uma aspiração do trabalhador "não garantido", mesmo quando por circunstâncias outras, é levado a ocupar uma propriedade privada de forma irregular. Subjetivamente não há a negação de idéia do privado, ao contrário, há tentativa de acesso a ele, via desapropriações, usucapião ou pagamento do terreno através de prestações dentro das suas posses. Neste sentido, aquilo que aparentemente é transgressão, pode ser visto como forma assumida pela frustração da aspiração, e também tentativa de superá-la. Vista desta forma, a ocupação revigora a instituição jurídica da propriedade privada fundiária e da casa própria, renovando seu trânsito social e conferindo-lhe maior legitimidade.

Eis um sentimento possível para o trabalhador que tem acesso à propriedade, através da casa própria: todo proprietário é proprietário (entre os quais me incluo). Além da tautologia a diferença se faria não entre grandes e pequenos proprietários, mas entre proprietários e não-proprietários. Claro que existe a hierarquização, do grande e do pequeno, mas isto não diminui o sentimento de inclusão dos pequenos na sociedade dos grandes, sentimento complementado pelo afastamento dos "não garantidos", dos não proprietários. Um depoimento nos mostra como pode se produzir a diferenciação, dentro de um mesmo bairro, entre os moradores que possuem casa e terreno próprios e os que não possuem:

"Os vizinhos de alvenaria olham os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não querem a favela aqui. A favela deturpou o bairro (...)." (75)

A diferenciação proprietário/não proprietário é básica na definição do status social do morador, principalmente porque a casa (ou apartamento) só pode ser objeto de melhorias quando existe a segurança de permanência, o que nem mesmo o aluguel produz (hoje, com o retorno da denúncia vazia, muito menos).

(75) JESUS, Carolina Maria de, op. cit., pag. 54

No caso do morador que ocupou um terreno ou casa, onde reside ilegalmente, como é possível melhorar o imóvel, que pode lhe ser tomado, sem possibilidade de ressarcimento do que foi gasto? O barraco de certa forma é a antítese do imóvel, no sentido em que as peças (que normalmente não são cortadas do tamanho) são pregadas de modo a permitir que se desmanche todo o conjunto para montá-lo em outro lugar. Forma de nomadismo associada à possibilidade de mudança ou expulsão, este equipamento urbano é produto da real desvinculação entre propriedade fundiária e ocupação do solo, sem no entanto ferir a importância objetiva e subjetiva da propriedade privada, expressa através da casa própria. Esta reside, provavelmente, em dois pontos interligados: a diferenciação de status proprietário/não proprietário e sua consequência material no espaço, i.é., permanência/expulsão. O trabalhador - garantido ou não - reconhece na propriedade privada do imóvel um valor material e um poder social, o que é em suma o significado desta para toda a sociedade capitalista.

Existe uma idéia de que os trabalhadores, principalmente os não proprietários e não garantidos, deveriam ver na propriedade privada uma injustiça, ou algo que os lesa diretamente, o que os levaria a negá-la ao invés de almejá-la. Afastados do acesso aos bens de produção pela propriedade privada destes, e assim submetidos a condições de trabalho que lhe são impostas - em geral muito desfavoráveis - seria de se esperar que rechaçassem a propriedade privada em todas as suas formas, inclusive a fundiária e a imobiliária. Em geral, parece que isto não acontece. Submetidos à condição de não proprietários à revelia de sua vontade, os trabalhadores "não garantidos" sofrem com a atual inserção insatisfatória na produção material e de sentido. Almejam tornar-se proprietários, no mínimo de um pedaço de chão, se possível de um imóvel, a casa própria, e por isso lutam pela distribuição mais justa do território. Isto não quer dizer no entanto que estejam dispostos a se enquadrar nos espaços que o "Estado-provedor" lhe reserva, passando antes pela fila de espera do Sistema Financeiro da Habitação. Nem que seja necessariamente a segregação o único quadro de referência imaginária do trabalhador proprietário. Por outro lado acreditamos que a segregação e a relação de dependência do Estado são dois elementos essenciais da

subjetividade capitalística, que "se produz tanto ao nível dos opressores quanto dos oprimidos" (76), só parcialmente destruídas pelas demarcações *vias de fato* sobrepostas à propriedade privada.

A propriedade privada fundamenta a lógica da desigualdade e da segregação, na qual a igualdade aparece como um conceito de projeção que serve de apoio à generalização do modelo criado pela classe burguesa para o restante da sociedade. Esta igualdade é estruturalmente individualista e repressiva, no sentido em que exclui toda forma ativa de organização, todo significado inesperado, singular, incomensurável, humano. As relações desiguais de poder e acesso à propriedade do espaço são tratadas como uma anomalia a ser sanada, não se sabe quando nem onde, de forma sempre mediada pelo "Estado-defensor do bem comum". Não se questiona se tal forma de governo é possível ou se existe o "bem comum". Nem qual seria a maneira de produzir espaço capaz de gerar a igualdade. Nem como conciliar a "igualdade" com todas as formas que a singularidade humana assume. Nem por quanto tempo uma sociedade poderia manter-se igualitária acaso a igualdade se verificasse. Nem como tratar, no espaço, o acúmulo de tempo cristalizado em estruturas materiais pré-existentes a ela. Enquanto a igualdade não ocorre, reinam disputas que medem poder, negociações e sobreposições territoriais de toda ordem. Não existem vazios de poder, terras devolutas ou *nullis*, que a ninguém pertençam e que possam ser facilmente apropriadas. Existem, ao contrário, terras de vários proprietários: nos loteamentos clandestinos, um terreno pode ter até 5 donos diferentes e nenhuma escritura. Há territórios que legalmente constam como reservas indígenas em solo federal, que "*vias de fato*" são minas particulares onde índios são exterminados. Praças, viadutos, pontes e jardins, propriedades públicas de uso comum, áreas de circulação e convívio, transformam-se em habitação popular.

(76) GUATTARI e ROLNIK, op. cit., pag. 44

Áreas de mangues, reservas florestais, preservadas como patrimônio ecológico, são soterradas literalmente por bairros residenciais, com ruas asfaltadas e escolas. Casarões abrigam vinte famílias. Todo o território está sublocado, sobreposto, bígamo.

Imagina-se que a situação de desordem e ilegalidade é provocada essencialmente pelos grupos de trabalhadores não garantidos que se valem de estratégias as mais diversas para demarcar - vias de fato - seus territórios por sobre as demarcações oficiais empreendidas pelo Estado e pela propriedade privada. Mas se é verdade que os não-proprietários invadem terrenos privados e públicos que não lhes estavam destinados, é igualmente verdadeiro que grupos privados, quando não contemplados pelas benesses do Estado, datuam igualmente segundo estratégias próprias que vão do gangsterismo ao extermínio. Principalmente quando querem liberar para si áreas demarcadas pela própria propriedade privada onde sobrevivem outros modos de produção pré ou paleocapitalistas que, devido a sua espacialização, representam limitação à produção capitalista do espaço. Basta ver, por exemplo, como vem sendo feita a expropriação das comunidades pesqueiras no litoral brasileiro e das comunidades indígenas no norte do país. O que foi feito das terras comunais que existiam na época da pequena produção mercantil agrícola no litoral catarinense? (77) Sem falar no quanto a inserção dos agentes privados no aparelho de Estado torna possível a condução deste na direção de seus interesses, no espaço, permitindo-lhes empreender inúmeras ocupações ilegítimas de forma absolutamente legal. Voltaremos ao assunto no capítulo seguinte.

(77) A este respeito consultar tese de mestrado apresentada ao Dept^o de Geografia da UFSC: CAMPOS, José Nazareno Terras comunais e Pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, novembro de 1989.

La ville est en effet une notion - écran; à travers elle se dit "autre-chose", qui a nom capitalisme, territoire, état, ou équipement collectif.
Le discours sur la ville ne parle pas de la ville (...)
Le concept de ville nous semble s'être littéralement dissout.
La ville supporte en effet un discours dont la règle de formation réside dans une double opération de déplacement et de condensation (...)
A la différence du rêve, qui lui aussi déplace et condense, le discours sur la ville ne supporte aucune esquisse d'interprétation, aucune esquisse de semiologie; À travers lui, ne se fera nulle histoire de son référent, la ville. Le discours sur l'urbain devait lui - même être l'objet d'une "archéologie", et son référent "deconstruit". (78)

II.3. Sobreposições de Demarcações Territoriais e Discurso Urbanístico

Fala-se muito em crise de legitimidade dos ideais modernos de progresso, de razão, de superação, e mais genericamente em crise de legitimidade dos saberes. A desestabilização dos grandes determinismos e a renúncia à ilusão histórica são pontos-chaves do discurso teórico contemporâneo, inclusive sobre arquitetura e urbanismo. Fala-se muito em arquitetura pós-moderna mas jamais o termo "pós moderno" aparece no discurso associado ao termo urbanismo.

Porque o discurso pós-moderno atém-se mais facilmente aos elementos constitutivos do urbano tratados isoladamente, enquanto peças arquitetônicas? Porque não se opõe ao projeto moderno nenhum modelo global de organização do espaço? Porque não se propõe a fazê-lo? O último discurso articulado de forma ampla sobre o urbano parece ter sido o discurso moderno.

(78) GUATTARI, DELEUSE et alli, "Genealogie du Capital.1. Les équipements du pouvoir" in *Recherches*, nº 13, Paris, 1973 pags. 35/36.

Pertence a ele a própria idéia embutida no termo "urbanismo", de que a cidade pode ser objeto de modificações pré concebidas, de indução formal, de projeto, idéia esta que permeia o modernismo em sua forma mais ampla. O "pós" opõe-se ao Movimento Moderno em arquitetura enquanto maneira particular de "conformar" o urbano, mas também, num outro nível, opõe-se à modernidade como projeto de desenvolvimento das forças produtivas, como projeto de inovação total do meio social e cultural. Por isso nega-se a apresentar um modelo global de organização espacial para a sociedade contemporânea. Na falta de um discurso teórico mais rico, a cidade é assediada por toda uma série de metáforas que lhe dão vida própria e lhe atribuem atitudes ora louváveis, ora condenáveis. Paralelamente a esta espessura subjetiva, ela perde toda a materialidade histórica, toda realidade própria. Toma, no enunciado, o lugar de outras palavras, tais como Estado, capitalismo, etc. Através deste processo de substituição, destas formas de enunciação no discurso, o conceito de cidade, e com ele o de urbano, move-se entre a personificação e a coisificação, ora sujeito, ora receptáculo da ação, da história. Este jogo sujeito/objeto, que permeia toda a filosofia e a história do pensamento humano, atinge em particular o binômio mais amplo em que se insere o urbano: o par espaço/sociedade, que "revive" as noções de corpo e alma. Surgem o espaço como corpo da sociedade e a sociedade como alma do espaço, *anima* que dá vida ao corpo espacial.

Vem daí a noção de espaço passivo, corpo material sem alma, objeto sem sujeito, suporte material sem subjetividade possível. A Sociedade por sua vez aparece, complementarmente, como alma sem corpo, espécie de fantasma, sujeito imaterial, símbolo impossível de ser objetivado. Dando mais um passo o corpo da sociedade se confunde *in toto* com o espaço, seja este entendido como o território terrestre ou expandido até o Cosmo.

Paralelamente, a alma do Cosmo se confunde com a sociedade humana, posto que as outras formas vivas são irracionais, e "pré-suposto" que não existem outras formas de vida fora do

nosso planeta. A sociedade deixa de ter um corpo humano social coletivizado e passa a ter corpo geográfico, ou mesmo cósmico. (*)

Tudo se passa como se pudéssemos tomar o par sociedade/espço, (ou se preferirmos território/grupo social) no pensamento e no discurso, como um casal convencional: dois seres distintos que na sua relação simbiótica tornam-se apenas um. Cada qual fica reduzido a meio ser, mostrando e assumindo apenas a parte que lhe é permitida e conveniente dentro da relação, projetando a metade rechaçada no outro. Algo assim, tal como uma transferência, é o que se passa nas nossas análises e interpretações do urbano: o espaço é aquilo que se mostra (corpo, objeto) e a sociedade é um fantasma escondido nele (alma, sujeito). Por isso somos incapazes de fazer um discurso que fale do urbano sem falar da sociedade, *anima* do espaço, da sua organização, da produção, do Estado, do poder, do capital, etc.... Daí surgem todos os "deslocamentos", "condensações" e demais procedimentos de substituição; metáforas cuja raiz está nos próprios mecanismos da representação:

"Nous ne pouvons qu'enregistrer cette impasse: impossible de penser la ville-en-soi. Nous ne pouvons la "penser" que dans l'élément de la représentation, comme concept pseudo-unifiant, non comme multiplicité éclatée (79)

(*) Sobre o assunto, consultar Bachelard, G. A Poética do Espaço, São Paulo, Martins Fontes, 1988, sobretudo os capítulos II VIII e IX.

(79) GUATTARI, DELEUSE et alli, op. cit., pag.57.

Outra dificuldade deste discurso encontra-se na oposição urbano/rural, também expressa no par cidade/campo:

"Une disjonction exclusive, et une seule, a traversé tous les discours sur la ville comme ce qui n'était pas la campagne, et reciproquement. Antinomique à la société rurale, la ville s'est donné à entendre comme capitalisme." (80)

Como se percebe, este deslocamento se sobrepõe ao outro já mencionado. À oposição cidade/campo enquanto dupla antitética vem se somar toda uma série de oposições ricas de valores: natureza/cultura, barbárie/civilização, ignorância/saber, pureza/poluição, autêntico/artificial...

"À la limite, la separation de la ville e de la campagne a tenu lieu de partage entre le bien et le mal". (81)

Acreditamos que tal separação só se estabelece de forma definitiva com a cidade moderna. Quando Yves Chalas analisa no seu artigo (82) o imaginário do urbanista/planejador, afirma que este, vendo no advento da cidade moderna (leia-se capitalista) a origem de todos os males, conclui que para resolvê-los bastava resolver os problemas desta. Este deslocamento (*) em direção ao urbano de problemas que o depassam seria, segundo o autor, a base do equívoco responsável pelo fracasso do urbanismo moderno.

(*) Note-se que o Termo usado por CHALAS ao se referir à prática urbanística é o mesmo usado por Guattari, Deleuse et alli em relações ao discurso sobre o urbano.

(80) GUATTARI, DELEUSE et alli, op. cit., pag.51

(81) Ibidem, pag. 53

(82) CHALAS, Y. "L'imaginaire Aménageur ou le complexe de Noé" in ANNALES de La Recherche Urbaine, n° 42, pag. 66 à 73.

Gostaríamos de saber se o fracasso do urbanismo moderno tem participação nas atuais sobreposições territoriais. Se fossemos capazes de estabelecer claramente a distinção entre problemas espaço-territoriais e problemas sociais, haveria maior possibilidade de determinar previamente as demarcações territoriais, realizando um planejamento mais eficiente? O autor acredita que sim. Afirma que vendo o urbanismo como "um meio de transformar a vida social através do espaço" (83) o urbanista confunde duas realidades distintas: o habitat insalubre e a vida social miserável. Tal equívoco leva à crença de que o espaço é capaz de produzir relações humanas novas, gerando raciocínios lineares e deterministas, como aqueles que o autor resume nos três pares de oposição que formariam o imaginário do planejador: "*Besoin/Bonheur*", "*heterogeneité/unité symbolique*" e "*Archaisme/Modernité*".

No primeiro, parte-se do sujeito (necessidade) e volta-se a ele (felicidade) passando-se pelo espaço: NECESSIDADE ----> FUNÇÃO ----> ESPAÇO ----> SATISFAÇÃO ----> FELICIDADE. (84)

Percorre-se aparentemente o trajeto da corrente "racionalista", que a partir da figura universal do homem racional quer construir uma cidade adaptada às exigências modernas, determinadas pela industrialização.

No segundo - heterogeneidade/Unidade simbólica - prevalece o caminho da corrente "culturalista" (*) que vê a cidade como obra cultural e campo de representações simbólicas.

Em ambos os casos, o pano de fundo é a infelicidade do homem moderno, atribuída à desordem da vida urbana.

(83) CHALAS, Yves, op. cit., pag. 66

(84) *Ibidem*, pag. 66

(*) Os termos culturalista e racionalista são de FRANCOISE CHOAY, in *Urbanisme: Utopies et réalités*, 1965, citados por vários outros autores e incorporados ao discurso urbanístico na década de 70.

Mas a partir daí, funcionalismo e culturalismo propõe soluções diferentes, respectivamente:

"Créer une harmonie nouvelle, un ordre rationnel universel et adapté aux forces productives modernes; recréer l'harmonie du passé, planifier le fantasme urbain, intégrer l'imaginaire dans la politique urbain" (85)

O terceiro par - Arcaísmo/Modernidade, trata, na abordagem de Chalas, da relação do cidadão usuário com o planejamento. No imaginário do planejador, arcaica seria a atitude do usuário de rejeição à mudança, ou de apatia e indiferença às políticas urbanas. Moderna seria a atitude do urbanista/planejador, promovendo, através da informação, da participação e mesmo da "educação" do usuário, a sua modernização". Guattari aponta claramente o papel do planejamento estatal na destruição de espaços rugosos e singulares - aqui vistos como arcaicos - e no reestriamento capitalístico promovido pelos equipamentos coletivos do poder - aqui vistos como modernos.

Aventamos aqui a hipótese da análise de Chalas retratar especificamente o imaginário de um certo "tipo" de planejador, aquele ligado aos órgãos estatais oficiais de planejamento, responsáveis pelas intervenções disciplinadoras, cujo caráter autoritário de imposição da ordem (e do novo) já foi tratado por diversos autores.

Certa reação a idéia de que esta seria a única forma de urbanismo possível foi desenvolvida por VENTURI nos seus textos de 1966 e 1972, onde o autor desenvolve as idéias de "Arquitetura do usuário" e "Arquitetura sem arquiteto". Também BLAKE, no seu texto de 1974 questiona o credo funcionalista e levanta a possibilidade de uma arquitetura participativa na qual a forma não segue a função, o útil nem sempre coincide com o belo e o ornamento certamente não é crime.

A participação nas decisões arquitetônicas e o fim do reinado absoluto do arquiteto encerram uma nova postura perante a questão da produção do espaço, talvez capaz de amenizar alguns dos conflitos atuais e diminuir a incidência de sobreposições de demarcações territoriais. Estaríamos caminhando no sentido de reaproximar o urbanismo das suas formas tradicionais, anteriores à noção de planejamento centralizado no aparelho de Estado, que predomina desde o nascimento dos Estados Modernos, e reassumindo uma posição menos rígida em relação à realidade urbana?

Muitos autores pós modernos enunciam no seu discurso uma espécie de exaltação nostálgica do mundo "tradicional" nas suas várias formas pré-capitalistas. Filiam-se a uma vertente que associa o pós modernismo a uma espécie de pré-modernismo, que se assemelha à vertente "culturalista" já mencionada e opõem-se às vertentes ligadas ao supermodernismo, que buscam redimensionar o novo sob uma ótica neoconservadora.

É Maldonado quem melhor explicita a idéia de que o pós-moderno oscila entre um pré-modernismo que rechaça a modernização (arcaísmo) e um supermodernismo que a relança do ponto de vista da ideologia neo-conservadora (modernidade):

"Em efeito, el posmodernismo, tal como el pós industrialismo, se expresa substancialmente en dos direcciones contrastantes: como pré modernismo, es decir, como exaltación nostálgica del mundo tradicional (...) o bien como supermodernismo, isto es, como fe ilimitada en las posibilidades de que mediante una revolución tecnológica (y sobre todo tecnocrática), sea factible cambiar la sociedad sin tocar (mas aún renovandola) la estructura tardocapitalista". (86)

(86) MALDONADO, Tomás. "El movimiento moderno y la cuestion "post". La razon, Buenos Aires, 05/01/86, suplemento de cultura;

O binômio arcaico/moderno está presente tanto nas vertentes funcionalista e culturalista do Urbanismo, quanto no Pós-moderno. Esquivando-se de questões centrais de ordem econômica e política, tais doutrinas tomam as formas capitalistas de produção material e de sentido como um simples dado de realidade. Abordam apenas suas manifestações espaciais aparentes tais como o industrialismo, o inchaço das cidades, a falta de unidade simbólica, enfim, o dito "caos" urbano, para o qual apresentam soluções que oscilam entre arcaicas e ultramodernas.

A falta de profundidade analítica do discurso urbanístico é em parte responsável pelo fiasco das atuações que nele se baseiam, gerando soluções inadequadas que hoje enriquecem o elenco de sobreposições territoriais existentes, nas grandes cidades modernas e mesmo no campo.

Reduzindo seu campo de ação às estratégias paliativas e esquivando-se das questões de fundo, tais doutrinas acabaram muitas vezes servindo, ora mais ora menos conscientemente, de discurso ideológico para a ordem capitalista hegemônica.

A identificação do Movimento Moderno arquitetônico com a arquitetura do poder, elaborada desde a década de 50, é um exemplo. Santos escreve em 1982, baseado em diversos autores da década de 60:

"A arquitetura adaptou-se ao novo mundo dos negócios, à concentração e à estandardização na indústria da construção, à rigidez dos novos materiais e das novas máquinas (...). Era a glorificação do repetitivo, do feio, a serviço de uma reprodução mais rápida do capital. Enquanto Mies Van Der Rohe fala da necessidade de uma ordem que dê a cada coisa o seu lugar em relação à sua própria natureza, as exigências da produção de massa, diz E. Larrabée (1966), conduziram ao apego à ordem em detrimento da variação. A feiúra dos objetos da vida cotidiana impera, exclama R.S. Latham (1966, pag. 280),

(...) A emotividade, presença humana na coisa inanimada e orgulho da arquitetura do passado, foi igualdade sacrificada. Temos agora uma arquitetura desprovida de afetividade (H.Meyer, 1964)". (87)

Estandardização, repetição, ordem excessiva, rigidez, feiúra, falta de afetividade e emotividade. Esta é a trilha de distanciamento da Arquitetura do verdadeiro modernismo arquitetônico (Mies Van Der Rohe, p. ex.) e sua aproximação da produtividade, da produção de massa e da rentabilidade capitalista. É possível pensar na Arquitetura moderna pré-adaptação ao capitalismo, que tinha um projeto próprio de sociedade e na Arquitetura Moderna pós-adaptação, que se coloca a serviço do poder capitalista e se desumaniza. Compagnon localiza esta ruptura:

"Aprés 1945, l'Architecture Moderne n'eut plus de projet de Societé et se mit au service du pouvoir; Standardisée, elle fut dénuée de cette vertu négative et critique, indispensable au mouvement moderne, elle n'eut plus de moderne que le nom e devint synonyme d'alienation e desumanization, dans les tours, les barres et les cités - dortoirs (88)

Particularmente, entendemos que uma morfologia arquitetônica qualquer que seja, por si só, não é capaz de produzir o urbano nem sua definição futura, mesmo quando atrelada a um projeto mais amplo de mudança da vida cotidiana, i.é., a um movimento filosófico, cultural e estético. O desenho racionalista - funcionalista da cidade não pode ser confundido com a forma mais geral de produção capitalista do espaço urbano, embora a arquitetura e o urbanismo estivessem subordinados, incluídos e compatibilizados com esta forma de produção material e de sentido.

(87) SANTOS, M. Pensamento o Espaço do Homem, Hucitec, São Paulo, 1982 Pag. 23.

(88) COMPAGNON, op. cit., pag. 149

Concordamos com Maldonado quando diz:

- "1. *Admitendo, sin concederlo, que exista algo similar a una clara, estructurada morfologia del racionalismo, es discutible que esta puede ser identificada in toto con el movimiento moderno, y vice-versa;*

2. *Afirmar que una morfologia cualquiera sea, por si sola, responsable de todos los males concretados en la actual degradacion del ambiente urbano, significa, en la práctica, querer absolver de sus culpas a los verdaderos responsables (89)*

Talvez se possa afirmar que a corruptela funcionalista-racionalista do Movimento Moderno original das décadas de 20 e 30 deste século, seja uma adaptação das formas espaciais às formas sociais capitalistas de produção material e de sentido. O que não equivale a dizer que o Movimento Moderno originalmente assumia uma postura crítica em relação ao capitalismo e depois se submeteu a ele. Apenas ao se afastar do modernismo crítico, ao excluir de si mesmo seu lado "noir", sua contradição, o modernismo arquitetônico, concebido depois do primeiro pós-guerra (1919-BAUHAUS), munuiu-se posteriormente de um otimismo acrítico, de uma idolatria do progresso, do industrialismo e do cientifismo. Passando a vê-los como solução dos problemas sociais criados pela organização capitalista, e pela guerra, acabou compartilhando do "ideal" capitalista de progresso. Acreditando que a modernização da produção possibilitaria a superação das condições insatisfatórias de vida, abandonou cada vez mais sua origem crítica, alienando-se, desumanizando-se e contribuindo para estabelecer formas de produção do espaço cada vez mais afins à lógica do lucro e da segregação.

(89) MALDONADO, op. cit., pag. 264

Depois do gigantismo pretensioso e da aproximação com o poder que os grandes projetos de mudança da sociedade propostos pelo Movimento Moderno representaram, o "pós" nega-se a ter qualquer ideal projetado no futuro. Prefere lançar um olhar cético, desgostoso e irônico sobre o passado que torna-se a-histórico e se esvazia de sentido, uma vez que o futuro não se coloca como possibilidade. Sem projeto para a sociedade reduz-se a um repertório de formas que inclui, de maneira acrítica, tanto as arquiteturas autoritárias Nazi-facistas quanto as referências mais próximas, do próprio Movimento Moderno, e não produz um discurso urbanístico próprio, mas sobretudo a crítica do discurso moderno.

Se, no geral, o urbanismo hoje não se propõe a fazer história nem mudar o mundo, é porque acredita que os esforços anteriores neste sentido produziram um urbano e uma arquitetura desumanos, representando assim um grande fiasco. O maior símbolo deste fiasco parece ser o conjunto habitacional planejado dentro das premissas da Carta de Atenas, a ponto de Peter Blake datar o fim do modernismo no dia 15 de julho de 1972, quando vários imóveis habitacionais de um conjunto de Saint Louis, Missouri, projetados na década de 50, foram implodidos por terem se tornado inabitáveis. (90)

O fiasco arquitetônico e urbanístico é mais forte que o fiasco geral do Projeto Moderno de Sociedade. Devido a sua ligação imediata com a técnica e com a reprodução social, a arquitetura e o urbanismo são capazes de avaliar as dificuldades humanas atuais não só no que se refere à produção material da cidade contemporânea mas também na sua produção de sentido. Constatando ao mesmo tempo as dificuldades de criação de territórios objetivos e subjetivos, ou seja, o duplo fiasco, ambos observam atônitos a multiplicação das sobreposições territoriais de toda ordem.

(90) BLAKE, P. *Forms Follows Fiasco*, 1974.

Caberia neste ponto recolocar a questão crucial: que atitude esperar do urbanismo contemporâneo, mediante a constatação do fiasco real e do empasse do discurso teórico? Podemos esperar o fim do "heroísmo" detectado por Challas e o abandono dos pares de oposição através dos quais os urbanistas percebem toda uma série de confrontos e contradições sobre as quais constroem lógicas de defeito/correção? (91) Devemos crer que o urbanista, a partir de hoje, abandonará a antiga luta do "bem" contra o "mal", e com ela a heróica tarefa imaginária que ele mesmo se impôs, de contrapor seu projeto ordenador de futuro ao dilúvio que ameaçaria a cidade de destruição!?

Por um lado, depois da experiência moderna, somos hoje mais capazes de projetar e planejar formas de territorialização menos autoritárias, menos repetitivas, menos feias. Somos capazes até de não projetar conjuntos habitacionais para serem implodidos depois de 20 anos, mas sim grupos de casas e apartamentos integrados à cidade; de trabalhar na urbanização do que já existe e não se enquadra nos espaços institucionalizados e urbanizados - cortiços, favelas, ocupações, etc. Somos enfim capazes de uma atitude menos equivocada, menos heróica, menos grandiosa e por isso menos fadada ao fracasso. Mas não estamos livres da sujeição do nosso trabalho profissional, técnico e estético, às imposições reais de ordem político-social, advindas da organização capitalista de produção material e de sentido. Mesmo se nos negarmos a trabalhar diretamente para o Estado, que não é outro senão o "Estado de Classe", o "Estado-Árbitro" e o "Estado Provedor", como nos desvencilharemos da escassez estrutural de recursos provocada pelo "Estado-explorador coletivo"? Como não esbarrar com a estrutura fundiária resultante da existência da propriedade privada fundiária? Enfim, como lidar com tudo o que condiciona (e é condicionado por) nossa ação no urbano? Chegamos a pensar que talvez a saída do urbanismo contemporâneo fosse abandonar o cargo de ideólogo do planejamento oficial do Estado. Deixar o cargo vago para ser assumido por tecnocratas que o ocupariam de forma mais conveniente.

(91) CHALLAS, op. cit pag. 66

Mas não sem antes analisar o quanto os ideais modernos que constroem o imaginário esquizomorfo dos ordenadores do espaço apontado por Chalas são uma produção subjetiva específica, uma mostra de como o "modo de produção de subjetividade capitalística" influenciou o Urbanismo, desde os higienistas do século XIX até hoje, e fez dele o um instrumento útil a sua produção material e de significado. O complexo de Noé, ao qual se refere Chalas, é o correspondente urbanístico da "culpabilidade militante", da qual nos falam Guattari e Deleuse (92). Pura libido reativa, de negação da realidade, canalizada em proveito do poder cristalizado, do aparelho de Estado.

É justamente porque está ligado diretamente ao aparelho de poder que o Urbanismo não pode se ater à esfera restrita do urbano, i.é., a sua alçada técnico-estética. O Urbanismo está ligado ao Aparelho de Estado, inserido, sob a forma de planeamento urbano, no macro planeamento Estatal. Da forma como foi concebido, como projeto de alteração da sociedade por intermédio do espaço, o urbanismo moderno já tinha, por hipótese, sua ação estendida ao campo macropolítico. Sua atuação tornou-se, não *in toto*, mas em parte, doutrina oficial urbanística do Estado, e hoje pouco importa saber se por desvio de rota ou não. O movimento moderno não assumiu posições políticas, de esquerda nem de direita, tão em voga na época entre os movimentos de vanguarda. Trazia consigo a proposta de uma nova tradição, de um novo modelo de *status quo*. Queria ser eloquente, grandioso, hegemônico. Talvez a única forma de cumprir seus ideais grandiloquentes fosse ocupar a posição que lhe tinha sido "reservada" (macro politicamente projetada?) pelo Estado, participando do urbanismo oficial. Os equívocos teóricos que cometeram a arquitetura e o urbanismo moderno em nada diferem dos equívocos modernistas em geral, dos quais nos alertaram modernistas diversos, entre os quais Nietzsche, Baudelaire e Chaplin, que desde sempre conheciam o lado sombrio dos tempos modernos, destrutivo, caótico e ao mesmo tempo fascinante.

(92) DELEUSE e GUATTARI et alli, "Genealogie du capital: L'ideal historique" in *ANNALES DE LA RECHERCHE URBAINE*, nº 14, CERFI, Paris, 1974 pags. 21 a 24

Mas enfim, o que nos resta além da experiência (nem sempre) tão caótica e desastrosa do urbanismo moderno? Como superar as limitações desta prática urbanística a serviço do poder central instituído quando, ao que parece, o maior problema é a semelhança de base, de raiz, que se tem com ele? Como já dissemos, uma das formas possíveis seria sair do cargo de ideólogo do urbanismo estatal, mas manter-se fora muda exatamente o que? Quais as outras ligações de poder possíveis? Existe urbanismo fora do aparelho de Estado? Se não existe urbanismo, existem urbanismos, vários urbanismos micropolíticos. Urbanismos que estabelecem ligações mais diretas com os diferentes grupos sociais, intermediadas ou não por organizações políticas da sociedade civil (Sindicatos, Partidos Políticos...) ou organizações micropolíticas ligadas aos movimentos populares urbanos (entidades representativas de pequenos grupos, bairros, comunidades, etc...). Estas, nascidas no período reivindicatório dos movimentos sociais, tornam-se cada vez menos imediatistas, e de pronto-socorros transformam-se em clínicas urbanas mais especializadas.

Pode o urbanista formado nos quadros de especialização curricular das universidades, destinado a cumprir papéis na estrutura do planejamento oficial, ser útil às organizações independentes da sociedade civil? Acreditamos que seu trabalho voluntário - muitas vezes não pago - tem acompanhado a evolução dos movimentos sociais urbanos, e este crescer/ser acrescido tem significado uma nova "escola" na qual o urbanista aprende a lidar com os problemas da realidade - onde nem sempre sua teoria tem respaldo. Estando do outro lado do poder, não fora dele, mas apenas fora do seu aparelho cristalizado, no espaço complexo e rico da micropolítica, este urbanista torna-se cada vez mais preocupado em superar suas limitações de formação (seu complexo de Noé) e continua, heróica e "humildemente" a assumir toda a complexidade do urbano, mesmo que para alguns isso possa ser um equívoco causador de fiascos futuros. Não se detendo à alçada de sua "especialidade", assume como cidadão o papel político que a constante mutação da sociedade, em imbricação total com o espaço, lhe designa. O que não o impede de ocupar-se igualmente da sua alçada mais específica: a territorialização da sociedade, nos aspectos da sua produção material e de sentido,

que diga-se de passagem é uma totalidade que não se divide nas alçadas do técnico e do estético.

É uma arte, Arquitetura. Sim, porque:

"Arquitetura, até segunda ordem, é também uma arte. E o que é uma arte senão justamente um condensador subjetivo para produzir mutações? (...) Seria besta pensar que só as construções de antes do século XIX seriam capazes de funcionar neste sentido. Isto é próprio da arte e arquitetura continua sendo arte. Então, trata-se de criar neste sentido". (93)

Nestes termos o trabalho se torna não só interdisciplinar - palavra tão em voga desde a década de 70 - mas também extradisciplinar, porque não exige somente a integração de todas as disciplinas científicas mas também a interação com toda a praxis coletiva de territorialização, onde reina a diferença, o inusitado, a discórdia, o milagre, o infortúnio, o acaso, a coincidência significativa, o caos, a possibilidade, o singular que nem sempre precisa (ou quer) ser ordenado e organizado. Quais as questões que se impõem neste trabalho? Primeiramente, estando fora do Estado e ligadas à sociedade civil, os espaciólogos podem contribuir (diante da homogeneidade do espaço oficialmente construído e de suas arquiteturas disciplinares e enquadradoras) para a criação de territorialidades novas e imprevistas, ligadas a formas de subjetivação mais independentes e singulares. Segundo, podem evitar que sua atuação na produção de sentido e na produção material - seus projetos - caiam no modelo de reterritorialização artificial, reorganizadora da territorialização capitalista. Terceiro, podem ir além do urbanismo moderno e criar urbanismos contemporâneos, maneiras diversas, díspares e mutantes de lidar com as territorialidades reais e singulares que se produzem no dia a dia de nossa praxis urbana.

E por último, podem contribuir para minimizar os efeitos indesejáveis das sobreposições territoriais resultantes das demarcações "vias de fato" empreendidas pelos diferentes grupos sociais na sua luta diária de produção e divisão do território.

"Não existem dados oficiais precisos sobre o déficit habitacional brasileiro. Estima-se que de 60 a 70% das habitações do país sejam feitas por auto-construção - favelas, loteamentos clandestinos e casas em locais não permitidos pelos planos urbanísticos. Entre 1960 e 1990 a população do Brasil passou de 51 milhões para 150 milhões de habitantes. Neste período foram construídas apenas 20 milhões de unidades habitacionais (no máximo 5 milhões pelo sistema financeiro da habitação). Se for somado a este déficit o número de famílias que mora em auto-construção , chega-se a uma estimativa próxima do real: estão faltando no país 20 milhões de moradias (...) Em Santa Catarina, (...)o déficit habitacional é calculado em 200 mil unidades (94)

II.4. Sobreposições de Demarcações Territoriais e Política Estatal de Equipamentos

Duas idéias principais se depreendem da afirmação de que estão faltando 20 milhões de habitações no Brasil, e que nos últimos 30 anos 60 a 70% das moradias foram auto-construídas, em territórios demarcados de forma irregular e/ou ilegal, enquanto apenas um quarto foi produzido pelo órgão estatal competente. A primeira: o Estado, na figura do Sistema Financeiro da Habitação, não produziu neste período a quantidade necessária de habitações para suprir a demanda da população brasileira - o que costuma-se relacionar com o contínuo movimento de êxodo rural. A segunda: ao não supri-la convenientemente, torna-se, se não o único, o principal responsável pelo déficit habitacional atual e pelos efeitos indesejáveis que as soluções empreendidas pela população - por seus próprios meios e recursos - possam vir a representar em termos de comprometimento do meio urbano brasileiro e da qualidade de vida em nossas cidades.

(94) "Segundo estimativas, faltam 20 milhões de casas" in A Notícia, Joinville, julho de 1991.

São duas idéias bastante procedentes que partem ambas da premissa de que o provimento da habitação - vista aqui como equipamento coletivo de uso individual familiar - deve ser encarado como responsabilidade autêntica do "Estado provedor", premissa com a qual não concordamos, ao menos da forma como vem implícita aprioristicamente no discurso oficial do Estado sobre a questão habitacional. Elucidamos a discordância através da seguinte questão: Se o Estado é apenas um dos agentes sociais produtores deste equipamento, e nem sequer o maior; se existem sistemas de produção não mercantilizados (auto construção, mutirão, etc...); se empresas particulares de construção civil, financiamento e promoção imobiliária animam todo um complexo sistema de produção de imóveis que utiliza a produção da "mercadoria habitação" como forma preferencial de sua reprodução ampliada, porque delegar unicamente ao "Estado provedor" a responsabilidade do provimento deste equipamento, e culpá-lo isoladamente pelo não cumprimento da tarefa? Porque a iniciativa privada, por exemplo, não pode contribuir de forma mais significativa na diminuição do déficit nacional de habitação? O motivo é bastante evidente: a grande maioria da população brasileira, devido a forma como está inserida na produção material e de sentido, não se encontra em condições subjetivas e objetivas de adquirir o equipamento habitacional através do processo legal capitalista de produção, compra e venda desta mercadoria. Grande parte da população vive de salários que não incluem os gastos com tal equipamento, pois encaram a função do abrigo de forma muito restrita: como ressarcimento diário do trabalhador, em horas de repouso, que o recomponham para o trabalho do dia seguinte. Neste sentido, a habitação é vista pelo sistema produtivo brasileiro como um todo, e principalmente pelos setores do capital responsáveis pelas condições de assalariamento (os setores industrial, comercial e de serviços) como uma mercadoria "supérflua"; não incluída nos salários diretos exceto de forma parcelada, insuficiente e irrisória, serve para aumentar a dependência do "fator trabalho" em relação ao "fator capital". Isto faz com que grande parte da população brasileira assalariada, embora não disponha de um teto para morar, não represente uma demanda real por este equipamento.

Se não há demanda, há uma "falta", no sentido que é proposto por Guattari:

"Mais la manque, s'il existe, et peut on dire qu'il existe en occident, est une simple consequence de l'asservissement, une simple representation reductive sous forme d'un rapport réel de puissance, d'opresseur à opprimé, de dominant à dominé (95)

Para que a falta pudesse significar uma demanda real, seria necessário haver capacidade real de compra, para que esta viesse a definir o perfil do mercado e assim a forma final da mercadoria habitacional capaz de respondê-la.

Na faixa de mercado destinada historicamente ao Estado-provedor de forma exclusiva - classificada pelos órgãos competentes entre zero e 5 salários mínimos de renda familiar - não há reais consumidores da mercadoria habitação; por isso ela não interessa ao capital imobiliário, porque não é uma faixa de mercado para o bem durável que produzem, ou seja, o imóvel. É em primeiro lugar por que a "falta" (esta sim, real) representada por esta faixa salarial só pode ser suprida de forma subsidiada, que ela não diz respeito ao mercado capitalista de produção e venda, e sim ao suprimento por parte do Estado-provedor, único "capaz" - leia-se interessado/obrigado - de financiar este bem durável nas condições necessárias de acessibilidade para estas faixas salariais, a longuíssimos prazos e mediante a desvalorização dos capitais públicos em relação aos privados.

Qual seria o interesse do Aparelho Estatal em fazê-lo ? Político: a habitação é vista socialmente como necessidade essencial do homem e direito do cidadão. Fornecê-la pode legitimar o seu poder e aumentar suas possibilidades de enquadrar grande parcela da população nos moldes de habitabilidade que permitem e garantem o seu controle.

(95) GUATTARI, DELEUSE et alli, *L'ideal historique*, op. cit, pag. 91

Ao suprir uma faixa salarial de não-consumidores de bens duráveis com habitações populares, financiadas a longo prazo com subsídio do capital público, o Estado cria um grupo de usuários do serviço público de habitação cuja a única possibilidade de acesso legal a esta mercadoria se transforma neste equipamento coletivo de uso individual familiar. Este equipamento, para o restante da população, continua a ser provido individualmente, através do aluguel ou da compra do imóvel. Aliás o Estado participa da produção (esta sim rentável) destes imóveis, desviando capital público previamente destinado à produção de habitações populares (faixa menos lucrativa). Foi onde o Banco Nacional de Habitação se mostrou politicamente incapaz de se manter: tal "desvio" resultou na sua extinção, pois atingia a base de sua sustentação política, que entrou em total conflito com seus propósitos econômicos.

Deste ponto de vista, o que aparece no discurso político sob o nome de "Déficit Habitacional Crescente" nada mais é senão o aumento do número de pessoas assalariadas submetidas a ganhos mensais incompatíveis com a aquisição de bens duráveis, entre eles a moradia. Pessoas que, não pertencendo à faixa salarial dos compradores de bens imóveis, vêm engrossar a fila de futuros usuários do serviço público de habitação, na esperança de ascender por vias legais ao equipamento coletivo de uso individual familiar: A Habitação popular.

Enquanto não mudarem as condições de inserção dos diversos grupos sociais nas relações de produção material e de sentido, i.é., enquanto grupos enormes da população se mantiverem e forem mantidos excluídos dos processos de participação na divisão do poder e da riqueza, e conseqüentemente não forem capazes de melhorar sua participação na divisão social do espaço, o dito "Déficit habitacional" só tenderá a crescer, e paralelamente a ele todas as formas de demarcações territoriais não planejadas e imprevistas, empreendidas pela população por seus próprios meios e com seus próprios recursos, favorecendo sobreposições de toda ordem.

A situação se complica ainda mais quando estendemos tudo o que foi dito em relação à habitação a todos os demais equipamentos coletivos produzidos pelo poder público

A organização capitalista da produção material e de sentido tende a transformar o urbano em uma somatória de equipamentos coletivos, desencantando a cidade (96). O conjunto habitacional de periferia, ao qual já nos referimos no item anterior, seria o ponto máximo da maquinização e serialização do espaço urbano, onde tudo é criado sob a égide do "equipamento coletivo", desde o saneamento básico e a infra-estrutura viária - igualmente públicos no restante da cidade - até escolas, postos de saúde, creches, centros comunitários, playground, etc... Entretanto, ao invés de resultarem locais de moradia super-equipados, os conjuntos habitacionais brasileiros são cidades dormitórios, porque os "equipamentos coletivos", que a partir da Carta de Atenas passaram a ser compreendidos como "extensão" da habitação, sofrem da dificuldade crônica de sair do projeto, pela sempre alegada "falta de verbas". Assim sendo, as condições de existência espacial de grupos imensos da população, submetidos a elevados níveis de exploração, ficam reduzidas ao mínimo. Os equipamentos coletivos realmente fornecidos são aqueles indispensáveis à utilização destes grupos como força de trabalho, como a creche por exemplo, que viabiliza a utilização das mulheres na produção, ou aqueles adquiridos através da mobilização dos movimentos populares, das iniciativas independentes, etc... A obtenção direta, por via de pagamento particular, é restrita, posto que os salários diretos não incluem gastos desta ordem, com serviços e equipamentos urbanos.

Todo fornecimento de equipamentos urbanos via "Estado-Provedor" não significa em absoluto o alargamento do conceito de "coletivo" ou qualquer mudança de sentido do coletivo que o beneficie em detrimento do privado, como forma de solução qualitativamente superior das questões urbanas.

(96) Ver GUATTARI, E & D, op. cit., pag. 111

O principal motivo do provimento coletivo de equipamentos-inclusive os de uso individual como a moradia - é o alto índice de exploração da força de trabalho assalariada e o repasse, para o Estado, de despesas das empresas privadas com a manutenção de seus empregados.

Equipamentos públicos, transformam-se em forma indireta de salário, i.é., pagamento de parte do trabalho não pago nos salários diretos. Assumindo parte dos gastos com um trabalho que não o beneficia, o Estado subsidia não a população por ele atendida, mas os capitais privados, que ampliam suas taxas de mais valia real acentuando a tendência geral de baixa dos salários diretos. Com o subsídio a estes agentes privados via capital público (que em última análise são os impostos, taxas e pagamento de toda ordem recolhidos do total da população consumidora) o Estado empreende uma transferência real de valor do social, do coletivo, para os agentes privados. Age como Estado-Explorador. Esta transferência de riqueza beneficia vários setores do capital industrial e prejudica, por outro lado, os capitais investidos nos setores imobiliários, de produção de serviços e de bens de consumo duráveis, cuja reprodução depende mais das possibilidades de formação de mercado interno para os bens que produzem, entre eles a habitação . Tal transferência dificulta a construção de uma demanda real, que permitiria a reprodução ampliada dos capitais aplicados nestes setores a taxas de lucros equivalentes as demais exercidas no mercado. No caso dos bens duráveis, há o mercado externo para o qual a produção se direciona cada vez mais. Já os serviços e equipamentos urbanos, de mais difícil exportação pelo caráter especializado de sua produção, seriam amplamente favorecidos por uma alta real de salários. É economicamente possível um aquecimento destes setores - inclusive o imobiliário - mediante a re-inserção da grande parcela da população até agora excluída do mercado e relegada à posição de consumidora de equipamentos e serviços coletivos públicos, porém as condições tanto macro quanto micropolíticas são ainda insuficientes. Impossível prever por quanto tempo no Brasil, grande parcela dos produtores permanecerá não inserida na categoria "consumidor de bens duráveis".

Hoje, pouco se investe na formação do trabalhador e nas condições gerais de sua reprodução, inclusive em equipamentos urbanos que o capacitem melhor para o trabalho. No Brasil não há de maneira geral uma preocupação com a fixação da mão-de-obra. Pelo contrário, a

abundância impera e há ampla rotatividade devida ao "exército de reserva". Tudo contribui para a baixa tendencial de salários e conseqüente aumento dos níveis de lucro e de exploração, exceto o reduzido mercado interno, o que se resolve com a exportação. Mediante a dupla exploração, via baixa dos salários diretos e "crise permanente" do fornecimento de equipamentos coletivos urbanos, os trabalhadores se ressentem permanentemente da não satisfação de suas necessidades mais básicas. Nas condições capitalistas de produção, principalmente nas pouco avançadas em que nos encontramos, há forte tendência à redução dos gastos com a manutenção da força de trabalho, reduzidos à satisfação das condições mínimas de inserção da população na produção material de bens e serviços; habitação e demais equipamentos urbanos não são considerados indispensáveis para esta inserção. Os trabalhadores, excluídos das "benesses" materiais da sociedade de consumo, ficam reduzidos à posição de suporte da produção.

No mais das vezes, a ação política dos assalariados se atem a movimentos reivindicatórios por salários diretos e indiretos, organizada de forma reativa em relação a ação - esta sim verdadeiramente ativa-empresarial por outros grupos sociais. As ações reivindicatórias atuam principalmente no sentido de ampliar a inserção do grupo assalariado nos parâmetros de consumo propostos no modelo hegemônico de produção material e de sentido, objetiva e subjetivamente capitalista.

Através da política estatal de equipamentos, "os trabalhadores não garantidos fazem fila para civilizadamente expressar suas reivindicações ao Estado e ao Capital" (97). Existem entretanto perspectivas para superar a posição reativa dos movimentos sociais, tornando-os mais afirmativos e independentes. Isto será assunto do próximo item.

(97) GUATTARI e ROLNIK, op. cit., pag. 63

"Enquanto os movimentos que pretendem desembocar numa transformação social combaterem com práticas e referências arcaicas que veiculam uma visão maniqueísta, a onipotência da produção de subjetividade capitalística, eles estarão deixando o campo totalmente livre para esta produção. Para que se efetivem os processos de reapropriação de subjetividade, (...) eles devem criar seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, devem inventar sua praxis, de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante (98)

"Um movimento que pretenda enfrentar o problema da dominação no Brasil talvez tenha que atuar em duas frentes: por um lado terá que fazer a crítica do indivíduo, desta abstração que é trabalhador livre, pressuposto básico da sociedade capitalista; mas também terá que desfazer, desinvestir o código das relações pessoais, o código hierarquizante e autoritário expresso no "você sabe com quem esta falando?" (99)

II.5. Sobreposições de Demarcações Territoriais e Movimentos Sociais no Brasil

Quais são as novas perspectivas que apontam para a superação da "reatividade" dos movimentos sociais? Quando, no item anterior sugerimos que os movimentos reivindicatórios por salários diretos e indiretos deveriam tornar-se "afirmativos" e "independentes", não esclarecemos como nem porque. Vamos fazê-lo agora, e para isso retomamos o percurso.

Partimos da noção de trabalho não pago: 1º) via salário direto (exploração pelo capital) e 2º) via espaço não equipado (exploração pelo Estado), ambas ressentidas pelos trabalhadores como insatisfação permanente de suas necessidades.

(98) GUATTARI e ROLNIK, *Micropolítica: Cartografias do Desejo*, op. cit, pag. 50

(99) ROLNIK, Raquel in *Micropolítica*, op. cit, pag. 60.

Falamos da "Falta" como conseqüência das relações desfavoráveis de poder (subjugação/subserviência) e conseqüente exploração econômica. Os movimentos reivindicatórios agiriam então no campo da luta de classes, onde se regula a distribuição dos lucros, i.é., dos frutos do trabalho, no sentido de aumentar a parcela paga ao trabalhador, via salário e/ou via equipamento coletivo. O que não dissemos foi que, sendo o trabalhador explorado economicamente e subjugado politicamente, raramente se encontra em condições de ditar as regras, limitando-se no mais da vezes a reagir às ações - novas investidas ou velhas estratégias - dos demais agentes sociais envolvidos na divisão do trabalho, do poder e do Espaço. Como reage? Historicamente tem reagido através de protestos, críticas, denúncias, demonstrações da indignação sentida perante a insatisfação de suas necessidades, traduzida sob a forma moral de injustiça, de desigualdade. Injustiça perante o não cumprimento do valor moral número um da sociedade atual: a igualdade de direitos baseada na igualdade das necessidades humanas, a mesma proclamada em 1787 na Revolução Francesa, explicitada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Este é o sentimento que está na raiz dos movimentos reivindicatórios, e não outro. E o marxismo pouco acrescentou a esta questão: "*Jamais, nulle part, le besoin n'a cessé d'être au coeur du materialisme historique*" (100). Talvez tenha acrescentado a noção de luta, de antinomia. O socialismo científico, tanto quanto o dito utópico, propõe uma sociedade racionalmente planejada, igualitária e justa. Mas afinal, o que significa encontrar na raiz dos movimentos reivindicatórios estes valores aparentemente tão universais e a-históricos (leia-se dominantes) senão que mais uma vez nos deparamos com a subjetividade capitalística e seus ideais de racionalismo, que afirmam a identidade entre Real e Racional, Ciência e Verdade, industrialismo e progresso econômico, Direitos Humanos e bem comum?

(100) DELEUSE, GUATTARI et alli, "*L'ideal historique*", op. cit., pag. 51

O encontro apesar de esperado é indesejado pois sabemos que mesmo estando em exercício há mais de 100 anos e em gestação há pelo menos 200, estas idéias não apresentaram uma significativa contribuição à redistribuição da riqueza, do poder ou do espaço, pelo contrário, convergiram de forma decisiva na sua concentração. Esta é sua eficiência real - concentrar - pois nada nelas têm forma igualitarista real, pelo que a realidade nos têm mostrado. Instaure-se macropoliticamente a Igualdade de Direitos, mas na micropolítica a igualdade de possibilidades, de oportunidades, de acesso não se dá. Isto sem mencionar o quão questionáveis são, em si mesmos, os ideais de igualdade fundados no "indivíduo", no "trabalhador livre":

"Os homens, reduzidos a condição de suporte de valor, assistem atônitos, ao desmanchamento de seus modos de vida. Passam então a se organizar segundo padrões universais, que os serializam e individualizam. Esvazia-se o caráter processual (para não dizer vital) de suas experiências: pouco a pouco eles vão se insensibilizando. A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. É portanto num só momento que nascem os indivíduos e morrem as potenciais de singularização" (101).

De toda forma, a questão da singularização é bastante complexa. A subjetividade capitalística baseada no indivíduo "é uma subjetividade que não conhece dimensões essenciais da existência como a morte, a dor, a solidão, o silêncio, a relação com o cosmos, com o tempo" (102). Ao mesmo tempo que o que faz sua força "é que ela se produz tanto ao nível dos opressores, quanto dos oprimidos" (103), existe uma recusa à subjetivação capitalística que "se sente por um calor nas relações, por determinada

(101) ROLNIK, Sueli in Micropolítica, op. cit., pag. 38 (o grifo é da autora)

(102) GUATTARI, Felix in Micropolítica, op. cit., pag. 43

(103) Ibidem, pag. 44

maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de amar, por uma vontade de simplesmente viver ou sobreviver, pela multiplicidade destas vontades" (104).

Esta ruptura com o complexo industrial de subjetivação capitalista é vista por Deleuze, Guattari e Rolnik "como focos de resistência política da maior importância, já que atacam a própria raiz do sistema" (105). Nestes pontos de ruptura se situariam, segundo estes autores, muitos dos movimentos sociais atuais.

De modo geral, os movimentos sociais tornam-se cada vez menos inocentes em relação ao igualitarismo racionalista e também menos maniqueístas, menos "classistas" e mais heteróclitos. Cai por terra, dia após dia, o caráter reivindicatório, reativo, legalista.

Quando encaminham protestos e denúncias à justiça - e o acusado é muitas vezes o próprio Estado - a intenção não é puramente legalista, no sentido de tentar colocar a Justiça do Estado Burguês contra o "Estado Burguês", i.é., contra si mesmo. A intenção é política: mostrar, por exemplo, que a lei não é cumprida nem por aqueles que a escrevem, logo, que ela não é o parâmetro primordial capaz de direcionar a ação do conjunto da sociedade.

De que adianta, por exemplo, ficar 10 ou 20 anos na "fila" do Sistema Financeiro da Habitação esperando, como cidadão e como indivíduo, que se cumpra o seu direito de acesso à moradia? Este é o tipo de constatação - através da experiência própria ou apreendida - que demonstra as limitações das vias legalistas na prática real de mobilização, pessoal e coletiva.

(104) *Ibidem*, pag. 47

(105) ROLNIK, *op. cit.*, pag. 45

Constatações que estão mudando a postura dos que participam, por exemplo, dos movimentos reivindicatórios por acesso à habitação, que de localizados e específicos tornam-se movimentos sociais cada vez mais amplos.

Se os grandes aliados políticos dos movimentos sociais são, ainda hoje, a Igreja e os Partidos Políticos, é porque estes também evoluíram de postura, tornando-se totalmente contrários à idéia de que sejam missionários, portadores de sabe-se lá qual verdade redentora, seja ela de ordem religiosa ou política. Questionam juntamente com a população, crente ou leiga, "apolítica" ou militante, as limitações da sua praxis conjunta, dos métodos reativos de ação, do tipo reivindicação, protesto e denúncia. Estão, cada vez mais, percebendo que para romper com o modelo político de subjugação, é necessário romper com o modelo moral e subjetivo que lhe dá sentido. Buscar valores independentes daqueles expressos pelas leis, no mais das vezes caducas, que mediante a complexidade da sociedade contemporânea tornam-se cada vez mais uma ampla questão de hermenêutica. Mais imobilizante do que a subordinação econômica e legal é a subserviência moral e psíquica. A população assalariada de trabalhadores livres compartilha em grande parte com o projeto capitalista de modernização da produção material e canaliza sua atuação diária de trabalho e de desejo neste modelo, que apesar de minado e criticado, não dá grandes sinais de fraqueza. Aliás, hoje melhor do que nunca sabemos que modelo hegemônico algum cai por insuficiência estrutural ou caducagem moral. É necessário que outro modelo se apresente, canalise para si as energias de produção material e de sentido, enfranquecendo e minando o primeiro não só objetiva, mas sobretudo subjetivamente.

De certa forma, quanto acusamos, denunciemos e reivindicamos direitos iguais, afirmamos o modelo hegemônico que supostamente queremos negar: quero ter e/ou ser você. Ter o que você tem, ser como você é. Tenho as mesmas necessidades. Tenho as mesmas vontades. Você que me explora e me oprime, não me deixa ter o que eu preciso nem ser o que eu quero. Deleuze e Guattari dão um exemplo de como pode se expressar o "delírio paranóico ressentimental da força dominada" acusando a força dominante de ser uma força dominante:

*"Tu m'impêches de vivre, tu me veux du mal; Toute ta puissance est dirigé
contro moi; si tu respectais l' ethique de la verité et de la solidaríté, tu ne
m'assimilerais pas et je serais aussi forte que toi: C'est donc par ta faute, par
la malignité de tes intentions, que je suis la plus fable et que tu me domines!"*
(106)

A força dominante, se tivesse um Eu e prestasse atenção à estas recriminações, estupefata responderia:

*"Mais je n'ai nullement l'intention de te nuire! Ce que je veux n'a rien a voir
avec ta persone, dont je me contrefout! Ce que je veu, c'est depenser sans but
mon energie surabondante, et assimiler insatiablement toutes les forces que
rencontre le mouvemente enfini de mon accumulacion! Je n'ai pas de
mauvaise intention! Comment pourrais-tu me reprocher de t'empecher de
vivre, à moins d'envier ma puissance et de me vouloir serve?"* (107)

Os autores querem, com estes "discursos" desmontar o que chamam de postulado da paranóia, i.é., o pensamento de que, atrás da potência, existe um sujeito livre de fazer uso dela ou não. Isto significaria atribuir ao querer sem finalidade de potência uma faculdade de vontade distinta da potência, que segundo eles, não existe. É apenas um delírio que encobre a crua realidade de que o opressor não odeia a quem oprime, está além do bem e do mal, além do amor e do ódio. Chamam esta realidade de visão insuportável:

*"Vision insuportable: voir, d'une éclatante e sombre vérite, que nous sommes
asservis sans raison, sans justice, sans recours, sans appel.*

(106) DELEUSE, GUATTARI et alli, *L'ideal Historique*, op. cit., pag. 85.

(107) *Ibidem*, pag. 85

Sans consolation, sans amour, sans finalité historique, sans même un intérêt ou une crainte quelconque chez l'opresseur." (108)

No entanto, esta "visão insuportável" não se revela assim tão claramente, nos movimentos reivindicatórios onde o que funciona como verdade máxima é o primeiro discurso, aquele que culpa o opressor pelo poder que exerce, e por buscar expandí-lo incessantemente, "impedindo" assim a manifestação dos demais, de acordo com suas próprias vontades. No cerne dos movimentos sociais por salários diretos e indiretos, existe o desejo de ser um "trabalhador livre" na maior amplitude deste ser, i.é., tornar-se um produtor moderno - qualificado, cientificado - e um consumidor apto (isto para não dizer, como Arrigo Barnabé, um "consumidor implacável!").

Creio ser este o "trabalhador livre" a que Rolnik se refere como pressuposto básico da sociedade capitalista, do qual se terá que fazer a crítica (109).

Os procedimentos dos movimentos reivindicatórios são fruto da indignação do "trabalhador livre" diante da posição marginal por ele ocupada no modelo hegemônico e não um questionamento deste. Não cabe nesta afirmação nenhum julgamento de valor do tipo "reformista versus revolucionário". Estes parâmetros já não vigoram, uma vez que não se coloca mais a obrigatoriedade da vocação revolucionária dos oprimidos. Aliás, fica cada vez mais difícil pensar em termos maniqueístas tais como revolução/reforma, se não pela dificuldade de conceber qualquer projeto macro para o futuro, pelo menos pela falta de modelo macro atual a propor, uma vez que o modelos opositores conhecidos passam por um momento de movimentação interna, de repensar-se....

(108) Ibidem, pag. 84

(109) ROLNIK, *Micropolítica*, op. cit., pag. 60

Se não cabe nenhum julgamento fechado, cabem alguns questionamentos. Num país como o Brasil que combina formas superarcaicas e formas supermodernas, formas pré-capitalistas que o próprio capitalismo destrói e/ou conserva, atualiza e cria, é mais fácil ou mais difícil, supondo que se queira fazê-lo, relativizar este modelo subjetivo hegemônico do indivíduo, do trabalhador livre? O fato de nos países ditos do primeiro mundo este modelo ser muito mais resolvido, terminado, generalizado do que aqui nos favorece? O fato de nestes outros países a população assalariada já ter grande parte de suas "reivindicações" atendidas - tanto de salários diretos quanto de equipamentos - e o nível de satisfação das ditas necessidades ser muito mais sofisticado, dos ideais de consumo também, fortalece o modelo do indivíduo. Mas por outro lado parece também fortalecer a crítica do modelo: os conceitos de "espaço público" e "equipamentos coletivos" são amplamente questionados como normalizadores, controladores e autoritários: os conjuntos habitacionais funcionalistas do tipo que o Sistema Financeiro da Habitação constroeu ainda hoje no Brasil, chegam a ser implodidos.... Será que o Brasil vai completar a realização deste modelo, ou melhor, cumprir mais uma etapa com atraso, ou saltará direto para algo diferente? Provavelmente nem um nem outro, mas a combinação de ambos. O mais complexo é que estamos importando também as críticas, que aliás fazem parte do modelo, e ao mesmo tempo que o modelo é o mesmo, não é, e nossa situação nele é muito distante da dos países ditos desenvolvidos.

Como nos alerta Rolnik (110), aqui no Brasil convivemos ao mesmo tempo com "o terreno da impessoalidade das relações capitalistas" e com o "território do favor, da consideração, do respeito, do prestígio," que a autora nomeia "sistema hierárquico e autoritário das relações pessoais", expresso na frase "Você sabe com quem está falando?". Este sistema, completamente diferente daquele do indivíduo, é regido por outras leis que não aquelas da justiça e do igualitarismo. Apesar de ser tão ou mais autoritário do que o outro, a coexistência deste modo pré-capitalista de relações e de produção de sentido, da forma como está vinculado ao sistema de subjetivação hegemônico, pode até - no sentido estreito de possibilidade - abrir algumas brechas,

(110) ROLNIK, *Micropolítica*, op. cit., pag. 59

e tornar menos monolítico o modelo igualitarista do "Trabalhador Livre", do indivíduo.

Combinaria ao desejo de ser trabalhador/consumidor desenvolvido, do tipo primeiro mundo, a necessidade de poder diferenciado, de mando, a arrogância, de querer ser alguém, no sentido de uma pessoa reconhecida, que não esteja sujeita como as outras às leis dos indivíduos, que possa ignorá-las, fazer as suas próprias, que distribua favores e acumule vantagens. Este componente autoritário, masculino, do senhor todo poderoso, respeitado e temido, perpassa ainda a subjetividade brasileira em toda a sua extensão. E não se pense que é veiculada apenas através de territórios subjetivos arcaicos e tradicionais. Está presente em todos os equipamentos coletivos modernos de formação de sentido: revistas, programas de rádio e televisão, propaganda, etc.

Poderíamos até nos arriscar a associar às lideranças dos movimentos sociais - e o papel das lideranças tem se mostrado fundamental - estas duas vertentes diferentes de subjetividade existentes no Brasil, que chamaremos por comodidade de "personalista" e "igualitarista". A primeira se encontraria no mais das vezes representada nas ditas "lideranças locais", enquanto a segunda nas "lideranças de militância". Nas lideranças locais, associaríamos tal vertente personalista à questão da origem - as relações pré-capitalistas subjetivas as quais nos referimos perduram firmemente no campo, de onde provem muitos destes líderes - e a ausência quase que total de enquadramento nos equipamentos capitalísticos de difusão do saber institucionalizado, tais como escola e universidade, onde são amplamente divulgados os valores do modelo trabalhador livre/indivíduo. Já nas lideranças de militância, prevaleceria como processo de formação além da passagem por estes equipamentos do saber - que é bastante frequente - a predominância das relações igualitárias reinantes na própria instituição na qual se "milita", seja o partido político tradicional, a Igreja Católica, ou até mesmo a Universidade, como no meu caso.

Caso a associação proceda, i.é., tenha algum rebatimento na realidade, deste encontro de subjetividades em que dois Brasis se conhecem, muita novidade poderia surgir, muitas singularidades.... Inclusive (por que não?) a possibilidade de superação da posição puramente

reivindicatória dos movimentos antes mesmo do "atendimento" às reivindicações mais básicas, ligadas à garantia da sobrevivência. Guattari, numa de suas visitas ao Brasil tocou novamente na questão da "falta", no sentido de "redefinir a falta não como algo que nos constitui aprioristicamente (a falta essencial da relação do sujeito com o significante) mas como efeito de mercado, efeito de produção e de consumo: falta produzida, inventada". (111)

Neste sentido, a falta é infinita. Parte da sobrevivência e vai tão longe quanto a capacidade do sistema de produzir novas "utilidades", inventar novas "necessidades" e introjetá-las nos indivíduos possa nos levar. E isto depende intimamente da sua capacidade de produzir e introjetar desejos, sentidos, subjetividades "individuais" compatíveis com a subjetividade hegemônica capitalística. Como? Através, por exemplo, dos meios de comunicação, "de suas imagens de utilidade, imagens de unidade, imagens de racionalidade, imagens de legitimidade, imagens de justiça, imagens de beleza, imagens de cientificidade" (112), ou para dizer de uma vez, imagens de consenso.

Contribuem também para esta introjeção a imposição de um modo de temporalização e de espacialização específicos:

"Hoje, todas as relações com o espaço, com o tempo, e com o cosmos tendem a ser completamente mediadas pelos planos e ritmos impostos, pelo sistema de enquadramento dos meios de transporte, pela modelização do espaço urbano, do espaço doméstico, pela tríade carro - televisão - equipamento coletivo, por exemplo" (113)

(111) GUATTARI, in *Micropolítica*, op. cit., pag. 292

(112) ROLNIK, in *Micropolítica*, op. cit., pag. 58

(113) GUATTARI, *Micropolítica*, op. cit., pag. 44

Neste sentido, não é propriamente o indivíduo que sonha com o carro, que reivindica a creche, que deseja a casa própria. Bachalard os fala do sonho criado da casa própria:

"A casa sonhada pode ser um simples sonho de proprietário, um concentrado de tudo aquilo que é considerado cômodo, confortável, saudável, sólido, ou mesmo desejável para os outros. Deve conciliar então o orgulho e a razão, termos inconciliáveis" (114)

Baudrillard, por sua vez, trabalha a questão da introjeção e da imposição da subjetividade capitalística através da publicidade:

Quando a publicidade em suma lhe propõe: "A sociedade adapta-se totalmente a você, integre-se totalmente a ela", é claro que a reciprocidade é falseada. É uma instância imaginária que se adapta a você, enquanto que em troca, você se adapta a uma ordem bem real". (115)

Não nos ateremos aqui às diversas formas de que se vale a produção capitalística de sentido para organizar e criar a "falta infinita". Não tentaremos nem mesmo aprofundar o caso que nos interessa de maneira mais direta, da falta de habitação como valor introjetado. Trabalho mais oportuno seria analisar como a política oficial de promoção da habitação popular, na figura do BNH e do SFH como um todo, através da produção e da propaganda, produziu e modelizou o sonho da casa própria, criando parâmetros, métricos, técnicos e estéticos que direcionam até hoje a produção espontânea de habitações, auto-empresada pela população. Sobre isto falaremos um pouco.

(114) BACHALARD, G. A Poética do Espaço, op. cit., pag. 74

(115) BAUDRILLARD, S. O Sistema dos Objetos, Perspectiva, pag. 185

Atualmente, nas ocupações organizadas em Florianópolis pelos grupos populares engajados nos Movimentos Sociais Urbanos, o terreno ocupado é dividido em lotes e tem seu arruamento definido *a priori*, antes mesmo da entrada dos moradores no terreno. O parâmetro de tamanho adotado nestes casos, tanto para lotes quanto para ruas é o padrão oficial proposto pelo SFH. Os moradores, esperam assim facilitar a instalação de infraestrutura e a posterior integração na malha urbana. Outro procedimento de mesma ordem: a reserva de áreas para futura instalação de equipamentos coletivos tais como centro comunitário, creche, campo de futebol, etc... Tal postura apresenta ao mesmo tempo, várias influências do procedimento oficial de produção de equipamentos públicos de habitação popular e uma preocupação de facilitar a entrada do Estado no momento de equipar o espaço e instalar os serviços urbanos básicos (água e luz principalmente).

Sente-se também através da preocupação "urbanística" demonstrada, uma clara vontade de integração do território ocupado com o bairro, com a cidade, bastante diferente da postura autocne apresentada pelas antigas formas de ocupação espontânea, tais como a favela, que apresenta-se como território fechado, interrompendo inclusive, no mais das vezes, a malha urbana de circulação viária.

Nestas ocupações organizadas, a própria idéia de mutirão, enquanto trabalho coletivo de auto construção se modifica, igualmente no sentido de cooptar os órgãos competentes do Aparelho de Estado. A instalação dos serviços básicos de água e luz, por exemplo, pode ser feita em regime de cooperação entre os funcionários destes órgãos e os ocupantes organizados em mutirão.

Assim sendo, o trabalho forma tecnicamente menos primária e economicamente mais eficaz, graças à assessoria técnica dos especialistas. O mutirão deixa de ser forma de mobilização isolada e passa a ser forma combinada de cooperação entre Estado e população, pelo menos no que tange a instalação da infra-estrutura coletiva.

A idéia de auto construção, muda igualmente de sentido. Em 1985, Bollaíffi afirmava sobre o assunto:

"Finalmente, espera-se que esta (...) população participe com sua força de trabalho na construção das edificações, o que como lembrou Chico de Oliveira é na melhor das hipóteses um atestado do caráter selvagem e retrógrado do Capitalismo Brasileiro (116)

O caráter da sobre-exploração do trabalhador através do aumento de horas não pagas de trabalho, despendidas na construção da casa própria, parece perder importância para dar lugar às idéias de mobilização, participação e iniciativa, crescentes no mutirão. Estas idéias fazem parte do trajeto de superação da posição reivindicatória a atitudes de denúncia e protesto, em direção a atitudes mais produtivas, de iniciativa individual ou coletiva. Tal perspectiva já se sentia em 1985, quando Bolaffi protestava a sua maneira contra elas:

"... no caso de alguns círculos que se dizem de esquerda, ligados ou não à Igreja, ao P.T. ou ao próprio PMDB, invasões de terrenos e soluções via mutirão não são vistas como formas legítimas de protesto ou denúncia (...), são instrumentalizadas como formas de mobilização (...); a solução dos problemas de habitação da população deixa de ser um fim, necessário e legítimo, para ser transformado num meio. (117)

No processo que estamos percorrendo, nada mais perigoso do que a confusão entre meios e fins. (118)

(116) BOLAFFI, G. "Os mitos sobre o problema da habitação" in *Espaço e Debates*, nº 16, São Paulo, 1985, pag. 27

(117) *Ibidem*, pag. 29

(118) *Ibidem*, pag. 31

A auto construção e o mutirão são horas de trabalho não pagas cujo produto não é apropriado por ninguém mais além do próprio trabalhador, seus dependentes e os demais trabalhadores envolvidos na ocupação. A atual postura de cooptar o Estado na execução dos serviços públicos diminui a parcela de exploração, além do que, nas áreas da cidade onde o Estado provê tais serviços sem a ajuda dos beneficiados, os preços cobrados pelo trabalho são bem mais altos. O caráter de "meio" detectado por Bolaffi é sem dúvida importante, embora seja entendido por nós não como confusão entre meios e fins mas como valorização da experiência coletiva de produção material e de sentido. O "meio" é uma forma de fazer micropolítica que não se quer totalmente independentemente, que não é purista. Ao contrário, coopta o Estado, cria possibilidades de se utilizar dele de todas as formas que lhe são possíveis! É claro que para isso é obrigado a negociar, e a ceder em vários pontos, a configurar a ocupação de forma compatível com a cooptação, e neste movimento, corre o risco de ser por sua vez, cooptado:

"Há sempre algo de precário, de frágil nos processos de singularização. Eles estão sempre correndo o risco de serem recuperados" (119)

A questão independência/cooptação não pode ser vista de forma maniqueísta. Quando a relação população/Estado é criada sobre condições macropolíticas mais favoráveis, pode haver um real entrosamento ou se preferirmos, uma cooptação mútua.

Exemplo desta possibilidade foi a experiência de produção de moradias empreendida pela Secretaria da Habitação do Município de São Paulo (SEHAB - SP) e pela COHAB - SP em parceria com o movimento popular, na gestão de Luiza Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores. Sob a coordenação de Ermínia Maricato e Nabil Bonduki, da HABI, foram realizadas:

(119) GUATTARI, *Micropolítica*, op. cit., pag. 53

"regularizações fundiárias nas favelas, através da concessão do Direito Real de Uso e Usucapião, desapropriação de terrenos para construção de moradias e assinatura de convênios com entidade de assistência jurídica à população"
(120)

Uma outra visão do trabalho de cunho jurídico permitiu a criação de várias alternativas de solução da questão da moradia:

"...melhorias, urbanização (...) de favelas, recuperação de cortiços; (...) construção de conjuntos por mutirão autogerido por associações comunitárias; e construções por empreiteiras, para remoção de favelados em áreas de risco".
(121)

Fica claro, através desta diversidade de frentes de ação, o rompimento com a postura modelizada em torno do conjunto habitacional de periferia promovida pelo extinto Banco Nacional da Habitação, demonstrado também pela preocupação com o "direito à arquitetura" na habitação popular. Questiona-se a imagem criada pelo BNH de que as habitações populares deveriam ser pobres do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo: "casas sempre iguais, como se fossem carimbos, em terrenos arrasados por terraplenagens exageradas e caras". O intento é demonstrar na prática que: "a habitação popular também pode ser diferenciada do ponto de vista arquitetônico, sem significar necessariamente custos mais elevados (...)." (122)

A questão da diferenciação está ligada à questão da identidade:

"Os conjuntos são projetados a partir de discussões com os futuros usuários, possibilitando a criação de uma identidade do morador com a sua casa" (123)

(120) Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Superintendência da Habitação Popular, *Habitação urgente*, Ano III nº 8, Out/Nov.. 1991, Folheto s/ paginação.

(121) *Ibdem*

(122) *Ibdem*

(123) *Ibdem*

Neste ponto, busca-se superar o tratamento do usuário do equipamento público habitacional como simples suporte de produção, passando a vê-lo como trabalhador livre, produtor e consumidor, indivíduo..... Caminha-se sob a linha divisória entre processos de individuação e processos de singularização, o que mostra que a alternativa singularidade/individualidade não representa uma disjunção absoluta:

"Há um permanente entrecruzamento no qual a questão se coloca concretamente: como articular o processo de singularização (...) com os processos de individuação, que nos pegam por todos os lados? (124)

De maneira geral, a experiência de "cooptação" mútua que se mostra possível entre gestão petista/gestão popular na prefeitura de São Paulo hoje, abre novos parâmetros de tratamento da questão habitacional no país, funcionando como relativização e questionamento do modelo hegemônico estatal sustentado até hoje pelo Sistema Financeiro da Habitação. Uma das repercussões desta experiência nos movimentos sociais pela moradia se deu a nível das alternativas de financiamento. Inspirados no sucesso do FUNAPS, fundo que financia o trabalho da HABI, os movimentos por moradia empreendem a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP), através de Projeto de Lei por iniciativa popular.

A maneira como está sendo proposto o FNMP é prova da maturidade atingida pelo movimento popular urbano na trilha da superação da fase reivindicatória, em direção a proposição de soluções. Criado em 1990, o Movimento Nacional pela Moradia é a instância política "macro" que administra o encaminhamento deste projeto ambicioso, complexo e essencialmente político que associa a resolução do problema de moradia nas cidades com o problema fundiário no campo. (*)

(124) GUATTARI, *Micropolítica*....., op. cit., pag. 37

(*) "Terra prá Morar, Terra prá plantar" é um dos slogans da mobilização que articula o Movimento dos Sem Teto, nas cidades, com os Sem Terra, no campo. Voltaremos ao assunto no Capítulo III.

Datam de 1991 as negociações com o Congresso Nacional para aprovação do projeto de lei que cria o FNMP, cujas principais fontes de recursos seriam:

"60% do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); 20% da arrecadação bruta das loterias federais e 100% dos prêmios não pagos; prestações e retornos decorrentes de empréstimos, financiamentos, convênios e outros contratos e 1% dedutível da declaração do Imposto de Renda de pessoas jurídicas como incentivo fiscal. Além disto, o fundo seria engordado com dotações orçamentárias da União e dos Estados, com contribuições e doações de pessoas jurídicas do direito público e privado e de organismos internacionais de cooperação." (125)

Contando com estes recursos, o Movimento Nacional pela Moradia pretende provar que é possível acabar com as favelas no Brasil em 10 anos, meta política do projeto que apresenta não só as fontes de recursos mas também a descrição detalhada de a quem estes se destinam e a quem não se destinam:

"A iniciativa privada não teria acesso aos recursos do fundo - eles poderiam ser usados apenas pelo poder público, por associações de moradores, cooperativas habitacionais de sindicatos e entidades similares cadastradas no Conselho Nacional." (126)

A exclusão da iniciativa privada é categórica e a inclusão do "poder público" está totalmente balizada pelo Movimento Popular: o projeto estabelece que para ter acesso aos recursos do Fundo, o poder público deve constituir conselhos estaduais e municipais e formular projetos, que seriam submetidos à aprovação do Conselho Nacional de Moradia Popular.

(125) VERAS, Dauro. "Favelas podem acabar num prazo de 10 anos" in *A Notícia*, Julho, 1991.

(126) *Ibidem*

A composição deste demonstra a nova distribuição dos poderes pretendida pelo movimento: 10 membros dos movimentos populares, 4 das centrais sindicais, um do Governo Federal da área de habitação, um da Caixa Econômica Federal (operador dos recursos do Fundo), um do Banco Central, um do Congresso Nacional e um do Ministério Público Federal. Além disto, a dotação orçamentária do Fundo respeitaria a seguinte destinação previamente fixada:

"a emenda prevê que 70% dos recursos sejam destinados à famílias com renda entre zero e 5 salários mínimos e 30% à faixa 5 - 10 s.m." (127)

Esta divisão geral pré-fixada dos recursos e dos assentos no conselho pretende evitar as distorções de toda ordem promovidas no passado com os recursos do BNH:

"Embora a gestão dos recursos do FGTS tivesse sido confiada ao Banco para que fossem investidos, enquanto recursos baratos, na produção de habitações de baixo custo para famílias pobres, apenas 18% dos investimentos habitacionais provenientes deste fundo foram destinados a famílias com renda inferior a 5 salários mínimos. (128)

Subscrevem o projeto entidades diversas ligadas ao Movimento Nacional pela Moradia: a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Pró-central de Movimentos Populares e a Associação Nacional do Solo Urbano.

O projeto, elaborado técnica e juridicamente de acordo com suas proporções de envergadura nacional, supera a estruturação técnico/jurídica. Não é apenas a formulação institucional de um projeto macropolítico de encaminhamento da questão habitacional brasileira, pois esta intimamente relacionado com a mobilização micropolítica empreendida pelos movimentos sociais urbanos que lhe deram forma.

(127) Ibidem

(128) BOLAFFI, G, *Espaço Debates*, op. cit., pag. 24

A conexão dos movimentos com instâncias políticas a nível nacional, através do Conselho Nacional de Moradia, ainda que não se realize tal qual foi proposta, representa incrível avanço de posição destes em relação a anterior colocação reivindicatória perante o Aparelho de Estado. Resta saber como o Congresso Nacional responderá a este verdadeiro "Lobby" de associações populares, que reivindicam para si o poder de decisão da questão da Habitação a nível nacional.

Nem é necessário dizer o quanto uma melhor colocação nas instâncias decisivas poderia significar redução significativa da atual tendência a soluções "vias de fato", contribuindo para a estruturação de novas formas de demarcação de territórios. O uso habitacional é responsável por grande parte das sobreposições atuais, e todo avanço no tratamento desta questão resultará em redução do número e das proporções das ocupações que hoje predominam em todo o Território Nacional, sobretudo nas capitais.

Contribuiria também enormemente neste sentido a melhoria das condições de trabalho e remuneração. A atual situação aguda de crise econômica e conseqüente quadro de recessão e desemprego tem contribuído fortemente para a multiplicação de sobreposições de demarcações territoriais, não só as de cunho habitacional, mas de toda ordem. Voltaremos ao assunto no próximo capítulo.

Penso, com efeito, que o espaço sócio-econômico concreto pode ser analisado em termos de articulação das espacialidades (...). Em que consiste esta espacialidade? (...) Ela consiste em uma correspondência entre "presença-ausência" (no espaço) e "participação - exclusão" (na estrutura ou relação considerada) ou, ainda entre a distribuição dos "lugares" no espaço e a distribuição dos "lugares" na relação (avalia-se aqui o que nos custam as fáceis metáforas espaciais para definir as "relações"!)(129)

A ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade esta que determina constrangimentos a nível espacial. A formação do território revela - é cenário, instrumento e resultado - a contínua luta de dominação e insubmissão. Às arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõe-se formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas (130)

II.6. Sobreposições de Demarcações Territoriais em si mesmas

Caso fosse, possível "localizar" no tempo o nascimento de uma idéia, diríamos que a forma inicial do conceito que ora expomos surgiu da idéia central desenvolvida por Santos no seu Metamorfoses do Espaço Habitado, expressa logo nas primeiras páginas:

"O espaço é a acumulação desigual de tempos" (131)

(129) LIPIETZ, Alain O Capital e seu Espaço, Nobel, São Paulo, 1988, pag. 24

(130) ROLNIK, S. et alli, "Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade" in Espaço e Debates nº 16, 1985, pag.109 (prefaciando Guattari)

(131) SANTOS, M. Pensando o espaço do Homem, op. cit., pag.5

Tendo tomado contato com a obra de Lipietz citada na epígrafe, nos questionamos se seria possível pensar a correspondência entre presença/ausência no espaço e participação/exclusão na relação social no exato momento do tempo em que uma espacialidade está se acumulando sobre a outra. Há um momento preciso em que atua a diferença e a modificação da forma espacial ocorre, momento em que a dupla dimensão espacial e temporal se acentua - *hic et nunc* - e algo de novo acontece: a sobreposição.

O interesse pela análise do momento presente pode ser fruto da certeza de que hoje "todas as frações do território são marcadas (...) por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão *à posteriori* (132). Como agir mediante a impossibilidade crescente de prever as mudanças de forma espaciais antecipadamente, num território onde o planejamento é cada vez mais restrito e as definições *vias de fato* das potencialidades se multiplicam? Neste momento em que o movimento da matéria desobedece as disposições legais, formais, e proibitivas das mudanças de forma, e investe mudanças espaciais de maneira positiva, nos perguntamos: como interpretar as formações espaciais atuais?

Preocupada basicamente em estudar o maior ou menor grau de legitimidade das inserções ilegais - *vias de fato* - empreendidas pela população como forma de aumentar sua "presença no espaço" e sua "participação na estrutura das relações sociais" de distribuição dos territórios, escrevi em 1989 o documento referente à qualificação deste mestrado (133) onde estudei especificamente os casos de ocupação de áreas de preservação juridicamente enquadradas na categoria "*non aedificandi*".

Desta discussão, centrada no eixo legal/legítimo, surgiram novas questões relacionadas à exploração, a violência, ao abuso de poder, ao não cumprimento da lei.

(132) *Ibidem*, pag. 20

(133) RIBEIRO, C. Nós vamos invadir sua praia: invasão de espaços públicos litorâneos non aedificandi na Ilha de Santa Catarina, S.Q.P.D, apresentado ao curso de Mestrado em geografia UFSC, 1989

Questões morais e éticas relativas, digamos assim, em última análise, à presença do negativo na história. Foi quando nos foi indicada a leitura dos trabalhos empreendidos conjuntamente por Guattari e Deleuze, cuja origem filosófica se encontra nos escritos de Nietzsche (*). A primeira reação perante os textos da dupla de autores, em colaboração com os demais teóricos do CERFI (**), foi, sem dúvida de estranhamento. O que pensar, por exemplo, mediante a afirmação de que "*l'inegalité et la violence sont au coeur de l'histoire, non comme son négatif, mais comme la forme même de son affirmation*"? (134)

Como basear uma interpretação no eixo legal/legítimo mediante a perspectiva da possibilidade de manter-se neste momento de análise, além do bem e do mal? Os juízos de valor bem/mal foram de certa forma substituídos pela avaliação das intensidades de desejo ativo e reativo na série analisada que se desejava interpretar.

A leitura do texto de Guattari em colaboração com Rolnik (135) nos levou a introduzir de maneira mais enfática o vetor "subjetividade" ou "produção de sentido" no processo de análise.

Desta composição surgiu o eixo atual de interpretação das sobreposições de demarcações territoriais: analisamos os processos demarcatórios através das relações entre territorialização (presença/ausência no espaço) e mobilização micropolítica (participação/exclusão nas decisões) dando especial ênfase ao grau de positividade (ação) e/ou negatividade (reação) atingidos pelos agenciamentos dos diferentes grupos, na disputa pela efetivação das distintas demarcações territoriais pretendidas.

(*) principalmente o texto *Par delà bien e mal*

(**) CERFI: *Centre d'Etudes, de Recherche et de Formation institutionnelles*.

(134) DELEUZE, GUATTARI et alli, "*Genealogie du Capital: 2. l'ideal historique*", in *Recherches*, nº 14, Jan. 1974, pag. 118.

(135) GUATTARI e ROLNIK, *Micropolítica*, op. cit., vários trechos.

O próprio termo "Sobreposições de Demarcações Territoriais" foi criado neste processo, sempre pensando em caminhar na direção da superação do raciocínio dicotômico Espaço/sociedade. Enquanto a palavra "Sobreposições" traz a idéia de um certo acúmulo horizontal mais ou menos espontâneo, natural, sem sujeito, como por exemplo se diz das camadas do solo, das areias que se sobrepõe às bases cristalinas, a palavra demarcações é totalmente dependente de um sujeito que a empreenda. Quase impossível pensar em uma forma de demarcação sem sujeito, embora o termo possa se aplicar as ações instintivas dos animais, o que de certa forma corrobora o sentido que queremos dar ao termo, de marca mais do que de limite, de traços, impressões, registros, inserções, mais do que de cercas. Os limites podem ser meramente físicos, materiais, mas as marcas, se não são sempre humanas, são animais, resultado de uma ação física deliberada, i.é., resultante de um agenciamento, de uma produção de sentido. Ao combinar "sobreposições" com "demarcações", acreditamos neutralizar o caráter demasiado físico do primeiro termo e o demasiado social do segundo, conseguindo falar de marcas objetivas, sinais cuja fisicalidade existe mas tem importância talvez menor do que seu significado afetivo, cultural, emocional, humano.

A marca, i.é., a demarcação, é uma forma de expressar um significado primordial: "É meu". O que está sobreposto não é o território, é a demarcação: a marca do eu, do meu. Uma das formas de marcar é com o próprio corpo. Meu corpo sou eu, é meu, Eu estou aqui. A marca do homem na terra. Pegada. Presença. Princípio da Topofilia, vivência do território como extensão do corpo, dos sentidos, do Eu. Quando o homem conhece e domina um território ele pode vivenciá-lo como extensão de si mesmo: Dominus=Senhor. Vêm daí os termos Domínio, Terras dominiais, etc....

Mas isto são divagações. Não queremos fazer aqui um estudo das demarcações territoriais *ab origine!* Pretendíamos apenas justificar a escolha do termo.... Mas a digressão não é de todo inútil. Aproveitamos para dizer que no centro do nosso conceito de demarcação não está o

uso que se possa fazer do território em questão, não estão as noções de sobrevivência e trabalho tão pouco, embora sejam ambas úteis à análise.

No centro dos agenciamentos de demarcação territorial está - no que se refere à nossa análise - a afirmação do ser e através dela a afirmação do ter: Sou eu, é meu!

Neste sentido a afirmação do Eu está desvinculada do trabalho produtivo, da afirmação "é meu porque fui eu que fiz" e igualmente desvinculada da troca, monetarizada ou não, expressa na formulação "é meu porque eu comprei". A terra não se faz, ela se compra ou se domina. Torna-se senhor dela.

Da mesma forma que o homem defende a terra e ataca outros homens para produzir e sobreviver, atacar e defender significa também expandir seu domínio sobre o espaço e sobre o outro: "ser mais/ter mais". Combinada à necessidade de sobrevivência está a afirmação da vida - *hic et nunc*. Libido ativa, "*pure energie du desir, pure puissance de la vie. Desir - puissance*" (136)

Deleuze e Guattari afirmam categoricamente: "*Il n'y a que du desir, e du social. Le desir n'a besoin de rien*" (137) ou ainda "*la vie n'a besoin de rien: elle croit e br le*" (138).

A intenção é retirar a necessidade do centro da análise, lugar que, segundo eles, sempre ocupou no materialismo histórico:

"...Jamais, nulle part, le besoin n'a cessé d'être au coeur du materialisme historique" (139)

(136) DELEUSE e GUATTARI, et alli, "*L'idéal historique*", op. cit., pag. 20

(137) *Ibidem*, pag. 109

(138) *Ibidem*, pag. 20

(139) *Ibidem*, pag. 108

Mas o que colocam no centro, no lugar da necessidade? A libido:

"Nous affirmons plus fortemnt que jamais, que la vie libidinale n'este pas d'un autre monde: C'est ce monde-ci vécu activement (...)" (140)

(...) Il n'ya pas deux libido, l'active e la réative, mais de pulsions actives plus ou moins "reactives" (...)

(...) Il nous faut devenir genealogistes, non plus separer le vrai du faux mais discerner l'actif du reactif, le dominant du dominé (...) (141)

Não nos cabe aqui fazer uma opção maniqueísta do tipo: ou necessidade ou libido! Apenas registramos o contacto com Deleuse e Guattari e o enriquecimento que este proporcionou a nossa interpretação. Preferimos um procedimento que abranja todas as possibilidades: e/e, e/ou, etc..., como nos sugere o próprio autor, certa vez comentando a intervenção num colóquio feita por um debatedor:

"Bem, a meu ver o problema da tua colocação é o de estabelecer uma relação entre as problemáticas relativas à fome e aquelas relativas ao desejo, não em termos de "e....e", mas sim em termos de "ou.....ou". É justamente esta alternativa (...) que é preciso tentar desmontar".(142)

Na realidade, o que parece estar no centro da questão das sobreposições aqui tratadas é a dupla afirmação da territorialidade: O "É meu" que afirma a necessidade de espaço (para a produção e a sobrevivência) e o "É meu" que afirma o desejo do espaço (por puro prazer). São estas as formas de marcar um espaço para si ou para o seu grupo, espaço demarcado passa a ser território. Com o território, a relação é de presença/ ausência. A questão se torna: como garantir a presença no território? Através do domínio, da expropriação, da exploração?

(140) Ibidem, pag. 108

(141) Ibidem, pag. 114

(142) GUATTARI, *Micropolítica*, op.cit., pag. 141

A relação presença/ausência no espaço, ou se quisermos, intensidade de inserção na série espacialização, está vinculada à capacidade de intensificar a participação na série dominação, a fim de evitar a sujeição, que quando ocorre em graus elevados propicia maiores intensidades de expropriação e exploração.

O que significa isto?

Primeiro, que na relação dominador/dominado, assim como nas demais, não existe somente a intensidade 100/zero, ou seja, a ação de dominar não se restringe totalmente àquele que ocupa neste momento a posição favorável de maior domínio. Decorrência: a inserção dos agentes na série dominação pode assumir infinitas intensidades recíprocas, inclusive se inverter. Finalmente: mede-se a inserção em cada série em termos de intensidade de ação positiva. O que isto muda? Faz-nos enxergar que o interesse do dominador não difere *a priori* do interesse do dominado: ambos, uma vez posta a dominação, preferem dominar! O que difere é a capacidade de inserção dos agentes, a capacidade de usar de forma positiva o desejo de exercer a dominação. O dominado não escolheu a posição de menor intensidade na série, apenas não conseguiu até o momento posição mais favorável. Ninguém é dominado por opção! Só por sujeição!

É claro que estas séries não são independentes. Uma boa inserção na série dominação implica ter mais condições de não se deixar expropriar nem explorar, e ao mesmo tempo cria maior possibilidade de expropriar e explorar os demais agentes envolvidos.

Outra particularidade da relação dominado/dominador: ela poderia, teoricamente, ser absolutamente móvel, permitir a flutuação permanente das intensidades, a constante troca de posição dos sujeitos ou grupos de sujeitos. Não há contradição real na série.

Dominar é ser dominado: ser dominado/ dominador é um jogo de espelhos entre Eu e o Outro: ora sou mais, tenho mais poder, ora sou menos, dou mais poder ao outro....

O mesmo não ocorre na série explorador/explorado, onde o "ser mais" tende a cristalizar-se no "ter mais", no tirar mais do outro. A exploração é uma sujeição não só em relação ao Eu, mas em relação ao trabalho, à produção de riqueza, à distribuição desta riqueza, ao seu acúmulo. Maior intensidade na série exploração significa ser mais (forte/poderoso) e ter mais (riqueza/espço). Por isto há tendência à "cristalização" - metáfora rochosa - assumir forma cada vez mais rígida, complexa, difícil de alterar, estável, etc....

Afirmo que não há diferença de intenção na série domínio: Dominador e dominado querem, a princípio dominar, ser mais. Creio também que seja impossível detectar diferença de intenção na série exploração: explorador e explorado querem igualmente explorar..., ter mais. Mas de onde vem então a diferença de interesses? Ao que tudo indica, da diferença de realização destas intenções (ter mais/ser mais). Isto não quer dizer que não haja possibilidade de discernir interesses dos exploradores e interesses dos explorados, apenas que esta possibilidade deve ser analisada somente em relação à intensidade dentro da série, incluindo a dinâmica entre presença/ausência, excesso/falta e todas as possibilidades de vai-vem-vai entre elas.

Exemplo prático: um trabalhador assalariado explorado pelo patrão na firma capitalista em que trabalha pode inserir-se na série espacialização como explorador, extorquendo aluguéis altíssimos dos locatários dos barracos que possui na favela onde mora.

Exemplo Teórico: na série apropriação dos meios de produção, no que se refere aos fatores capital e trabalho, o primeiro está em posição de excesso, e o segundo em posição de falta. A intenção em si não difere: ambos tencionam apropriar-se destes bens. Distanciam-se os interesses (no grau, na intensidade). Os do capital: gozar do excesso que dispõe na série e aumentá-lo o quanto possível. Os interesses do trabalho: suprir a deficiência a que está submetido na série e satisfazer-se. O mesmo poderia ser feito para a série dominação, onde novamente (e muito antes) o Capital está em excesso e o trabalho em falta. Interesse do Capital: gozar dos privilégios do domínio e se possível ampliá-lo; os do trabalho: suprir sua

insuficiência de poder e afirmar seu domínio. Este exercício discursivo serve apenas para entendermos os conceitos "Capital" e "trabalho" não mais como absolutos: presença total de poder e de riqueza, no primeiro caso e ausência total de riqueza e poder, no segundo, o que é muito prejudicial a qualquer interpretação analítica que se queira capaz de compreender a dinâmica atual das sobreposições de demarcações territoriais. Preferimos considerar todas as possibilidades de intensidades em cada série e inclusive a possibilidade de discrepâncias reais em séries relacionadas, como por exemplo riqueza e poder.

Como se relacionam estas duas séries?

(...) la quantité de pouvoir social est en rapport avec la quantité de capital possédé: mais cette relation n'est pas bi-univoque et simple (...) le rapports de pouvoir ne se confondent pas avec le proportions des capitaux: c'est la puissance réel et actuelle que décide de tout (...)

Bornons-nous pour l'instant a distinguer le double aspect du capital: d'un côté, forme abstraite et quantifiée de la libido (et la plus-value - "comme plus - libido") - de l'autre, appareil concret de pouvoir qui, soutenu par des instruments non-économiques, assimile l'énergie des forces dominées. la plus-value devient "plus-de pouvoir". L'argent est signe de la valeur: mais, en tant que tel, il est d'abord signe de puissance, instrument d'un pouvoir réel du capital" (143).

As diferenças de intensidades nestas duas séries relacionadas - riqueza e poder - são normalmente tratadas em bloco no discurso teórico. Intensidades positivas nas duas séries são associadas ao termo "interesses hegemônicos", "privados" ou "interesses do capital", que são contrapostos ao "interesse social", "interesse da classe trabalhadora", ou até mesmo "bem comum".

(143) DELEUSE, GUATTARI et alli, "L'idéal historique", op. cit., pags. 54 e 55. (os grifos são dos autores)

É possível afirmar que os interesses do capital são privados e os do trabalho são sociais mas seria mais preciso dizer "interesses da minoria" e "interesses da maioria", já que os detentores do capital, os exploradores, também fazem parte da sociedade, embora como minoria numérica. Pessoalmente preferimos as expressões resultantes da inserção dos dois fatores na série dominação: interesses dominantes (gozar do excesso de poder e ampliá-los) e interesses dominados (suprir a exclusão do poder e afirmar-se).

É igualmente possível estabelecer a mesma relação no que se refere à série espacialização: interesses espaciais dominantes (gozar do excesso de presença no espaço e ampliá-la) e interesses espaciais dominados (suprir a ausência no espaço e inserir-se). Nada nos impede de usar os termos correntes citados anteriormente, desde que sejam compreendidos como intensidades diferentes de realização das mesmas intenções nas séries poder (ser, e ser mais) e riqueza (ter, e ter mais). Acreditamos serem estas as principais séries de afirmação do Eu nas organizações sociais capitalísticas: ser poder e ter riqueza (em forma de luxo, imaterial ou espacializado).

Como se inseriria nestas séries o Aparelho de Estado? Quais os interesses (ditos públicos) do aparelho de poder cristalizado? Gozar da hegemonia de poder cristalizada em aparelho e ampliar sua participação; gozar da riqueza cristalizada/espacializada e ampliar sua presença.

Parece não haver possibilidades de realizar um interesse "democrático, geral, com intensidades de poder e riqueza em excesso para todos! "luxo para todos", como dizia Caetano Veloso. "Muito! Eu nunca quis pouco..." (144) A singularização é pós-democrática?!

Insistimos que assim como há imbricação entre as relações de dominação (poder) e as relações de exploração (riqueza), a mesma imbricação se dá entre as relações inclusão/exclusão nas relações sociais (politização) e presença/ausência no espaço (territorialização).

(144) VELOSO, Caetano, Muito

São talvez a face imaterial (ser politizado) e a face material (ter território) da mesma série: inserção sócio-espacial ou algo do gênero, que nos permita pensar Espaço e Sociedade de forma o menos dicotomizada possível sobre o binômio sujeito/objeto.

A intensidade de participação e exclusão dos diferentes grupos envolvidos nas decisões de poder que direcionam a apropriação do espaço, é condição - cenário, instrumento, resultado - do acontecimento, em maior ou menor grau, de sobreposições de demarcações territoriais. Se alguns grupos estão em condições de excesso - superincluídos nas decisões - aumentam facilmente sua representação no aparelho de Estado, sendo capazes de tornarem-se muito poderosos. Tentarão exercer esta hegemonia monopolizando o processo decisório de demarcações do espaço. Usando voz e voto conquistados, aumentarão cada vez mais a sua inclusão, e conseqüentemente a exclusão dos mal representados, em situação de baixa inclusão na série, i.é., parcial ou totalmente excluídos da representação política nas decisões.

O aumento na exclusão nas decisões corresponde a maior ausência no espaço, que contribui para aumentar as sobreposições territoriais, os acontecimentos não planejados, não previstos no processo decisório, praticados pelos grupos excluídos, na busca de maior presença no espaço e de mais poder nas decisões.

De acordo com o grau de poder alcançado e conseqüente capacidade de bloqueio das forças repressivas do Estado obtida, os grupos utilizar-se-ão, em maior ou menor grau, de formas próprias de inserção na demarcação do espaço, criando demarcações sobrepostas às oficiais, consideradas ilegais pelos grupos hegemônicos que as empreenderam.

Estas inserções, ao nosso ver, podem assumir formas singulares de acordo com a intensidade de exclusão (do poder) e de expropriação (no espaço), e com relação à série tempo (de exclusão/expropriação) em cada caso, para cada grupo.

Existem atualmente grupos muito excluídos do processo decisório que ainda mantêm parte de sua herança espacial, de territórios conquistados quando ocupavam posição mais privilegiada, em relações de produção (material e de sentido) diferentes das atuais, que a

precederam historicamente. Estão permanentemente ameaçados de expulsão, devido ao baixo grau de participação de que gozam hoje nas decisões. Sua atuação pode restringir-se à resistência, i.é., à permanência no território, que corresponde à forma negativa de inserção na série, ou se preferirmos, reativa, ressentimental...Podem por outro lado empreender tentativas de reinserção nas decisões, ora mais ora menos bem sucedidas, dependendo não só da sua força mas também dos interesses específicos dos grupos hegemônicos na área que ocupam. Existe também a possibilidade de integração à nova ordem imposta por tais grupos, porém sempre em posição desfavorável de inserção. Esta, ainda que possibilite a permanência dos grupos por mais tempo, exige que se adaptem à nova ordem, abandonando - total ou parcialmente - as formas singulares de produção material e de sentido pré-capitalistas, e descaracterizando-se. Poderíamos citar muitos casos ocorridos no litoral brasileiro, alguns em que houve até mobilização da sociedade civil, de parcelas não diretamente envolvidas nos acontecimentos, na tentativa de interferir em benefício dos grupos resistentes, com intuito de preservar formas culturais e evitar o extermínio das populações:

"Não faltou (...) o uso da violência armada dos especuladores para expulsarem os antigos donos de suas terras. Com efeito, a ocupação do litoral norte e sul de São Paulo está marcada pela violência armada contra os caiçaras que, privados do acesso ao mar ou à laguna, eram obrigados a abandonar (...) a pesca.

O resultado inevitável tem sido o esvaziamento dos povoados e o abandono das atividades tradicionais do caiçara (...) (145)

Consideramos que, nestes casos, a sobreposição de demarcações coincide com uma sobreposição de modos de produção.

(145) DIEGUES, A., Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, São Paulo, ATICA, 1983

O que dá ao modo de produção pré capitalista a característica de "Resistência" é justamente a posição ativa de invasão e violência do modo de produção hegemônico - no caso o capitalista - que no afã de expandir-se sobre territórios anteriormente demarcados por modos de produção e vida que lhe são anteriores, executa "vias de fato" suas estratégias de inserção, ignorando as restrições, coerções e proibições de toda espécie, inclusive as legais e morais.

Este, porém, não é o único meio do modo hegemônico abrir espaço para sua reprodução ampliada. No mais das vezes ele se utiliza das vias legais (tais como alterações de zoneamento nos planos urbanísticos, alterações das próprias leis) ou processos de compra e venda dos terrenos dos antigos proprietários, forçados a venda perante o desmoronamento das relações sociais e espaciais do modo de produção anterior, mediante a pressão exercida pelo atual hegemônico (*) cujo movimento geral é expandir-se, se necessário sobre os demais, expropriando-os.

Quando a expropriação já se deu por completo no passado, nenhuma herança tendo atingido as gerações atuais, a atuação do grupo ganha a forma de "reinclusão". Estas, serão empreendidas de diversas formas, dependendo do grau de inserção na série de poder que seja atingido. Quando mal inserido, o grupo dificilmente tem acesso ao território via processos legais capitalistas do tipo compra do imóvel, devido à submissão e conseqüente exploração, que resulta em mal assalariamento, insuficiência de consumo de bens duráveis, e conseqüente dependência dos planos habitacionais populares propostos pelo "Estado provedor". Por esta via, nenhum ganho real de poder é alcançado; ao contrário, a dependência se reforça e a submissão se institucionaliza através de novos equipamentos espaciais de enquadramento e controle.

(*) Sobre o assunto consultar também:

MALDONADO, Simone Carneiro, Pescadores do Mar, ÁTICA, 1986

CAMPOS, N. José, Terras Comuns e Pequena Produção Mercantil na Ilha de Santa Catarina. Tese de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Geografia da UFSC, Florianópolis, 1989.

Uma melhor inserção na série de poder, mesmo que esta não signifique maior inserção no Aparelho de Estado, pode propiciar formas singulares de "reinclusão" que, devido a própria independência que assumem em relação ao poder cristalizado em aparelho, apresentar-se-ão no mais das vezes sob formas ilegais. Consideramos incluídas nesta tipologia as ocupações (organizadas ou espontâneas), sejam cortiços, favelas ou acampamentos. Todas as vias de utilização de espaços públicos para uso de moradia, tais como palafitas, invasões de imóveis desocupados, sublocações, etc... sempre que imbuidas do sentido de independência, de solução própria, real, vias de fato, de maior aproveitamento das possibilidades disponíveis. Sempre que houver uma postura ativa, autogerida, que não se coloque como reação à atuação, dos demais agentes mas como afirmação da sua própria atuação tanto na série domínio quanto na série territorialização, ou seja, na inserção nas decisões e no espaço.

Concluimos que - resistências ou reinclusões - as inserções resultarão em diversas formas de sobreposições de demarcações territoriais, algumas referentes à divisão atual do espaço e outras à divisões passadas, provenientes de modos de produção (material e de sentido) pré-capitalistas. Poderíamos tecer um paralelo entre estas e os dois principais papéis do Estado (enquanto aparelho) propostos por Lipietz:

- a. *"Assegurar as condições (econômicas, políticas, ideológicas) da reprodução (eventualmente ampliada... ou diminuída) de cada um dos modos (*), à medida que as condições desta reprodução não estão totalmente incluídas na instância econômica (...)"*

- b. *"Intervir para acelerar, inibir ou reverter os processos de articulação dos modos de produção co-presentes na formação social. (146) Vias de fato, "(...) o Estado produz infra- estruturas e remaneja o espaço jurídico de modo a permitir o desdobramento da produção monopolista do espaço social, cujas linhas ele próprio fixa" (147)"*

(*) O autor se refere aos modos de produção articulados entre si.

(146) LIPIETZ, op. cit., pag. 151/152

(147) *Ibidem*, pag. 157

Relacionaríamos ao primeiro papel, a criação de planos urbanísticos, equipamentos coletivos e demais intervenções estatais na organização do território, parcialmente responsáveis pela divisão e demarcação dos territórios entre os diferentes grupos de agentes sociais na luta atual pelo espaço. Os planos e equipamentos induzem vetores de valorização que contribuem com a definição dos investimentos e conseqüentemente da morfologia e da produção dos territórios.

Este papel define um dos caracteres que a sobreposições de demarcação territorial pode assumir: o de usos não previstos em áreas primeiramente reservadas - via plano ou via equipamento - à reprodução de outros grupos melhor inseridos no poder e conseqüentemente no aparelho de Estado. Grupos mal representados tomam para si áreas servidas, por exemplo, por equipamentos destinados ao uso e consumo de outros agentes, alterando - vias de fato - o processo de divisão espacial e conseqüentemente sua inserção positiva na série "espacialização" e na série "dominação", o que equivale a dizer que se encontram, a partir da sobreposição empreendida, mais presentes no espaço e mais incluídos nas decisões.

Ao apropriarem indebitamente, em benefício próprio, a valorização criada pelo Estado, impedem total ou parcialmente a utilização desta aplicação enquanto preparação prévia para a reprodução ampliada dos grupos hegemônicos. Revertem assim o destino previsto pelo Estado para as aplicações efetivas do capital público, interferindo indiretamente nas decisões políticas que as determinaram.

Curioso o duplo caráter que assume a escolha dos territórios a serem demarcados vias de fato para uso dos grupos mal inseridos, no seu processo de reinclusão no espaço. As áreas escolhidas demonstram algumas vezes um certo "respeito" às vertentes de valorização pública destinadas aos grupos hegemônicos, principalmente nos casos de ocupações previamente organizadas (porque não dizer planejadas), respeito este que perde intensidade à medida que a forma de ocupação se torna mais espontânea, imediata - *hic et hunc*. Acreditamos que as escolhas planejadas evitam as áreas de valorização reservadas à reprodução capitalística não por "respeito" propriamente dito, mas por estratégia de viabilização e permanência. Algo 117

como incomodar menos para permanecer mais tempo. É comum, quando a sobreposição dá-se em áreas muito valorizadas (bem planejadas e equipadas), a ocorrência de inúmeras tentativas de expulsão, via reintegração de posse, propostas de transferência para áreas menos valorizadas, e toda uma micropolítica de acordos e enfrentamentos que podem culminar no despejo ou estender-se *ad eternum*. Ao mesmo tempo, a ocupação pode alterar o espaço, atraindo outros grupos excluídos para a área, invertendo o processo de valorização e cristalizando sua permanência/presença, que entretanto afastará os vetores de valorização, principalmente os públicos.

Em relação ao segundo papel proposto por Lipietz para o Estado, i.é., intervir na articulação dos diferentes modos de produção co-presentes na formação sócio-espacial atual, em que o Estado de classes tenta eliminar do espaço as heranças dos grupos de agentes não hegemônicos, legadas por modos de produção pré ou paleocapitalistas (*), nem sempre as sobreposições são violentas, como já dissemos. O agente privado ativo-invasor - no mais das vezes firmas privadas do ramo imobiliário ligadas a capitais industriais ou financeiros - promovem a "desterritorialização" do modo anterior e a reterritorialização capitalista de uma maneira muito mais complexa e sutil, embora igualmente arrasadora:

"A tendência atual é igualar tudo através de grandes categorias unificadoras e redutoras - tais como o capital, o trabalho, um certo tipo de assalariamento, a cultura, a informação, etc. - que impedem que se dê conta dos processos de singularização (...) Uma deriva geral dos modos de subjetividade territorializada ocorre por toda parte. Tradições milenares de um certo tipo de relação cultural e de vida cultural são rapidamente varridas do planeta(...)
(148)

(*) O Caso dos índios, por exemplo

(148) GUATTARI, *Micropolítica*, op. cit., pag. 40

(...) varridas do planeta com a ascensão do sistema capitalista. Pode-se dizer que há um movimento geral de desterritorialização das referências subjetivas. (...) (149)

"Um espaço liso é um espaço desterritorializado, onde não há mais os mesmos tipos de circunscrição ou delimitações por emblemas éticos ou religiosos por exemplo (...)

Esta operação de tornar os espaços lisos se opera, por enquanto, através da coca-cola, da TV Globo, das novelas que dá prá ver em Paris, por exemplo.

A gente pode conceber estas operações (...) num mesmo elenco de uma bomba atômica ou Gengiskhan. Na verdade, o alisamento capitalístico é contemporâneo a uma reestriação, a uma reterritorialização artificial" (...)
(150)

O termo "alisamento" é utilizado aqui no sentido de homogeneização, de recalque dos territórios individuais, singulares, através da criação de relações funcionais que os padronizam e serializam, os tornam traduzíveis por intermédio da linguagem, das relações de comunicação. Estas, ao mesmo tempo que significam uma possibilidade imensa de "comunicação", criam uma espécie de reterritorialização "onde não há muito espaço para a iniciativa" (151), verdadeiros espaços de solidão que o autor exemplifica através da tela de TV e do parabrisa do automóvel.

Este quadro teórico nos permite pensar nas sobreposições de demarcações territoriais também como alterações das demarcações de territórios subjetivos que revelam, são cenário, instrumento e resultado, das sobreposições territoriais mais objetivas, espaciais....

(149) Ibidem, pag. 35

(150) GUATTARI, E & D, op. cit., pags. 112/113

(151) Ibidem, pag. 113

A subjetividade capitalística invade os territórios existenciais de resistência destruindo parcialmente os valores subjetivos comuns, demarcados por emblemas étnicos, religiosos, linguagem, repertório de imagens, etc... A partir desta desagregação consegue sobrepor mais facilmente, sobre estes territórios - singulares, rugosos - os territórios lisos que permitirão a posterior reestriação artificial do espaço. Neste processo, o modo de subjetividade capitalística costuma, inclusive, articular, conjugar, recuperar antigos signos pertencentes aos territórios singulares destruídos, em particular os mais resistentes que não consegue destruir totalmente, ou aqueles que são compatíveis com a nova ordem.

No primeiro caso, efetuam-se mutações de sentido que neutralizem o caráter de resistência residual, garantido a "integração".

Esta sobreposição de territórios lisos e reestriados artificialmente por sobre territórios existenciais singulares não se restringe ao caso específico em que há invasão de territórios ocupados por modos de produção (material e de sentido) pré ou paleocapitalistas. Ocorre o tempo todo nas cidades - que também têm suas rugosidades! Está presente quando se instalam equipamentos coletivos alisadores, padronizadores de repertório espacial e de comportamento, ou quando se renovam bairros antigos, destruindo através da "recuperação" do espaço, toda uma série de vínculos singulares ali existentes. O próprio termo "recuperação" é significativo quando decodificado como recuperação deste espaço independente e autônomo para uso na reprodução da espacialidade hegemônica, que o havia perdido para outras formas singulares de organização da vida cotidiana e do território. O mesmo ocorre quando se transfere, uma favela inteira para um daqueles conjuntos habitacionais estatais funcionalistas, a dezenas de quilômetros do local onde já se haviam estabelecido relações pessoais, de trabalho e sobrevivência.

Porém, uma coisa é certa: se o alisamento é constante, o movimento de singularização e criação de novas rugosidades existenciais não fica atrás. Como afirma Guattari:

"A gente consegue, assim mesmo, nesta merda toda, fazer pedaços de território para si. (152)

A gente constitui, assim mesmo, até debaixo da ponte, territórios existenciais(...), Então, do que eu estou falando o tempo todo é da importância da micropolítica, da criação destes territórios, porque esta é a via de resistência maior ao que a gente esta vivendo. (153)

Concluimos que a expulsão dos grupos de agentes organizados sócio-espacialmente de formas "impróprias" ao desdobramento infinito do modo de produção capitalista (material e de sentido) pode até prescindir das formas de violência física que nos foram apontadas por Diegues no caso do litoral paulista. Não dispensarão neste caso o uso da violência mais sutil - porém tão avassaladora quanto - dirigida aos valores que estruturam as formas de subjetividade singular, que lhes dão conteúdo e forma objetiva.

Em cada caso de sobreposição de demarcações territoriais, existirá sempre a possibilidade de várias intensidades dentro da série resistência, a efetivação variando entre a permanência total do grupo original ou sua total expulsão, que seriam os casos extremos. Os agentes (ou grupos deles) que forem expulsos definitivamente dos seus territórios de origem, irão, obrigatoriamente buscar outros territórios de existência, em espaços demarcados ou não para ocupação dos grupos hegemônicos. Em caso afirmativo, esta desterritorialização vai gerar outras sobreposições territoriais, nas quais tais agentes passarão da posição resistente, reativa, à posição ativa, invasora. Isto não ocorrerá nos casos em que a expulsão sofrida seja acompanhada de remuneração pela venda do terreno no espaço de origem, por valor compatível com a compra de outro imóvel fora deste. A remuneração possibilitaria o deslocamento por vias legais, mas nem sempre ocorre, pois o preço pago pela terra, nestes casos, é muito inferior aos preços estipulados no mercado capitalista. Além disto, não incluem os ganhos de valor referentes a conversão do uso tradicional - no mais das vezes agrícola - para a utilização capitalista - predominantemente urbana.

(152) GUATTARI, E & D, op. cit., pag. 114

(153) *Ibidem*, pag. 116

No caso dos agentes que permanecerem, à revelia dos interesses hegemônicos, nos territórios de origem, várias intensidades de resistência dos modos de produção pré existentes são possíveis, oscilando entre os extremos da manutenção total das formas tradicionais anteriores e a cooptação e adaptação total ao modo de produção invasor capitalista.

Diegues nos mostra exemplos destes graus de integração no mesmo exemplo de desterritorialização dos pescadores - agricultores do litoral paulista:

"Os que tinham algum capital, proveniente da venda dos terrenos, migraram para a periferia das grandes cidades litorâneas, passando a dedicar-se exclusivamente à pesca (...)

Os outros foram engrossar as fileiras dos desempregados ou subempregados que vivem como caseiros ou biscateiros, vendendo sua força de trabalho aqui e ali, em época de temporada turística (154)

É claro que a "resistência total" e a "adaptação total" são as formas abstratas de 100% na série, que não seriam as mais frequentes na realidade.

Na análise que ora empreendemos, nos interessa saber qual o grau de positividade das atitudes dos diferentes agentes envolvidos nos processos de sobreposição territorial, ponto do qual trataremos agora. Poderíamos considerar as duas formas básicas de atuação dos agentes não hegemônicos - portadores de diferentes graus de exclusão das decisões e de expulsão no espaço - ora como reação à demarcação prévia (ou reserva) dos territórios da cidade à utilização dos grupos hegemônicos, na reprodução ampliada de seus capitais, ora como reação à invasões promovidas por estes grupos nas áreas ocupadas historicamente por suas formas de existência econômica e cultural, herdadas dos momentos que seus modos de produção (material e de sentido) estavam melhor inseridos nas séries de riqueza e poder.

(154) DIEGUES, op. cit., pag. 199

Poderíamos inversamente considerar a atuação dos agentes hegemônicos - demarcação de reservas via planos/legislação e invasão dos territórios herdados - como reações às limitações reais que a atuação dos grupos não hegemônicos impõe à produção e à ocupação capitalista do Espaço. Por não verem no espaço uma mercadoria mas sim um valor de uso, desorganizam (ou impedem a criação de) vetores de valorização empreendidos pelos agentes hegemônicos, no afã de criar uma espécie de correspondente da lei do valor, que otimize a sua reprodução ampliada no espaço.

A questão da ação e da reação é altamente modelizada pela subjetividade capitalística, que atinge diagonalmente toda a sociedade atual. Somos levados a pensar nos agentes hegemônicos capitalistas como sendo os únicos capazes de organizar de forma eficiente a produção material e de sentido, o que os faria responsáveis por toda e qualquer insuficiência que o modelo possa apresentar e culpados por todas as suas contradições. Nomeados tutores do restante da sociedade, estes agentes deveriam garantir através da sua ação o correto andamento da máquina produtiva gerando riqueza e felicidade para todos. Ora, quando se verifica na realidade que isto não ocorre, critica-se a atuação destes agentes: o poder hegemônico é "Estado-explorador", a riqueza hegemônica, o "Capital-explorador". Os senhores transformam-se em algozes, e o fator trabalho se deixa enforcar!

Seja qual for a maneira que se rotule o Estado (ora provedor, ora opressor) e o Capital (ora produtor, ora explorador) a eles se atribui toda a força, toda a capacidade de agir. Toda ação deve partir deles, os responsáveis pela escolha do modelo e pelo funcionamento do mesmo, restando aos grupos não hegemônicos duas opções passivas: o "trabalhador oprimido e explorado" ou o "trabalhador livre, produtivo e provido"!

O que acontece se tirarmos destes pares de oposição o julgamento bom/mau? Diluem-se as formas...

Seríamos capazes de pensar em ações reativas ou em passividade ativa? Para tanto teríamos que imaginar a ação como o que induz reações e o ativo como o que induz mudança, transformação. Mais uma vez mudanças simplesmente e não boas mudanças e más mudanças, pelos motivos já alegados. E não se pense que estagnação seria o polo mau e mudança o polo bom. Propômo-nos a pensar na série permanência como um todo, em que diferentes intensidades são possíveis, de 100% (cristalização) a zero de permanência (mutação). Mas o que isto tem a ver com sobreposições de demarcações territoriais ??! Tudo!

Com isso podemos pensar que todos os agentes nela envolvidos, "*par delà bien et mal*" (*) são capazes de agir (e de não agir), e através de sua colocação ativa (ou passiva) na série permanência (que é desdobramento do tempo no espaço) mudar ou cristalizar as formas de sua inclusão/exclusão nas relações e de sua presença/ausência no espaço.

Outra idéia: na colocação nesta série há pelo menos duas entradas, uma via espaço e uma via relação social, que podem se combinar em várias intensidades. Explicando melhor. Através da sua melhor inclusão nas relações sociais, um grupo pode obter maior presença no espaço, ou maior permanência no espaço desejado. Esta é uma entrada. Outra seria, através da maior presença no espaço (via sobreposições de demarcação, p. ex.) um grupo melhorar sua inserção nas relações de poder, i.é., permanecer mais tempo na posição de poder desejada. Quanto mais poder tem um grupo de se inserir nas decisões, mas a sua dominância perdura e se espacializa, tendendo a converter-se em mais riqueza e mais poder; a recíproca apresenta a possibilidade de através da inserção territorial os grupos mais excluídos das decisões viabilizarem - vias de fato - uma maior inserção nas decisões.

Adquirindo mais acesso às riquezas espacializadas socialmente produzidas, sua permanência espacial se converte em permanência social, em posição social, em posição mais favorável no poder, e assim por diante.

(*) Título de Nietzsche, citado por Guattari e Deleuze in "*L'Idel Historique*, op. cit., pag. 118

Nossa interpretação nos permite pensar que diferentes agentes podem investir positivamente em mutações, em formas heterogêneas e singulares, informais e indóceis de apropriação e territorialização, que desobedeçam as disposições legais, formais, restritivas e proibitivas, características do espaço homogêneo tanto em suas formas repetitivas de materialização quanto em suas formas imutáveis de apropriação.

A maior permanência assim adquirida - no espaço e nas relações sociais desejados - significa mudança de posição destes nas séries de riqueza e poder, i.é., maior intensidade na série hegemonia, via formas singulares de organização sócio espacial. E pela última vez, singulares simplesmente, nem boas nem más.

Mas, se da maneira como tratamos a análise até aqui, as Sobreposições Territoriais ficam isentas de julgamento de valor, não sendo *a priori* nem boas nem más, é simplesmente porque esta é a vertente que adotamos na elaboração do conceito, As SDT seriam ativas, i.é., indutoras de mudança da posição dos agentes que a empreendem na série permanência no espaço e na relação social almejada. Isto não nos impede de fazer julgamentos. Apenas, *a priori*, não nos instrumentaliza teoricamente para isso. *A posteriori*, além da teoria, toda as formas parciais (no sentido de parcela) de julgamentos são possíveis e válidas na determinação de condutas políticas reais, que podem envolver, assim como os julgamentos, desde uma só pessoa até todo um grupo da sociedade organizada.

Se pessoalmente preferimos tal ou tal grupo - e normalmente a preferência recai sobre os não hegemônicos - isto realmente importa, mas é questão Moral, questão de FORMAÇÃO, que não pode obviamente ser totalmente dissociada do discurso teórico, muito menos deixar de ser explicitada quando, nos estudos de caso, tratarmos de casos reais, onde as questões de julgamento inevitavelmente participam, paralelamente às questões legais e às teóricas.

Já que resvalamos no assunto, a questão da legalidade faz simplesmente a separação estanque legal/ilegal, que corresponde em última análise a: defensável/punível pelo aparelho do estado. Isto, aliás não significa em absoluto certeza de punição ou defesa reais, vias de fato. As SDTs empreendidas pelos agentes hegemônicos têm-se mostrado menos puníveis e as dos agentes menos incluídos no poder, menos defensáveis. E isto importa porque as leis não são uma pura questão de hermenêutica, são instrumentos capazes de alterar diretamente a divisão da riqueza e do espaço que além do peso objetivo, ponderável, têm significado subjetivo imponderável. Ser "fora da lei" é ser marginal, e o termo é uma metáfora espacial completa: A lei - o Aparelho de Estado legislador - no centro; os dignos respeitadores da lei em volta dele, ou mesmo dentro; e os "fora da lei, à margem. Para eles muitas vezes a única possibilidade de aproximação de alguma forma afirmativa de singularidade e poder, i.é., de "ter um lugar ao sol", tem sido aproximar-se de outras formas mais ou menos cristalizadas de poder que não o Estado, organizações não oficiais, ilegais, tais como a Máfia da Droga, por exemplo.

Na questão da violência generalizada que vivenciamos atualmente, têm grande relevância as disputas travadas entre o detentor oficial do "monopólio da força legítima" (polícia, exército) - o Estado - e as demais organizações armadas, tais como grupos de extermínio, organizações do narcotráfico, exércitos particulares de fazendeiros, etc..., etc...

Neste momento, a lei surge como forma limitada de estruturação social, muitas vezes de uso restrito às parcelas da sociedade mais próximas do centro de poder representado pelo Aparelho de Estado, e mesmo estas não se atêm a questões de hermenêutica quando "necessitam" agir de maneira independente deste, ou a sua revelia, para atingir seus intuitos.

Numa organização sócio espacial complexa como a brasileira, em situação periférica num sistema mundializado onde os Estados Nacionais chegam a ser menos poderosos do que

algumas multinacionais privadas instaladas em seu território, qual seria o parâmetro de agregação capaz de substituir a legalidade? A legitimidade nada tem de mundial ou de universal. É sempre parcial, localizada, heteróclita, composta de significados divergentes, singulares, distintos. Equilibra-se no tempo... é julgamento momentâneo de valor e de conhecimento do real e do atual. Dá-se no presente *-hic et nunc* - com tudo que este tem de acaso, de indeterminação, não é capaz de dar unidade a sociedade global. Se por um lado representa a transgressão em relação ao poder repressivo, por outro representa um risco de ruptura total, no qual a possibilidade de uma implosão bárbara não está de forma nenhuma excluída. Seria algo como afirmar que há leis legítimas e há "barbárie" legítima, e isto importa, especificamente no caso das SDTs, pois quando há coincidência entre legal e legítimo, a Sobreposição se resolve, torna-se rapidamente insustentável e logo se desfaz, permanecendo no território o agente detentor de ambas.

Já quando o legal e o legítimo se distanciam, caem em mãos diferentes, a sobreposição permanece no tempo e no espaço, o processo se estende, vários ataques e defesas se sucedem, pactos via negociação mediada ou não pelo aparelho de Estado, enfrentamento direto, etc,...

Atualmente, nos grandes centros urbanos, certos avanços conquistados pela sociedade civil organizada têm impedido que ocorram com maior frequência enfrentamentos com ação direta da polícia ou do exército na resolução das sobreposições em favor dos agentes hegemônicos, melhor representados no Aparelho de Estado. O mesmo não acontece com a intensidade desejada no campo, onde as SDTs geram guerras nas quais contam-se os mortos. Sem metáforas.

Quanto mais democráticas forem as formas de cristalização do poder, mais possibilidades os diferentes grupos terão de intervir na formação do corpo jurídico, aproximando parcialmente a

lei das diversas organizações e produções de sentido legítimas para uma parcela representativa da sociedade.

No caso específico das SDTs, a posição dos trabalhadores não garantidos, por exemplo, tem avançado no sentido de ignorar e explorar, ao mesmo tempo, as vias legais, i.é., não adotá-las como parâmetro restritivo à ação inicial - que se impõe vias de fato - mas recorrer a elas num segundo momento, aceitando a mediação do Estado (e das suas leis) na consolidação da territorialização empreendida.

Opta-se no mais das vezes, pela negociação em detrimento do enfrentamento direto, que é transferido para o nível macropolítico, onde utiliza-se inclusive das vias legais disponíveis para buscar legitimidade e apoio da sociedade civil, principalmente entre os trabalhadores garantidos. A análise deste tipo de processo de inserção sócio espacial será assunto do nosso primeiro micro-estudo de caso.

Voltamos a salientar que, no presente trabalho, os julgamentos de valor baseados na série legitimidade (que ora esboçamos) serão tidos como exercício moral praticado *à posteriori*. Importará primeiramente interpretar as SDTs quanto a capacidade de fornecer aos grupos que as empreendem a posição desejada nas relações sociais e na divisão do espaço, favorecendo maior inserção destes nas séries de poder e riqueza espacializados.

No próximo capítulo empreenderemos dois pequenos estudos de caso. Ambos são sobreposições de demarcações territoriais, em curso atualmente, na Grande Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A primeira, empreendida por grupos de trabalhadores não garantidos da cidade e do Estado que, não encontrando formas outras de acesso à propriedade e à habitação, ocupam hoje

temporariamente um território na região denominada Pasto de Gado, limite de Florianópolis com o município de São José. Os agentes mencionados tencionam *a priori* dar à área utilização habitacional - de uso privado do grupo - com acesso à propriedade via pagamento parcelado do terreno (dividido em lotes individuais), dentro de suas restritas possibilidades financeiras. Pleiteiam também direito aos equipamentos e infra-estruturas urbanas compatíveis com a função de moradia. A Sobreposição consiste em que tal área pertence atualmente ao Estado, mais precisamente à COHAB-SC, que a havia reservado para expansão de um conjunto habitacional instalado em parte do terreno, hoje cercado por ocupações.

A segunda, empreendida por um grupo de empresas privadas e proprietários de terrenos na região Sul do município de Florianópolis, consiste num grande projeto urbanístico sobre aterro, na baía Sul, que, atrelado à duplicação do sistema viário (via-expressa sul) criaria uma vertente de valorização dos terrenos nesta direção, transformada em área preferencial de expansão do centro urbano da cidade. A Sobreposição consiste em que o local previsto para a aplicação dos capitais e execução do projeto é território de propriedade de comunidades tradicionais de Ilhéus, cuja permanência no território, herdado de uma época de maior inserção da pequena produção agrícola e pesqueira na Ilha de Santa Catarina, fica fortemente ameaçada.

Em ambos os casos buscaremos as origens e as causas atuais de existência das sobreposições, i.é., explicitaremos as origens dos processos de demarcações dos espaços em questão, anteriores à disputa atual, identificando os procedimentos que o engendraram e as diferentes destinações atualmente pretendidas, que se encontram em situação de sobreposição.

Buscaremos compreender as ligações atuais dos agentes com as instâncias cristalizadas do capital e do Estado e também com os fluxos móveis de riqueza e poder. Verificaremos se há alteração da posição relativa dos mesmos nas séries "inclusão/exclusão" das relações de poder e

"presença/ausência" nos territórios ocupados e se tal alteração pode ser medida pelo grau de inserção de cada grupo na série mudança/permanência da posição social e da posição territorial, buscadas através da SDTs. Sem mais delongas, vamos a isso!



III. SDTs em Florianópolis: notícias

III. Notícias das SDTs em Florianópolis

Este último capítulo, retorna ao nosso objeto empírico de especulação. É dividido em duas partes, dois pequenos estudos de caso que escolhi na cidade de Florianópolis. O primeiro, na Ilha de Santa Catarina, aborda um antigo projeto previsto para ela na década de 70 que não se realizou na ocasião e vem à baila novamente agora, mais de 20 anos depois, por motivos que deixarei claro nas próximas páginas. O segundo, situado na parte continental do Município de Florianópolis, trata da ocupação recente de uma antiga pastagem comunal por famílias pobres para uso de moradia. Procuramos mostrar porque formas aparentemente tão distintas, podem ambas ser analisadas sob o crivo do conceito criado, i.é., Sobreposições de Demarcações Territoriais.

Aliás, esta é a única intenção deste capítulo, que não se propõe absolutamente a esgotar os casos tratados, mesmo porque são tão atuais que seria impossível conseguir sobre eles informações minimamente bem fundadas para tecer considerações categóricas. Vamos a isto.

III.1. O Caso do Aterro do Saco dos Limões

Quando o NEC - Núcleo de Estudos Catarinenses - foi criado no final da década de 60 com o intuito de produzir um plano de desenvolvimento para a capital, pelo então Prefeito Lacaz Santiago, parecia tratar-se somente de um procedimento político específico da época, quando para liberar verbas exigia-se um plano diretor. O Núcleo desde sempre liderado pelo Professor Gama D'Eça, chegou a contar, no auge dos trabalhos, com cerca de 140 pessoas, conforme ele mesmo declarou publicamente no debate do dia 31/07/91.

Funciona ainda hoje vinculado a UFSC, onde sua ligação direta com a reitoria isenta-o da relação paritária com os departamentos da Universidade aos quais o assunto afeta diretamente, entre os quais Arquitetura, Geografia, Sociologia, Engenharia, etc... Sua posição autônoma tem gerado, assim como os projetos que propõe para o espaço da cidade, inúmeras polêmicas.

A Via Parque, a Via Expressa Sul e o Aterro do Saco dos Limões, projetos prioritários na atual gestão do IPUF, são na realidade uma etapa do Plano Metropolitano elaborado pelo NEC, retomada em 1989, no governo de Pedro Ivo Campos. Na sua gestão o governador criou uma comissão para agilizar sua implantação, coordenada por Paulo Gouveia, então Secretário dos Transportes e Obras.

O plano guarda ainda hoje as características originais da época em que foi concebido, utilizando todos os conceitos teóricos que marcaram os planos diretores produzidos na década de 70. Noções como integração, vetores de indução e desenvolvimento são peças-chaves do discurso de seus autores. Sua estruturação, baseada no binômio

diagnóstico/propostas, tão ao gosto da época de sua criação, parece pressupor que o espaço urbano - tido como caótico - não requer nada além das idéias do arquiteto e de seus desenhos para adquirir a forma adequada ao desenvolvimento sócio político e econômico.

Usando afirmações, tais como: "O estreito é um caos" (155) e "Florianópolis é uma cidade que não existe" (156), tão bem analisadas por CHALAS em artigo já discutido neste trabalho (157) Gama D'Eça relata as conclusões dos estudos realizados entre 69 e 70 para o plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis:

"Chegou-se a conclusão que o Estado estava desintegrado política, econômica e socialmente e que uma coisa básica a fazer, de início, ação básica de desenvolvimento, seria a promoção da integração do Estado. (...)

Como um processo de desenvolvimento, num espaço caracterizado, só é possível onde existe uma rede urbana, logo, nasceu a dedução que para montar a rede urbana era preciso que houvesse um sol, como existe no universo (...)

E chegou-se a conclusão que nós tínhamos que fazer de Florianópolis uma metrópole (...) uma cidade que pudesse envolver um programa de várias autonomias e ainda uma continuidade de construções (...)

A partir da metrópole, nós teríamos a criação de uma rede urbana em cima do espaço estadual, promoveríamos a integração e com isto estaríamos confirmando e ainda fortalecendo a autonomia do Estado na Federação"
(158)

(155) Proferidas por Gama D'Eça no Debate organizado pela Câmara dos Vereadores, para discussão do projeto do Aterro do Saco dos Limões, Na UFSC, 31/07/91.

(156) Ibidem

(157) CHALAS, Yves *"l'imaginaire Ammenageur et Le Complexe d'Oldipe"*, op. cit., vide item 3 do capítulo II

(158) Debate UFSC, op. cit.

Vários arquitetos discordam do modelo de desenvolvimento proposto pelo Núcleo e apontam uma série de problemas advindos de sua implantação em outros lugares do Brasil e do mundo. Gama D'Eça, entretanto, mantém sua posição afirmando:

"Nós queremos construir uma cidade do século XX, talvez do século XXI, mas uma cidade organizada, porque metrópole não é sinônimo de cidade desorganizada. O que existe é uma generalização das cidades formadas sob o impacto da industrialização, que é um processo concentrador que causa uma série de problemas, independentes de Norte, Sul, Leste ou Oeste, de ideologias, de regimes políticos" (159)

Assim, elaborando estratégias para fazer de Florianópolis uma metrópole, a equipe do NEC realizou estudos para determinar, em primeiro lugar, a área de influência que esta devia ter - 20 municípios (*) (vide Figura 1) - e a extensão da área conurbada, envolvendo a Capital e os três municípios vizinhos: Biguaçu, S. José e Palhoça (vide Figura 2).

Foram realizadas a nível do Estado, cartas pedológicas e de localização de matérias primas, equipamentos de ensino, recreação, assistência religiosa, etc. e elaboradas propostas, reunidas no Plano de Ordenamento Espacial da Ilha de Santa Catarina. Em 1976 foi aprovado projeto de lei conhecido como "Setor Oceânico Turístico" que resultou na Lei 1440/76, passando assim, as propostas, a fazerem parte da Lei Orgânica do Município até a primeira metade da década de 80, quando da sua revogação para o Saco dos Limões (1982) e para o interior da Ilha (1985). Em linhas gerais, o Plano propunha:

1. a retirada da BR 101 de dentro da conurbação;

(159) Ibidem

(*) ou 21, se incluindo o Município de Alfredo Wagner

2. a criação de duas vias de expansão de direção norte-sul, uma no Continente e uma na Ilha;
3. uma via de integração ligando Ilha e Continente através de sistema de pontes que conjugavam tráfego de veículos individuais e transporte rápido de massa.
4. Uma ligação Ilha-Continente no extremo sul, na ponta de Naufragados; e
5. um porto em Anhatomirim.

Importa-nos aqui particularmente a via de expansão da Ilha, que cortaria no eixo norte-sul, pelo lado do mar aberto, os distritos do Rio Vermelho, Lagoa e Campeche até o Rio das Pedras, indo ter com a via de integração no seu trecho sul, (denominado Via de Contorno Sul) que ligaria este setor ao centro histórico de Florianópolis (na Ilha) e ao centro expandido (no continente), através do sistema de pontes.

O trecho norte da "via de integração", denominado Via de Contorno Norte também previsto neste plano, com o intuito de ligar o centro à universidade, à Lagoa e às praias do leste e norte, foi feito. Trata-se da Avenida Irineu Bornhausen, conhecida como Beira Mar Norte. Executada no início da década de 80, com grandes trechos de aterro, ora sobre o mar, ora sobre o mangue do Rio Itacorubi, provocou a morte das partes deste que ficaram isoladas na margem direita de quem vai do CIC - Centro Integrado de Cultura à Universidade. Estas áreas mortas de mangue foram dando lugar a novos aterros, cuja ocupação tem propiciado sobreposições demarcatórias de toda ordem, envolvendo desde grandes empresas até ocupantes que ali constroem suas moradias. Até mesmo pequenos comerciantes e profissionais liberais, estabeleceram-se no local, fazendo uso do ponto privilegiado. (*)

(*) Em finais da década de 80 o Professor Dr. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro empreendeu trabalho nesta área e nas encostas do Morro da Cruz, abordando este e outros aspectos.

O grande elenco de SDTs resultante do processo, justamente por envolver agentes diferentemente representados nas esferas políticas e conseqüentemente nas decisões urbanísticas, tem despertado interesse, sendo objeto provável de estudos específicos de alunos deste curso de mestrado. Como se sabe, a via de contorno sul, ou simplesmente Via Expressa Sul não foi executada até hoje. No seu projeto original consta um aterro com área equivalente a duas vezes a necessária para a sua execução. Na metade excedente está prevista área de comercialização para viabilizar o custo das obras viárias.

A via desafogaria, segundo seus idealizadores, o acesso do centro ao Aeroporto Hercílio Luz, à Base Aérea Militar e às praias do Sul como um todo, além de facilitar a ligação com a UFSC pelo sul.

No plano feito lei em 1986 - Governo de Esperidião Amin - o aterro de grandes dimensões ficou sem projeto de engenharia aguardando estudos posteriores. O NEC reservou-o para ser estudado depois. Afirmo o Professor Gama D'Eça:

"Este depois chegou agora. Então nós fizemos este plano piloto aqui (apontando o mapa), de aproveitamento, que destinou um milhão de m² para uso público e 720.000 m² para comercialização (...) os terrenos comercializados poderiam alcançar a cifra de US\$ 1 bilhão (...) a obra (da via) vai custar em torno de US\$ 70 milhões (...)". (160)

Uma vez esclarecida a viabilidade financeira do projeto, o Professor explica:

"Imaginou-se um tipo de ocupação que (...) em vez de fazer um loteamento com terrenos picadinhos, criaria grandes áreas onde nós pudéssemos construir uma pequena cidade (...) Então, quem morasse lá ia ter suas necessidades de sair daquela área reduzidas em 70%.

A pessoa praticamente ficava morando ali e raramente saía para uma atividade que não fosse satisfeita por equipamento colocado aí dentro. Isto nós batizamos mini-estruturas urbanas. (161)

Foram definidos 5 lotes para abrigar mini-estruturas e mais três lotes: um para uso da Universidade Federal, um para o centro administrativo do Estado, e o terceiro para instalação de hotéis (vide Fig. 15).

O limite de altura proposto para as edificações, perante os índices máximos de 12 andares permitidos hoje, causaram grande polêmica. Equivaleriam a 50 andares, mudando totalmente o padrão volumétrico da área, onde predominam pequenas construções de poucos pavimentos (vide fotos da região em anexo no final do trabalho).

A justificativa do autor do projeto para os índices de verticalização propostos são as seguintes:

"O Estado não tem recursos, porém é dono do ar. Nós sabemos que as cidades vão ser todas altamente concentradas. Isto é a tendência internacional. Então nós vamos ter que usar o espaço em altura, e o Estado pode trocar o espaço em altura pelo espaço em baixo, que ele não tem dinheiro para comprar"
(162)

A troca de espaço em altura por terreno é o primeiro princípio que norteia o projeto, os demais são:

- *"A necessidade de separar o espaço de circulação mecânica da circulação de pedestres, através da criação de plataformas"*
- *"Redução das leis ao mínimo para dar ao arquiteto a possibilidade de criar, inventar.... (163)*

(161) Debate, UFSC, op-cit

(162) Debate, UFSC, op-cit

(163) Ibidem

No artigo 5º, do projeto de lei nº 4807/91, esta postura fica claramente expressa:

"Pretende-se também, reduzir ao mínimo as condicionantes sobre o projeto arquitetônico, que são fatores limitativos da criatividade."

Aparentemente voltado aos aspectos formais e estéticos do projeto, este artigo foi fortemente contestado pelo IPUF e também por arquitetos presentes ao debate público do ante-projeto (já referido) realizado na UFSC. Sobre o assunto, o Instituto de Planejamento de Florianópolis dá seu parecer técnico no documento de nº 134-91:

"O ante-projeto de lei recorre a normas genéricas em nome da liberdade de criação de projetos arquitetônicos. A mistura destas generalidade com diretrizes e parâmetros tornará difícil e casuística a análise de futuros projetos de edificação no aterro, acirrando interesses imobiliários (...) e conflitos entre segmentos sociais. A qualidade e o padrão de salubridade das edificações deixarão de ser definidos pela lei para serem o resultado de jogos de interesses."

Loureci Ribeiro, Arquiteto e membro do grupo de apoio do CAPROM para assuntos urbanísticos parece compartilhar da mesma opinião em relação a redução das normas:

"Em nome da liberdade de criação está se jogando na lata do lixo toda a possibilidade da população - através dos postulados urbanos - ter controle sobre a iniciativa privada, sobre os interesses individuais (...) (164)"

Uma das propostas do NEC no sentido de reduzir as normas ao mínimo seria a de abolir o índice de aproveitamento, a taxa de ocupação, os recuos, etc, substituindo-os pelo seguinte princípio básico:

"(os blocos) quando habitacionais deverão guardar entre si distâncias mínimas iguais a altura do mais alto". (165)

Este princípio contaria com o auxílio das normas técnicas oficiais (*) quanto à iluminação, aeração, segurança, etc, garantindo, na opinião do Arquiteto Gama D'Eça, a obtenção de um "conjunto harmonioso". Os demais requisitos expressos no texto do ante-projeto de lei misturam posturas técnico-jurídicas com posturas estético-formais.

Exige-se que o térreo seja livre, sobre pilotis, que haja na cota 16 ligações entre os diversos blocos, que acima desta cota os blocos sejam soltos uns dos outros, enquanto que "os pilotis e os pavimentos até a cota 16, deverão ocupar 100% dos terrenos" (166), sendo a altura máxima das construções "135 metros, contados a partir da cota 16". (167)

A alta densidade de ocupação não foi o único alvo de críticas: a liberdade de criação assume igualmente a forma de liberalismo econômico no que se refere a utilização dos espaços construídos. É prevista uma destinação genérica das áreas que efetua a divisão entre públicas e privadas cedendo as públicas à UFSC e ao uso institucional e oferecendo as privadas para habitação e hotelaria (vide Fig. nº 15 em anexo). Nenhuma área é destinada especificamente ao comércio, embora a lei afirme que:

(*) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

(165) Projeto de Lei nº 4807/91, enviado à Câmara pelo Prefeito Municipal Antonio Henrique Bulcão Vianna no dia 30/04/91, lido no expediente da reunião de 07/05/91. A afirmação aplica-se aos prédios residenciais e aos hotéis, constando nos artigos 6º e 7º

(166) Ibidem, artigo 7º

"Estes conjuntos arquitetônicos deverão constituir-se em mini-estruturas urbanas onde deverão ser instalados todos os usos indispensáveis à vida urbana, desde creches e escolas a cinemas, teatros, lojas, pequenas praças, grandes e pequenas lojas, etc" (168)

Acontece que estes equipamentos não terão local previamente definido, cabendo àquele que adquirir o imóvel na área, definir - através de pesquisa de mercado - qual a ocupação mais compatível com as demandas reais existentes.

A idéia parece querer transpor, para a área do aterro, as leis de mercado que regem a ocupação do espaço nas cidades que já tem uma estrutura, definida ao longo de seu desenrolar histórico. Talvez por isso o nome de mini-estruturas urbanas.

Gama D'Eça, ao conceber o espaço do aterro desta forma, deixa clara sua intenção:

"A cidade vai ser composta por estas unidades e depois poderá crescer de maneira quase livre porque todos os equipamentos vão ser descentralizados"

e acrescenta:

"(...) Isto que nós chamamos de mini-estruturas urbanas (...) nós acreditamos que é um instrumento não só de ordenamento desta cidade, mas pode ser utilizado em qualquer parte de mundo, porque é um conjunto de princípios, não um modelo acabado, pronto" (169)

Os autores do projeto creem que os princípios expostos na lei teriam um "poder indutor" capaz de mudar o processo de ocupação urbana da Ilha dando-lhe um novo padrão:

(168) Projeto de lei 4807/91, op. cit.

(169) Debate, UFSC, 31/07/91

"A ilha está ficando um caos. A ilha agora é tratada como periferia de cidade mal organizada. A única maneira de inverter o processo de urbanização da Ilha deste padrão de periferia, de arquitetura Kitsch, é fazer uma coisa muito forte, para criar um poder indutor e mudar isso." (170)

Ao afirmar, que o projeto tenciona alterar o "padrão de periferia" que predomina na Ilha, induzindo outras formas de ocupação para o espaço urbano como um todo, o arquiteto demonstra que mais do que um simples projeto, trata-se de micro-cidades dentro da cidade, que poderão se reproduzir infinitamente, induzindo formas de ocupação semelhantes.

Nos dá, assim, uma noção das dimensões e do significado que sua implantação teria para a população que ocupa hoje os bairros do Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé e adjacências, que descende em grande número dos ilhéus que antes da virada do século, lá viviam da pesca, das caieiras e da agricultura de subsistência. (171)

Desde então a região é marcada pela sua proximidade do centro - "distava três quartos de légua do desterro" (172) - e pela sua posição de passagem de quem vinha do centro para "trás do morro" e para o sul da Ilha:

"Do Saco do Limões, partem para o interior, além da estrada que pelo litoral segue para Pregibaé (), Rio Tavares, Ribeirão, etc..., mais duas outras de rodagem - a da Carvoeira e a do Pantanal" (173)*

(170) Ibidem

(171) Sobre o assunto vide VÁRZEA, Virgílio da, Santa Catarina, a Ilha, Florianópolis, Ed. Lunardeli, 1985, pag. 04

(172) Ibidem, pag. 84

(173) Ibidem, pag. 85

(*) Hoje Pirajubaé

A via expressa projetada pelo NEC em 70 pretende alargar justamente esta ligação que segue pelo litoral contornando a enseada, a qual já sofreu várias alterações de desenho durante este século, sendo atualmente parcialmente construída sobre aterro. Aterro, infinitamente mais modesto que o projetado para abrigar as mini-estruturas, limita-se a suportar o leito carroçável da via em alguns trechos (veja as figuras 10, 11, 12, 13, 14 e 15 em anexo). Acreditamos que a proximidade do centro e a integração viária desde cedo contribuíram para estreitar as relações do então arraial com a vila do Desterro, resultando hoje na sua incorporação à cidade de Florianópolis, como bairro que ainda guarda certa autonomia em relação ao Centro, devido a especificidades culturais remanescentes de seu passado histórico. Sabemos que em arraiais mais isolados, como o Pântano do Sul por exemplo, a pesca e a pequena produção mercantil agrícola resistiram muito mais tempo à penetração do modo capitalista de produção, devido ao menor assédio. Estes guardam hoje características culturais mais distintas da cidade de Florianópolis do que as regiões aqui tratadas. Não é exatamente por razões preservacionistas ou culturais que achamos a permanência dos atuais moradores no Saco dos Limões, Costeira e imediações importante, mas sim porque representa uma forma de resistência ao processo de concentração dos terrenos bem localizados da Ilha de Santa Catarina nas mãos do grande capital privado, sobretudo das suas ramificações ligadas à produção imobiliária.

É um processo clássico do urbanismo capitalista a "renovação" de áreas centrais a fim de liberá-las para novos empreendimentos particulares, provocando a expulsão dos agentes pré-capitalistas para posições cada vez mais periféricas, no espaço e na economia.

Estes, de início entusiasmados com a instalações das infra-estruturas públicas, logo se vêem incapazes de pagar as taxas das benfeitorias ou acabam, com a valorização de seus terrenos, vendendo-os a preços totalmente fora dos de mercado (muito mais baixos) para agentes imobiliários que os utilizarão na reprodução ampliada de seus capitais. Os terrenos, de valor de uso que eram, passam a valor de troca, e o dinheiro capitalizado pelo antigo morador, quando muito é suficiente para a compra de outra moradia em área distante e sem infra-

estrutura, o que vem agravar a questão habitacional, favorecendo novas sobreposições territoriais. A corrida dos investidores em busca de terrenos que sofrerão alta de preços com a implantação do projeto das mini-estruturas no aterro é vista com naturalidade pelo autor do projeto:

"A ilha está lá, todo mundo está sabendo que aquilo vai ser urbanizado. Então não há nada de mais que as pessoas ditas ... que são empresários da construção, que eles tenham mais visão do que os outros, tenham mais recursos, e vão comprar terreno lá para depois se aproveitarem da do desenvolvimento provocado pelas obras públicas, ou pagarem a tal contribuição de melhorias que está sendo um assalto aí" (78)

Chega-se a pensar que as "forças indutoras" do projeto, capazes de inverter o processo de transformação da Ilha em periferia, são exatamente aquelas que resultam da concentração dos terrenos nas mãos dos grandes produtores e incorporadores cuja tipologia arquitetônica toma predominantemente a forma de grandes conjuntos, facilmente compatibilizáveis com o perfil desejado pelo NEC e seus seguidores para a Ilha de Santa Catarina.

Acusados de propor para este espaço um projeto que favorece amplamente os grandes proprietários, causando prejuízo para a maior parte da população em benefício próprio, o autor afirmou:

"Este processo de reação a tudo que nós fazemos no núcleo (NEC) como se fosse uma coisa de direita e o resto da universidade fosse uns progressistas chamados de esquerda, isto hoje não existe mais. E esquerda não é esquerda, é uma coisa reacionária, voltada contra o progresso" (175)

(174) Debate, UFSC, op. cit.

(175) Ibidem (a esta fala do professor o Vereador Vitor Schmidt acrescenta o seguinte comentário: A realidade também é, professor!)

Acusando os grupos de esquerda de favorecerem as invasões de propriedade, o professor se dirige ao Vereador do Partido dos Trabalhadores que preside o debate organizado pela Câmara:

"Me desculpe o Vitor () mas a política que se faz e se tem feito no sentido de favorecer o invasor de terreno, é favorecer o clandestino contra o cidadão que tem a propriedade (...)*

Estamos num regime em que a propriedade individual é um direito individual mundialmente reconhecido como direito da pessoa humana (...)" (176)

Gama D'Eça parece não se preocupar com o fato de que o aterro projetado pelo NEC favorece também o clandestino, ainda que indiretamente. Os "vetores de indução" resultantes do projeto provocarão tamanha valorização dos arredores que um grande número de famílias ali residentes como proprietárias acabarão por deixar a área, indo possivelmente somar-se ao enorme contingente da população excluído das formas legais de acesso à moradia. Será este, ao nosso ver, o resultado da concentração de terrenos e do processo capitalista de valorização do espaço no Saco dos Limões em particular e no Município como um todo, sobretudo na sua área insular. Aliás a ênfase do projeto sobre esta porção do território municipal chega a sugerir que os espaços de menor interesse, localizados na porção continental, podem continuar se transformando em periferia sem grande prejuízo do conjunto.

Acreditamos que tal segregação espacial dos grupos sociais mais pobres, apesar de sempre almejada pelos grupos hegemônicos, torna-se cada dia mais cara e mais difícil de realizar, mesmo que se disponha do auxílio do Poder Público.

(*) Trata-se do Vereador Schimidt presidente da Comissão de Obras e Sistema Viário da Câmara e organizador do debate aqui citado.

(176) Ibidem

O período atual é marcado pela perda relativa de capacidade modeladora dos grandes projetos públicos ligados a grupos privados, que já não detém o mesmo poder de intervir na dinâmica de valorização dos territórios urbanos, impondo-lhes sua lógica, ligada exclusivamente aos critérios específicos da renda fundiária e do lucro capitalista.

Nada nos impede de supor que é a própria consciência desta perda que provoca tais atitudes grandiloqüentes, que servem mais para causar polêmicas do que para "induzir" a realidade a tomar outros rumos, além de indispor seus autores com quase todos os demais grupos que participam da demarcação territorial dos espaços tratados. Exemplo disso, que gostaríamos de enfatizar aqui, foi o choque do NEC com o órgão de planejamento da Prefeitura, o IPUF.

Quando a 30 de abril de 1991, o prefeito Bulcão Vianna submeteu à Câmara dos Vereadores o projeto de lei dispendo sobre o tratamento espacial do Aterro do Saco dos Limões - produzido pelo NEC - o Instituto de Planejamento de Florianópolis emitiu parecer escrito contrário apontando falhas em todos os pontos analisados (desde os técnicos e jurídicos até os éticos e administrativos).

Tal parecer influenciou, a nosso ver, dois fatos da maior importância política que se sucederam: a queda do diretor do IPUF e a retirada do ante-projeto 4 meses depois de ter dado entrada na Câmara, segundo consta para perfeccioná-lo. O caso foi amplamente noticiado na Imprensa (*) o que contribuiu para ampliar o debate e esclarecer a população em relação ao projeto. A primeira notícia considerada importante data do início de julho de 1991 e relata o posicionamento dos vereadores da bancada de oposição da Câmara:

(*) Mediante a proximidade dos acontecimentos, as fontes de informação escrita sobre o assunto restringem-se aos jornais de circulação diária do Estado. Em anexo segue relação dos artigos utilizados - fruto de pesquisa realizada nos arquivos de periódicos da Biblioteca da UFSC e da Câmara de Vereadores de Florianópolis; são notícias publicadas nos jornais: Diário Catarinense (DC), Florianópolis; O Estado (EST), Florianópolis; Jornal de Santa Catarina (JSC), Blumenau; e A Notícia (NOT), Joinville.

"O prefeito Bulcão Vianna encaminhou à Câmara Municipal de Florianópolis o projeto de lei complementar à Lei 1440/76 que, segundo os vereadores das comissões encarregadas de sua análise, "está estarecendo a todos, pelas suas irregularidades, imprecisões e voracidade especulativa. Sem entrar na questão escabrosamente anti-ética do projeto, ele já nasceu abortado porque é o complemento a uma lei já revogada no município, denuncia a Vereadora Clair Castilhos (...)". Elaborado pelo NEC (Núcleo de Estudos Catarinenses), um órgão vinculado à UFSC, o projeto desconhece e passa por cima do IPUF, órgão técnico responsável pelo Planejamento da cidade (...) "A única coisa que não está errada no projeto é a necessidade de desafogar o acesso ao sul da Ilha", comenta o Vereador Vitor Schmit, presidente da Comissão de Obras e Viação da Câmara (...) (177)

O posicionamento destes vereadores, visivelmente contrário à aprovação do projeto, obteve a seguinte resposta de um articulista do Jornal de situação da Capital:

"Os vereadores Clair Castilhos e Vitor Schmidt - representantes legítimos da tropa de ocupação que está há anos impedindo o desenvolvimento da cidade - já deram seu brado contra a hipotética construção da Via Expressa Sul (...)"
(178)

Se a disputa entre os grupos de situação e oposição já é normalmente acirrada, a exaltação cresce quando estão em jogo projetos de demarcação territorial que se sobrepõem quase que totalmente, inviabilizando-se mutuamente, como é o caso das ocupações - sejam organizadas ou espontâneas - e dos grandes projetos de modernização e de desenvolvimento propostos para Florianópolis. Os representantes

(177) Jornal de Santa Catarina, "Projeto da Via Expressa considerando irregular", Blumenau, 07/07/91

(178) O Estado, "Derrotando a Cidade", PCR, Florianópolis

políticos destes dois grupos contrapõem-se nas questões referentes a vias expressas e aterros, não é de hoje. Em 1988, o então prefeito Esperidião Amim encaminhou o projeto da Beira Mar do Continente de forma praticamente idêntica à proposta em 1991, pelo Prefeito Bulcão Vianna, para a Via Expressa Sul. Propunha o lançamento da obra em licitação em troca de pagamento através de área do próprio aterro a ser executado.

Nesta ocasião, a bancada de oposição reagiu a proposta frontalmente. Foi calculado que os terrenos a serem entregues em pagamento valiam 100 milhões de dólares enquanto a obra, a ser paga por seu intermédio, apenas um quarto deste valor. Sucedeu-se uma ação popular amplamente vitoriosa, posto que várias irregularidades marcavam o projeto no âmbito judicial, entre elas o impedimento da cessão do domínio útil dos acrescidos de marinha resultantes de aterros a particulares.

O próprio caso do aterro que ora estudamos tem suas raízes em 1979. Segundo afirmação de Afonso Veiga Filho (*), atual chefe do Departamento de Engenharia Sanitária da UFSC, foram enviadas nesta ocasião duas solicitações do Prefeito de Florianópolis ao então presidente João Figueiredo, para que fosse permitida a cessão do domínio útil dos acrescidos de marinha resultantes dos aterros, que iriam ocorrer no Saco dos Limões, à empresa particular responsável pela sua execução. Permutar-se-ia 40% da área remanescente do aterro com trabalhos realizados pela empreiteira.

Houve ainda o caso do já existente aterro da baía sul onde foi construído o complexo administrativo do Estado: no governo de Colombo Sales foi proposto que 25% de sua área fosse comercializada. Chegou a ser aprovada lei (nº 5013) dispondo sobre a parcial alienação do domínio útil que vigorou até 1978, quando foi revogada (Lei nº 5483) sem nunca ter sido posta em prática.

(*) Publicada no Diário Catarinense, "A obra é útil mas a pressa preocupa", 20/10/91

A seguir, no Governo Konder Reis, foi criada a Lei 5392 que:

"Veda expressamente qualquer tipo de construção no mencionado aterro, a partir da Av. Paulo Fontes em direção ao mar, com exceção feita ao Terminal Rita Maria e as garagens dos Clubes Náuticos". (170)

Não se justifica, portanto, a instalação da estação de tratamento de esgotos da cidade junto à cabeceira da Ponte Pedro Ivo Campos, dentro da área vedada para **qualquer** tipo de construção. Entretanto as obras já tiveram início. Como se vê, além de antiga, a questão é tumultuada. Quem rege, em primeira instância a permuta de acrescidos de marinha é o Serviço do Patrimônio da União, que tem se posicionado sumariamente contra a cessão de tais áreas para fins privados.

O professor Gama D'Eça comenta da seguinte forma a comercialização da área de aproximadamente meio milhão de metros quadrados por ele proposta no ante-projeto do Aterro do Saco dos Limões:

Acontecia uma novidade: é que agregado ao Aterro que estava previsto neste projeto (final de engenharia), o Governador Esperidião Amin achou de arranjar uma área de 1.700 mil metros quadrados onde uma parte deveria ser comercializada para pagar o custo da obra (180)

Já mencionamos que o professor tem uma postura peculiar em relação às normas urbanísticas. Esta parece estender-se a outras esferas, pois ele chega a sugerir que quando as leis se opõem ao seu projeto, elas devem ser mudadas, e não este.

(179) Ver sobre o assunto: Q Estado, "Salvem o aterro" PCR, 09/02/92

(180) Debate da UFSC, op. cit.

Certa vez declarou, referindo-se à legislação municipal:

"Se a lei não mudar, muitas das soluções tecnológicas e arquitetônicas que encontramos ficam prejudicadas" (181)

Como já foi dito na primeira parte deste trabalho (Cap. II, item I) é comum que as demarcações territoriais empreendidas por grupos hegemônicos bem representados no Aparelho de Estado, ainda que ilegais quando concebidas, acabem assumindo caráter legal, através do "ajuste" das leis as suas exigências e as do grupo que a empreende. O professor não ignora o fato.

O IPUF posicionou-se fortemente, desde o início, contra o projeto do aterro proposto pelo NEC, separando-o totalmente do da expressa sul, que segundo o órgão oficial de planejamento "deve ser implantada em vista de sua importância para o futuro da cidade" (182)

Dirige ao NEC três acusações:

1. Criar zonas urbanas cujas normas não estão vinculadas ao plano diretor em vigor no município;
2. Ingerência nos assuntos tratados;
3. Tentar legislar em causa própria.

Como quem havia encaminhado o ante-projeto à Câmara e ao IPUF havia sido o prefeito, esperava-se que o órgão emitisse parecer favorável. Não o fazendo demonstrou acreditar que seu papel político é representar a sociedade e não o prefeito ou o grupo político que o elegeu.

(181) Diário Catarinense, "Via Expressa sul é debatida na UFSC", 01/10/91

(182) IPUF, parecer técnico nº 134-91

Bobbio, grande estudioso das regras do jogo democrático, nos alerta neste sentido:

"O princípio sobre o qual se funda a representação política é a antítese exata do princípio sobre o qual se funda a representação dos interesses, na qual o representante, devendo perseguir os interesses particulares do representado, está sujeito a um mandato vinculado, (típico contrato de direito privado que prevê a revogação por excesso de mandato). (...)

Entretanto ...

(...) Jamais um princípio foi mais desconsiderado do que o da representação política. Mas numa sociedade composta de grupos relativamente autônomos que lutam pela sua supremacia, para fazer valer os próprios interesses contra outros grupos, uma tal norma, um tal princípio, pode de fato encontrar realização?" (183)

Prova de que na realidade a prática da vinculação predomina sobre a liberdade de representação política foi o comentário da imprensa ligada ao grupo de situação:

"O Prefeito Bulcão Vianna está com uma faca encravada em suas costas: o IPUF. Como então o órgão encarregado do planejamento da cidade reúne-se em assembléia para criticar a iniciativa do prefeito?" (184)

Ao que parece, a assembléia antecedeu ao documento já referido onde a equipe do IPUF tece sérias críticas ao ante projeto apresentado pelo prefeito e elaborado pelo NEC.

(183) BOBBIO, Norberto. O Futuro da democracia: Uma defesa das regras do Jogo. Ed. Paz e Terra (Política), Rio de Janeiro, 1989 pag. 24

(184) O Estado, 16/07/91

Seria importante nos perguntarmos porque o "órgão encarregado do planejamento da cidade", conforme o articulista mesmo afirma, não foi chamado para fazer o ante-projeto ele mesmo, e mais ainda, porque o NEC ao desenvolvê-lo, o fez "a revelia de qualquer norma ou diretriz urbanística traçada pelo IPUF." (185)

Ao ser de tal forma aliado do processo e desautorizado, o Instituto reagiu afirmando:

"Tal ingerência nos assuntos municipais está a merecer o devido tratamento."

(186)

e assim exigiu um posicionamento mais claro do Gabinete da Prefeitura, negando-se a curvar-se diante da situação. A atitude não poderia ser mais clara. A direção do órgão foi entregue a Ulf Hermann Mold, engenheiro sanitaria da Prefeitura (Gestão de Esperidião Amim) quando Bulcão Vianna era vice-prefeito. Aliás, Esperidião (PDS) - atualmente senador - esteve presente na posse do novo diretor, que precedeu a reunião do Prefeito e do recém empossado com o arquiteto Gama D'Eça, na qual ficou decidida a retirada do projeto da Câmara.

Esta retirada estratégica mostra que a vitória não foi completa e que o grupo liderado pelo prefeito e pelo senador não pôde desconsiderar as críticas levantadas ao projeto pelo IPUF. Também o trabalho da Comissão Viária e de Transportes da Câmara, que promoveu debates públicos reunindo várias entidades interessadas, entre as quais a própria UFSC (*), não pôde ser ignorado.

Além da divulgação para um maior número de pessoas, um dos benefícios resultantes deste debate foi, sem dúvida, a ampliação do contexto em que se insere a questão do Aterro.

(185) IPUF, parecer técnico nº 134-91

(186) Ibidem

(*) Aproveitamos para agradecer à Comissão Viária e de Transportes da Câmara, na pessoa do Vereador que a preside, Vitor Schmidt, por nos permitir acesso à documentação do Debate promovido na UFSC por esta comissão, amplamente utilizada para a confecção deste trabalho.

Chamou-nos especialmente atenção a fala do Prof^o Eng^o. Daniel Silva, onde este identifica na questão um conflito de "paradigmas" (*) e, vendo a proposta do NEC para o Saco dos Limões como "um projeto de modernidade", dirige a seu autor as seguintes palavras:

"A modernidade nos impacta, professor. Ela é representada por estes grandes projetos, estes grandes "Inputs" que chegam como inclaves na nossa realidade (...)

Eu acredito que há uma mediação muito forte entre a sociedade local, que recebe este enclave, e a instituição, o Estado, esta força que os propõe (...)

*Acredito que esta cidade (**) que esta sendo hoje colocada não sairá do projeto (...)*

Imagem vocês: esta cidade que deverá ter uma solução muito bem clara a respeito do problema de esgoto sanitário, tratamento de lixo, abastecimento de água, saúde pública (...), exatamente a algumas centenas de metros a sua montante, vertente acima, estes problemas não estão resolvidos. Então este é o conflito que surge (...) (187)

Professor Silva, ao chamar de cidade o projeto do NEC para o Saco dos Limões demonstra ter exata compreensão da abrangência deste. Trata-se realmente de uma demarcação localizada cujo âmbito não se restringe à escala local. Busca induzir um comportamento, um processo de ocupação, de valorização fundiária, um desenho urbano e arquitetônico não só para o aterro projetado mas para toda a região chamada pelo NEC de Setor Oceânico Turístico.

(187) Debate da UFSC, op. cit.

(*) Entendemos que o termo se aplica aqui com o significado que lhe foi atribuído por KUHN no seu livro A estrutura das Revoluções Científicas Ed. Perspectiva, 1976

(**) O Prof^o Daniel Silva se refere às Mini-Estruturas Urbanas

Sua vinculação à viabilização da via expressa representa sem dúvida um atrelamento estratégico, mas por outro lado atribui ao projeto um caráter absolutamente ilegal, inviabilizando-o.

Com inúmeras críticas que já recebeu dos mais diversos grupos envolvidos na demarcação territorial da cidade, é de se esperar que o projeto seja arquivado por mais 2 décadas, apesar do apoio que recebe de importantes grupos políticos e econômicos. Estes continuarão provavelmente a empreender projetos de demarcação organizados da mesma forma e na mesma direção, ora com maior, ora com menor êxito, dependendo da força que dispuserem no momento e da resistência que encontrarem por parte dos grupos opositores. Resta-nos esperar para saber qual será o próximo.

III.2. O Caso da Ocupação do Pasto do Gado

Pasto do Gado é o nome tradicional de uma área próxima ao limite entre os municípios de S. José e Florianópolis, no continente, de extensão difícil de precisar, pois sua demarcação não foi feita nos moldes jurídicos da propriedade privada, e sim do direito consuetudinário. Quem nos explica esta ocupação antiga é CAMPOS:

"Junto a Capital, existiu uma área comunal, utilizada pelos habitantes da redondeza. O nome desta região mostra muito bem o que ela foi: Pasto do Gado. Embora hoje seja uma área urbanizada, o costume de uso comum com gado ainda ocorre, ou a ocupação por populações pobres, com a formação de favelas." (188)

O autor esclarece que na formação sócio espacial açoriana em Santa Catarina, que teve origem no século XVIII fundamentada na pequena produção mercantil, as terras comunais tinham vários usos:

"Havia terras sem dono, que eram comunalmente utilizadas pelo pequeno produtor, seja aproveitando a pastagem para criação de gado, seja retirando a lenha; seja usando-as como área de plantação(...)" (189)

(188) CAMPOS, Nazareno José de, Terras comunais e pequena propriedade açoriana na Ilha de Santa Catarina, FCC Editora, Ed. da UFSC, 1991, Pag. 74.

(189) *Ibidem*, pag. 69

Existe uma polêmica a nível jurídico que discute se as terras do Brasil que a ninguém pertencem são terras devolutas ou res nullis. Independentemente da classificação que possam ter, estas terras sempre foram objeto de cobiça. O campos comunais não são uma exceção:

"Os campos comunais sofreram desde cedo a cobiça e a tentativa de apropriação particular por parte de alguns, em especial por aqueles mais fortes economicamente, como comerciantes e altos funcionários públicos, ligados aos setores administrativos, tendo também ocorrido entre alguns pequenos produtores, empobrecidos ou não." (190)

Campos relata como as terras comunais passaram, com a lei de terras, a ser patrimônio das Câmaras Municipais (191) e o processo de ocupação das terras públicas por proprietários privados no período pós-64. (192)

O autor refere-se ainda a uma certa resistência destas áreas comunais, até o momento em que:

"A expansão e fortalecimento das relações capitalistas de produção a nível nacional favoreceram o processo de transformação e mudanças que levaram à apropriação privada das áreas comuns, haja vistos os interesses especulativos, ligados ao processo de urbanização e de desenvolvimento do turismo, que vem ocorrendo nas últimas décadas" (193)

(190) Ibidem, pag. 70

(191) CAMPOS, Terras comunais e pequena produção açoriana na ILha de Santa Catarina. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da UFSC, Florianópolis, Novembro/1989, pag. 60 e seguintes.

(192) Ibidem, pag. 168 e seguintes.

(193) CAMPOS, op. cit., pags. IV e V (Introdução)

O autor, perguntado sobre a relação entre o antigo uso comunal e a atual ocupação por famílias pobres para uso residencial, afirmou que em meados de 1970 o Pasto do Gado era uma área sem grande interesse especulativo:

"O comunal, na sua forma tradicional, já estava em alteração, mas mantinha algumas de suas formas: gado solto, cavalos, caminhos, lenha, etc...Ao redor não existiam ainda as grandes benfeitorias, nem as públicas, nem as privadas (...). A questão da propriedade ficava indefinida. Ninguém reclamava o uso, embora houvesse, provavelmente proprietários, talvez já o Estado". (194)

É difícil precisar como as terras comunais do Pasto do Gado foram sendo privatizadas. Sabe-se que, na década de 70, chegaram a sofrer alteração topográfica para abrigar o estádio do Figueirense Futebol Clube, que acabou por realizar a obra em outro terreno, abandonando os trabalhos de corte e aterro já efetuados.

Data de 1982 o projeto da COHAB para construir no local um conjunto de apartamentos destinados a população de baixa renda, do qual só foi executado até o presente momento a quadra 2, que recebeu o nome de conjunto Panorama (vide Fig. nº 9). Pertencem hoje a COHAB-SC cerca de 90 mil m² na área.

Paralelamente à instalação do conjunto, foram ocorrendo ao seu redor ocupações; primeiro de forma espontânea, depois de forma planejada, ora empreendidas pelos "sem-teto" de Florianópolis, ora por famílias do interior de Santa Catarina ou mesmo de outros estados da Federação. Já mencionamos a dificuldade de precisar qual a percentagem de cada um destes contingentes no cômputo geral dos ocupantes, antes da conclusão do cadastramento que vem sendo realizado em conjunto pelo CAPROM e pelos Departamentos de Arquitetura, Geografia e Serviço Social da UFSC.

(194) CAMPOS, em entrevista concebida a autora na UFSC, em fevereiro de 1992.

Em 1989 os documentos do CAPROM apontam 42 famílias residindo na área, com tempo de permanência no local variando de 2 a 5 anos, provenientes principalmente de Lages e do interior da Ilha (vide Tabela VII).

Em documento mais recente, de 1991 (vide tabela IX) esta primeira ocupação, ocorrida de forma espontânea consta sob o nome de comunidade Chico Mendes, reunindo 404 famílias no total de 1939 pessoas, ocupando uma área que se estende desde a Rua Josué de Bernardi até a Egídio Ferreira, na qual se situa o Conjunto da COHAB já referido. Limita-se ao sul com a faixa *non aedificandi* pertencente a DERSA, que margeia a BR 282, via expressa que dá acesso da BR 101 às pontes que ligam o continente com a Ilha de Santa Catarina (vide fig. nº 8). A área destinada pela COHAB a abrigar a quadra 4 do conjunto habitacional popular e parte da área reservada para creche, posto de saúde, praça e Igreja (compare as figuras 8 e 9) é hoje ocupada por quase 400 moradias. Além desta, constam mais duas comunidades, instaladas no Pasto do Gado, em áreas contíguas: a Novo Horizonte e a Nova União. A primeira conta com 102 famílias e 510 pessoas, a segunda com 32 famílias e 144 pessoas.

Situadas na mesma quadra que o grupo escolar existente a rua Egídio Ferreira, já previsto no projeto da COHAB, estas duas comunidades tiveram um traçado urbanístico planejado, apresentando arruamento e divisão de lotes bastantes mais regulares que a sua predecessora. Abrigam inclusive áreas previstas para lazer e uso comunitário (construção da associação de moradores, creche, etc..). Parte da Comunidade Nova União situa-se dentro da mencionada faixa *non aedificandi* da via expressa (BR 282) no trecho em que seu leito carroçável é elevado. (vide Fig. nº 8).

Em termos urbanísticos, a comunidade Chico Mendes é a mais crítica:

"O perfil do solo foi completamente alterado, toda a capa vegetal foi retirada, quando da construção de um futuro campo de futebol que nunca foi executado.

Assim, os problemas de erosão e deslizamento são grandes. Há muitos casos de coabitação e de lotes minúsculos, acrescidos da falta d'água e rede de esgotos, que agravam as condições de habitação." (195)

A avaliação técnica é do GAP (*), grupo de apoio do CAPROM (**), que reúne técnicos de nível universitário em várias áreas de conhecimento, inclusive arquitetos e sanitaristas.

O grupo realiza, desde julho de 1990 trabalho prático de abertura de ruas com a participação da comunidade:

"Fazemos o trabalho em mutirão. Explicamos como usar trena, prumo, baliza e piquete, e o que é triangulação. Pela falta de levantamento planialtimétrico, só definimos o traçado viário geral em croqui, o restante sendo decidido pelos próprios moradores. É necessária sempre a presença de pelo menos um membro da associação". (196)

A abertura das ruas, juntamente com o trabalho organizado da comunidade, permitiu que a CELESC (***) implantasse a rede de energia elétrica sobre o novo traçado viário e a CASAN (****) a rede de água.

(195) Grupo de Apoio do CAPROM (GAP): "Sem teto em Florianópolis. documento manuscrito de 4 páginas, fotocopiado, sem data, sem paginação.

(196) Ibidem

(*) O GAP presta assessoria as comunidades nas seguintes áreas: Organização Política, Direito, Pedagogia, Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia, Saúde, Arquitetura e Sanitária.

(**) Centro de Apoio e Promoção do Migrante.

(***) Centrais Elétricas de Santa Catarina

(****) Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina

Com pagamento de 50% das despesas pelos moradores e obras realizadas em mutirão, contando com o GAP na elaboração do projeto e acompanhamento da execução, foi possível uma boa relação com os técnicos das estatais.

Este processo de adaptação para acolher a infra-estrutura fica facilitado quando existe um trabalho de planejamento anterior, como na comunidade Novo Horizonte:

"Foi uma ocupação organizada pelas famílias, CAPROM e o Movimento Sem-Teto, com projeto elaborado por nós. As famílias vieram de situação de coabitação em favelas, de áreas de risco, de cortiços e de apartamentos ou casas alugadas." (197)

A ocupação ocorreu na madrugada de 29/07/90, envolvendo 80 famílias. O GAP relata, através de sua assessoria de Arquitetura:

"Não houve condições de elaborar um projeto urbanístico como deveria. A ocupação teve que acontecer com base em um estudo preliminar, já que o levantamento foi expedito, posto que a ocupação era clandestina e não podia levantar suspeitas. A prévia organização tem ajudado muito na luta pela permanência na terra, por infra-estrutura, etc. Esta é uma comunidade pequena, organizada, que tem planos de melhorias a nível coletivo." (198)

O trabalho de planejamento e a organização prévia foi ainda mais elaborado na Comunidade Nova União, última a se instalar no Pasto do Gado até o presente momento.

(197) Ibidem

(198) Ibidem

A ocupação data da madrugada do dia 30/06/91, domingo e foi amplamente noticiada pelos jornais locais no dia seguinte. (*)

O "Diário Catarinense" apresentava a seguinte manchete:

"Terreno da COHAB sofre invasão: grupo de 149 pessoas ocupou a área do bairro Monte Cristo. Os barracos foram instalados com apoio de 4 Kombis e um Gurgel."

"A Notícia", de Joinville, este título:

"Terreno invadido por 51 famílias sem teto: a PM cercou o imóvel da COHAB para impedir assentamento. Terceira ocupação em apenas um ano."

Somente no dia seguinte O Estado, jornal da capital, publicou:

"51 famílias invadem área da COHAB no Monte Cristo: empresa recorre à justiça para obter reintegração de posse e expulsão dos invasores."

Reunindo informações retiradas destes três artigos pudemos apurar alguns pontos importantes sobre a sobreposição aqui tratada:

1. Ocorreu de madrugada, aproximadamente às 3 horas da manhã de domingo, dia 30/06/91;

(*) Os Jornais de circulação diária nas capitais do Estado de Santa Catarina serão nossa fonte principal de informações sobre a ocupação do Pasto do Gado daqui em diante.
Estando permeados pelo posicionamento ideológico de cada editor, os relatos são ricos e contém a opinião de vários segmentos da sociedade catarinense.
Anexamos para uso dos interessados, lista de todos os artigos utilizados na confecção do texto (vide anexo) resultado de pesquisa realizada na seção de periódicos da Biblioteca da UFSC e na Câmara Municipal..

2. Participaram da ocupação 51 famílias ligadas ao movimento dos "sem teto", somando 149 pessoas (das quais 76 crianças) que contaram com auxílio de 5 veículos.
3. Deu-se em parte do terreno de 90 mil m² de propriedade da COHAB-SC, no Pasto do Gado, Bairro do Monte Cristo, ao lado do Conjunto Residencial Panorama;
4. Resultou na instalação de barracas de lona em terrenos de 10 x 12 m, demarcados com fios durante a madrugada;
5. Mobilizou a Polícia Militar que acompanhou a movimentação que sucedeu a montagem e permaneceu para impedir que novas barracas (ou mesmo barracos) fossem levantados na área;
6. Sucitou posicionamento do Presidente da COHAB que, uma vez ciente do fato, declarou ter dotação orçamentária da CEF para construção de mais de trezentos apartamento no local e afirmou não dispor de outro terreno para executar o projeto nem para transferir os ocupantes, sendo obrigado a entrar na justiça;
7. Provocou divisão entre os moradores do conjunto Panorama. Parte deles, revoltada pela quantidade de ocupações de baixa renda que cercam os prédios, dizia querer vender seu apartamento e sair do local. Outra, demonstrando compreensão, passava um abaixo-assinado em solidariedade aos ocupantes. Os radicalmente contra ameaçavam atear fogo nas barracas, sem no entanto fazê-lo, e alguns afirmavam que o Partido dos Trabalhadores e a Igreja incentivam as ocupações. Uma pessoa afirmou que um dos ocupantes teria casa e carro mas não forneceu nome ou provas.

O Diário Catarinense forneceu a origem e o jornal A Notícia, as profissões dos ocupantes:

"São de Lages, Chapecó, Crisciúma e Florianópolis (...), 13 moram na capital entre um e três anos, 15 estão de três a cinco anos, 11 estão há mais de 5 e 12 são de Florianópolis". (199)

"Têm profissões diversas: serventes, mecânicos, faxineiras, domésticas, vigias, lavadeiras, aposentados. Vários estão desempregados". (200)

A ocupação, mesmo quando planejada, é uma demarcação territorial vias de fato que pode resultar na permanência, na transferência ou mesmo na expulsão dos que a empreendem, dependendo de vários fatores, tais como a organização interna do grupo, o momento político, a mobilização de apoio, etc...

Vejam como se encaminhou o caso específico que tratamos, utilizando os artigos que foram publicados nos dias que se seguiram ao ato de ocupação:

Na primeira fase da negociação buscou-se ganhar tempo: a COHAB concedera prazo de 5 dias a contar de segunda feira, dia 01/07/91 para que seu terreno fosse liberado. No dia seguinte, uma reunião foi realizada na Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Comunitário com o Presidente da COHAB, Francisco de Assis Filho, o secretário-adjunto da habitação, João Alípio Jacobes, os vereadores Ricardo Baratieri e Victor Schmidt, a Coordenadora do CAPROM, Ivone Perassa, o Padre Wilson Goro e Maria Aparecida, uma das ocupantes.

Nesta, o grupo obteve o prazo de 48 horas, durante as quais a COHAB não entraria na justiça aguardando que as famílias se retirassem. (201)

(199) Diário Catarinense, 01/07/91, op. cit.

(200) A Notícia, op-cit.

(201) Baseado no Artigo: "Invasores tem 48 horas para deixar o terreno", O Estado, 03/07/91.

Foi marcada no dia 03/07/91 uma segunda reunião, na sede da FUCAT, com os prefeitos da Grande Florianópolis, o secretário Estadual de Habitação, Afonso Dresch, representantes dos ocupantes e pessoas ligadas ao grupo de apoio (GAP - CAPROM). Nesta oportunidade, o presidente da COHAB afirmou que não mandaria executar a ordem de despejo enquanto houvesse consenso na negociação. Cogitou-se incluir as famílias ocupantes no programa de transferência das comunidades instaladas às margens da via expressa (BR 282) para um conjunto habitacional construído pelo sistema trava-bloco (*), no município de S. José. Como esta solução pedia que as famílias fossem transferidas para um terreno provisório, para aguardar a conclusão do conjunto prevista para dezembro, os prefeitos de S. José e Florianópolis se comprometeram a procurá-los. (202)

Na segunda feira seguinte, dia 08/07/91, realizou-se nova reunião na Secretaria da Habitação, na qual ficou resolvido que as 51 famílias seriam transferidas para um terreno de propriedade de Duilio Ghizzoni, empresário interessado em realizar projetos de construção de moradias populares.

Irmão do Vereador Ghizzoni, do PC do B, o empresário se propôs a dar a infra-estrutura necessária para alojar temporariamente as famílias, que poderiam inclusive permanecer mais tempo no terreno, caso as obras do conjunto atrasassem, sem qualquer despesa para os governos municipal e estadual. (203)

Antes da transferência para este local, em Barreiros, algumas melhorias tinham que ser feitas. Como as obras exigiam um prazo de três a quatro semanas, o presidente da COHAB autorizou a construção de uma sala de banho comunitária e o reforço dos barracos até a remoção para o terreno provisório. (204)

(*) Sobre o sistema trava bloco, ver artigo do Jomal O Estado, 21/08/91: "Projeto trava-bloco irá construir casas populares".

(202) Baseado no Artigo: "Prefeitos procuram área para transferir invasores da COHAB", O Estado, 04/07/91.

(203) Baseado no Artigo: "Acampados de Monte Cristo saem em um mês", Jornal de Santa Catarina, 13/07/91.

(204) Baseado no Artigo: "Empresário cede Terra a Sem-Teto", de julho de 1991.

Em reunião com ele, a equipe do GAP - CAPROM, foi informada de que o terreno da Companhia ocupado pelas famílias seria cercado para evitar a incorporação de mais pessoas ao grupo.

A medida deveu-se ao fato de que na madrugada de quinta feira, dia 11/07/91, 12 famílias haviam se somado as 59 já instaladas. (205)

A arquiteta Elisa Jorge da Silva, do CAPROM, declarou ao Jornal de Santa Catarina no dia 13/07/91 que o fechamento da área evitaria que novas famílias se agregassem ao local e dificultassem as negociações já encaminhadas para o grupo original de ocupantes. (206)

Os jornais registraram a suspeita de que as 12 famílias teriam sido trazidas para a área por uma caçamba da própria prefeitura, acusação sumariamente negada pelo chefe da fiscalização da Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviço Público, Antonio Carlos Vieira. Além destas, mais 10 famílias foram se incorporando à área. Segundo afirmou o Arquiteto Loureci Ribeiro, do GAP - CAPROM, a retirada do policiamento que vigiava o local teria sido o motivo das incorporações.

Percebe-se, pelos depoimentos dos dois arquitetos do Grupo de Apoio, que a cobertura policial e o cercamento do terreno são formas de impedir que a ocupação se descaracterize enquanto forma organizada de exigir condições mais dignas de moradia. Visto como necessário e positivo, o fechamento da área é tido como condição indispensável para a obtenção de benefícios nas negociações com o Estado. Policiamento e cercamento são medidas que dão caracterização política à ocupação planejada, diferenciando-a das ocupações espontâneas que não apresentam mobilização prévia do grupo, não têm poder de barganha com o Estado nem mobilizam a opinião pública.

(205) Baseado no Artigo: "Empresário cede terra a sem-teto."

(206) Baseado no Jornal de Santa Catarina: "Acampados de Monte Cristo saem em um mês", 13/07/91.

A inserção da ocupação no momento político mais amplo e na temática geral abordada pela grande imprensa, é de grande importância. Durante as negociações, dez dias após a entrada das famílias no terreno da COHAB, o vereador Vitor Schmidt denunciou, em entrevista coletiva à imprensa que a CEF teria vendido ao Consórcio Kobrasol - grupo formado por três empresas do ramo imobiliário - um terreno de 180 mil m² pertencentes ao extinto BNH, por preço muitas vezes abaixo do valor de mercado.

Na reportagem, foi dado destaque ao déficit habitacional de Santa Catarina e a extensão do terreno, capaz de abrigar 4 mil unidades habitacionais ou 1.050 moradias populares. (207)

Durante a semana da ocupação, o mesmo vereador petista apresentou proposta de revisão do plano diretor para melhor aproveitamento das áreas classificadas como de expansão rural, onde os lotes não podem ser menores que 5 mil m², área suficiente para o assentamento de 30 famílias, respeitados os 30% necessários para vias e urbanização.

Sugeriu que fosse aplicado o artigo 182 da Constituição Federal que prevê o estatuto de desapropriação de terras urbanas desocupadas ou sub utilizadas para garantir o bem estar dos habitantes, mediante alegação de interesse público. (208)

Foi da maior importância para a inserção da ocupação no contexto político do estado e do país, a proximidade de data com relação à partida da caravana dos sem-terras do interior do Estado. Saídos de Curitiba no dia 02/07/91, quatro dias depois da ocupação, os trabalhadores rurais chegaram a Florianópolis dia 25, quando prosseguiram em passeata, lado a lado com os sem-teto até o Palácio do Governo.

(207) Baseado nos artigos: "CEF acusada de venda irregular de um imóvel", A Notícia, 11/07/91 e "Sem teto acusa caixa", Diário Catarinense, 11/07/91

(208) Baseado em artigo: "Vereador apresenta proposta", 05/07/91

Na reunião com o governador e seus assessores, foram encaminhadas reivindicações de ambos os grupos. A chegada ao destino coincidiu com o Dia Nacional de Luta pela Terra cujo tema foi "Terra para plantar, terra para morar", reunindo portanto as duas metas principais dos movimentos organizados no campo e na cidade. O evento foi organizado pelo Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT (Central Única do Trabalhadores), Movimento Sem-Teto, Movimento Sem-Terra, e Movimento das Mulheres Agricultoras.

O comando da caminhada alegou que terras ociosas no estado, deveriam ser compradas para realizar projetos de reforma agrária e reclamou do não cumprimento de acordos anteriores por parte do Governo. (209)

Como se sabe, existem hoje vários grupos acampados em áreas rurais de Santa Catarina pressionando o Governo para obter a posse da terra e condições financeiras e técnicas para a produção agrícola competitiva.

As questões da reforma agrária e urbana estiveram presentes em vários artigos nos meses de junho e julho, assim como a questão habitacional específica de Florianópolis e suas ocupações.

A inserção do caso no âmbito político geral foi sentida pelo apoio que a sociedade civil organizada deu aos ocupantes, e pela ampla cobertura da imprensa. O conjunto das mobilizações levou o presidente da COHAB a afirmar, em entrevista a imprensa concedida quatro dias após a ocupação:

"Não podemos nos sujeitar a este tipo de pressão porque senão, todo terreno da COHAB será ocupado para que se dê resoluções imediatas". (210)

(209) Baseado nos artigos: "Colonos organizam nova caminhada de Protesto", O Estado, 16/06/91 e "Caminhada pela terra começa próximo dia 2", Jornal de Santa Catarina, 27/06/91, e também A Notícia, "Comando diz que há terras ociosas no Estado", 12/06/91.

(210) "Secretaria da Habitação procura solução para famílias sem teto", 04/07/91.

As soluções imediatas a que se refere nem sempre são tão eficientes quanto a população ocupante desejaria. Artigo do Jornal de Santa Catarina intitulado "Transferência de sem-teto é problemática", publicado dia 06/02/92, ou seja seis meses e seis dias após a ocupação do terreno da COHAB no Pasto do Gado, conta que das 63 famílias (o número é superior ao inicial, de 51) apenas 25 se prontificaram a ser transferidas para o terreno do empresário Duilio Guizzoni, pois o local não recebeu as benfeitorias acordadas com a COHAB.

Além disto, dos 63 terrenos disponíveis, restam apenas 58: devido a processos erosivos decorrentes de problemas na terraplanagem, 5 deles estão completamente comprometidos, com a presença de crateras e risco de deslizamentos.

Outro problema: a transferência de 11 famílias retiradas de áreas de risco de outras ocupações irregulares para o terreno de Guizzoni, reduziu de 58 para 47 o número de terrenos disponíveis para as 63 famílias que estão na área da Cohab ocupada dia 31/06/91. Mesmo considerando apenas as 51 famílias que realizaram a ocupação originalmente, faltariam 4 terrenos, se todas resolvessem se transferir, i.é., caso o acordo das benfeitorias se cumprisse. Atualmente a maioria dos ocupantes permanece na área do Pasto do Gado, temendo ficar sem água, sem luz e com acesso dificultado ao trabalho, devido aos horários restritos de ônibus para o terreno durante a noite.

A COHAB afirma que só fará as benfeitorias tratadas no terreno de Ghizzoni depois que todas as famílias se transferirem para o local, o que leva a negociação a um novo impasse: se as famílias se transferirem, perdem o poder de barganha e ficam a mercê da palavra da COHAB, podendo ou não receber as benfeitorias, dependendo do cumprimento ou não do compromisso oral firmado. Se não se transferirem, as benfeitorias não serão encaminhadas, pois a COHAB teme que seu terreno não seja liberado. Como encaminhar o caso?

Algumas famílias já estão se transferindo, acreditando na palavra empenhada pelo presidente da COHAB e vendo tal transferência como um passo em relação a regularização de sua

situação de moradia, representada pela inclusão no conjunto em construção pelo sistema trava-bloco, já mencionado. Este, cuja conclusão estava prevista para dezembro, não havia sido terminado até fevereiro, quando 38 famílias não haviam se transferido sequer para a área intermediária do empresário Ghizzoni. As melhorias que deveriam estar prontas em 5 semanas a partir do dia da negociação, não haviam sido feitas.

Por tudo isso, não se sabe ao certo quanto tempo as 25 famílias já transferidas ainda estarão submetidas à situação intermediária de permanência no terreno de Ghizzoni, descrita de forma pouco alentadora pelos ocupantes:

"Eles instalaram quatro caixas d'água no morro com ponteiras. Quando chove não dá prá chegar ao local. As pessoas escorregam e rolam com o balde." (211)

"O pessoal está se amarrando pela falta de água e luz, além do problema de ônibus (...) a maioria das pessoas trabalha até tarde e o último ônibus sai do centro de Florianópolis às 19 horas". (212)

A permanência das 38 famílias, que negam-se a realizar a transferência antes que as benfeitorias sejam feitas, continua impedindo a liberação da área do Pasto do Gado onde a COHAB alega já ter verbas para a expansão do conjunto Panorama, caracterizando este processo como uma sobreposição de demarcação territorial na forma como foi descrita no capítulo II deste trabalho (item 6).

(211) Depoimento de Marcelo Costa, publicado no Jorna de Santa Catarina de 06/02/92, op-cit.

(212) Depoimento de Zuleima da Cunha Romão, Jornal de Santa Catarina, 06/02/91.

Considerando que todas as 63 famílias se transfiram, o conjunto terá que ser redesenhado pois há duas outras comunidades instaladas no Pasto do Gado - Chico Mendes e Novo Horizonte - que só serão transferidas se e quando o conjunto projetado para as famílias instaladas irregularmente nas margens da BR 282 ficar pronto.

Atualmente a área continua recebendo famílias de baixa renda e nada garante que não ocorrerão novas ocupações organizadas nos locais liberados pela transferência, se a construção do Conjunto não se der de forma imediatamente subsequente à desocupação.

Acreditamos que o "fechamento" desta área, que vinha absorvendo grande parte do contingente populacional desterritorializado da Cidade e do Estado, contribuirá para aumentar a pressão sobre áreas vazias mais bem localizadas que já são objeto de pequenas ocupações espontâneas no centro, Beira Mar Norte e outros bairros valorizados da Ilha. Favorecerá o aumento das ocupações no interior da Ilha, em áreas de dunas e mangues, como as ocorridas no Campeche, Ingleses e Rio Tavares, atingindo o patrimônio natural e paisagístico do litoral, fator importantíssimo para o projeto turístico demarcado para estes espaços pela classe hegemônica local, tornando as sobreposições mais conflituosas.

Resta saber se os conjuntos habitacionais a serem construídos pela COHAB atingirão realmente a população de baixa renda que hoje ocupa irregularmente estes locais ou destinar-se-á as classes de renda superior a 3 SM, como os demais programas da companhia no passado. A nosso ver, a faixa de zero a três salários mínimos continuará sendo uma demanda insolúvel, economicamente incapaz de pagar pela casa própria nos moldes de financiamento dos planos estatais. Permanecerá provavelmente fora dos projetos oficiais, empreendendo de forma autônoma suas próprias soluções de inserção no espaço urbano, demarcando suas áreas "vias de fato", desconsiderando, ora mais, ora menos, as leis e os projetos criados pelos grupos hegemônicos com intuito de fazer da Ilha de Santa Catarina o espaço preferencial da reprodução ampliada de seus capitais.

A tendência do movimento "sem-teto" é de se fortalecer, evidenciar cada vez mais seu caráter político e tentar conquistar, através da opinião pública e dos segmentos já conquistados da população, a atenção dos demais grupos sociais para o problema que vivencia e assim, a simpatia e apoio para as causas que defende.

Transcrevemos aqui, parte do documento que a comissão dos ocupantes - representantes das 51 famílias do acampamento inicial do Pasto do Gado - dirigiu à população de Florianópolis logo após a entrada na área, pedindo apoio e compreensão:

"Na madrugada do dia 29 de junho, nós, 51 famílias, ocupamos um terreno da COHAB situado no bairro Monte Cristo. A ocupação desta terra foi a única forma encontrada para nos libertarmos do aluguel. Alguns de nós estamos há 10 anos na fila da COHAB esperando moradia. Não iríamos nos submeter a situação de frio e insegurança, nos barracos da ocupação, se tivéssemos outra alternativa.

Não queremos a terra de graça, queremos pagar conforme nossas possibilidades. Queremos viver dignamente, por isso reivindicamos nossos direitos: Direito a terra para morar."

Diante de tudo isto, nos dirigimos a você para vir conhecer nossa realidade e solidarizar-se conosco: Pelo direito à vida, pelo direito à moradia."

É sem dúvida difícil angariar simpatizantes para um projeto demarcatório desta ordem, que além de emergencial é ilegal e não traz benefícios diretos à maioria dos grupos conclamados a apoiá-lo. O mesmo não se pode dizer do projeto que discutimos no item anterior. Proposto por grupos políticos economicamente bem situados na capital e no estado, e supostamente destinado a beneficiar a população da região metropolitana como um todo, o que não falta ao projeto do aterro do Saco dos Limões, é adeptos importantes e poderosos.

No entanto, como a realização de uma demarcação territorial urbana não depende só da quantidade ou da qualidade dos adeptos e simpatizantes que angaria, o projeto do aterro não saiu até agora do plano das conjecturas, enquanto as ocupações de terrenos para fins de moradia são uma realidade que vem tomando corpo dia após dia na capital.



V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

IV. Considerações Finais

Um dos pontos mais polêmicos quando se discute as ocupações vias de fato empreendidas pela população desterritorializada do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis é o caráter ilegal deste processo de demarcação territorial, que desrespeita o estatuto da propriedade privada, violando o direito individual.

O argumento da ilegalidade, pedra fundamental no discurso que se opõe a esta prática demarcatória, trata-se ao nosso ver de um desvio do cerne da questão. A ilegalidade é prática corrente nas demarcações empreendidas por diversos agentes que defendem o direito à propriedade privada como instituição capaz de estabelecer a distinção entre as formas de ocupação espacial desejáveis e incabíveis. Não nos cabe aqui aprofundar a discussão sobre o papel social das normas jurídicas e leis no processo urbanístico, mas acreditamos que a complexidade atual da organização social, capaz de tornar, por um lado, a justiça uma questão de hermenêutica, não nos permite sequer conceber, por outro, uma forma de organização que prescindia dela. Estamos submetidos (inexoravelmente?) às normas do jogo democrático, e as suas distorções.

Os defensores do direito individual são os mesmos cidadãos que desrespeitam as formas de coerção que limitam seus lucros e diminuem as possibilidades de sua reprodução ampliada no espaço, tais como leis de cunho ambientalista, restritivas do uso de urbanização de alta densidade e outras formas anti-especulativas de demarcação territorial. O projeto do NEC para o Saco do Limões é apenas o exemplo mais didático. Existem outros. Na margem de dentro da Beira Mar Norte, próximo ao palácio da Agrônômica, dezenas de estabelecimentos comerciais instalados em área destinada pelo plano Diretor a áreas verdes de lazer desfrutam da ótima localização sem pagar nada pela terra, nem mesmo o IPTU. Esta área foi chamada por Cacau Meneses, colunista do Diário Catarinense, de "Ocupação de luxo", em artigo no qual afirma:

"A fiscalização é ineficiente e muitas vezes intencionalmente omissa"

(...)

Muitos ocupantes estão lá protegidos por gente que trabalha em gabinetes da própria prefeitura municipal" (213)

Independente da procedência de tais acusações, o que importa aqui é ressaltar que a ilegalidade não é privilégio exclusivo das ocupações para fins de moradia empreendidas por famílias pobres. Existem inúmeras formas de ocupações irregulares na Ilha de Santa Catarina não relacionadas à desterritorialização das populações empobrecidas do campo e da cidade, nem ao déficit habitacional gerado pela eternamente insolúvel demanda da população que recebe de zero a três salários mínimos, submetida a formas graves de exploração.

O que chama atenção e preocupa neste tipo de ocupação não é o seu caráter ilegal mas a proporção que tal prática vem tomando, i.é., o ritmo feroz de seu crescimento e a propagação da modelização espacial que a caracteriza, marcada pela falta de condições mínimas para uma vida urbana digna.

(213) Diário Catarinense: "Favelas", 01/10/91, Artigo assinado por Cacau Meneses

É muito mais "ilegal" um casebre de madeira pendurado numa encosta ou atolado num mangue do que uma clínica veterinária de alvenaria, com letreiros e estacionamento, em plena Avenida Beira Mar Norte.

Em artigo de Julho de 1991 o jornal joinvilense "A Notícia" publicou:

"Na delegacia regional de Patrimônio da União, que cuida dos bens do País e do Estado, as últimas multas atingiram a PBS Engenharia e Construções, que incorporou parte do mangue nos fundos da Santa Fé Veículos aos prédios da Concessionária (...) e o empresário Adroaldo Cassol, que aterrou o Mar para construir um Trapiche em Coqueiros" (214)

O artigo não menciona que toda a concessionária foi construída sobre área de mangue, graças a uma lei de exceção, sob protestos dos grupos ambientalistas, de alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, e outros civis. Aliás, o mangue é - ao que consta - área de estudo e pesquisa desta Universidade, estando sob sua custódia.

Em 1989, data da realização do último levantamento realizado pela SUSP - Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos - foram descobertos 40 loteamentos clandestinos no norte da Ilha. Em Julho de 1991 a fiscalização se deparou com outro grande loteamento irregular, no Campeche. Decidida a realizar novo levantamento aerofotogramétrico, a Secretaria acredita que existem só na Ilha "1 milhão de metros quadrados ocupados ilegalmente ou não cadastrados na lista de contribuintes do IPTU" (215).

(214) [A Notícia](#), 21/07/91, "Cresce na Ilha ocupação ilegal de Terras de Marinha"

(215) [A Notícia](#), 21/07/91, "SUSP realiza levantamento de toda área"

Como já mencionamos no início deste trabalho, o quadro de divisão territorial da Ilha sofre até hoje conseqüências das doações feitas pela coroa quando da fundação da Vila do Desterro, e daquelas mais recentes, empreendidas - de forma pouco louvável - pelo Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina. O quadro se complexificou ainda mais quando, em 1983 caiu a distinção entre ilha costeira e ilha oceânica, fazendo com que todas as terras da Ilha, e não só os 33 metros relativos à faixa dos terrenos de Marinha, sejam igualmente consideradas patrimônio da União. Exceto os que já tinham escritura legalizada ou detém o direito de posse por usucapião, todos aqueles que registraram seus títulos de posse baseados nas doações do Instituto de Reforma Agrária podem vê-los anulados.

Além das estruturas jurídico-espaciais herdadas, a forma como o processo de ocupação atual vem sendo gerido só compete para piorar a situação

"De carona na onda esotérica e ecológica que inunda o Brasil, os empresários do setor imobiliário de Florianópolis voltam-se para grandes empreendimentos em praias paradisíacas. (...) A desorganização do setor é tal que os processos por títulos falsos, multas por construções e loteamentos clandestinos e por ocupação ilegal de Terras de Marinha abarrotam as repartições."

O comentário é do Jornal A Notícia, publicado no artigo "Cresce na Ilha a ocupação ilegal de Terras de Marinha", de 21/07/91.

Ao inserirmos as ocupações empreendidas pelas famílias de migrantes e nativos desterritorializados neste contexto mais geral das ocupações irregulares que hoje ocorrem no espaço do município de Florianópolis, não queremos minimizar a importância do processo de empobrecimento e favelização que vem ocorrendo há décadas nos morros da capital e assume hoje caráter generalizado, atingindo todo o seu território. Este processo, que acelerou seu ritmo nos últimos decênios, vem adquirindo índices vertiginosos nos dois anos referentes ao

Governo Collor. Está sem dúvida vinculado à desestruturação da pequena propriedade agrícola no interior do Estado, mas não pode ser entendido como consequência exclusivamente do êxodo rural - provocado pela concentração de terras e riqueza na mãos de poucos, que vem fazendo com que cada vez mais a organização espacial do campo em Santa Catarina assemelhe-se às outras regiões do Brasil.

Para entender corretamente a questão é preciso observar que nas últimas décadas o processo de urbanização das praias da Ilha, relacionado ao projeto de fazer de Florianópolis um centro turístico internacional, expulsou de seus locais de origem contingentes significativos de população nativa, que se somaram não só aos ex-camponeses mas também às demais famílias urbanas empobrecidas. Impossibilitadas de ter acesso à casa própria por meio de mercado e cada vez mais incapazes de arcar com as despesas do aluguel, inflacionado pela presença da população flutuante trazida pelo turismo, estas famílias fazem crescer não só as filas de espera por equipamentos habitacionais providos pelo estado, mas também as ocupações, espontâneas ou planejadas. Ao que tudo indica, se o projeto turístico vingar, a maioria dos nativos da região só poderá participar dele como mão de obra que move a máquina para que esta dê lucros a uma pequena minoria. Este é o grande problema dos milagres desenvolvimentistas brasileiros que conhecemos de longa data.

Não trazem ganhos reais de dignidade aos grupos majoritários, mas apenas ganhos materiais às parcelas sempre muito reduzidas de grupos específicos. Resta saber até quando este tipo de demarcação poderá ser colocada como provedora do "bem comum", "projeto de sociedade" e "salvação da pátria" à maioria da nação, que vem sendo sistematicamente alijada das benesses delas provenientes.



V. BIBLIOGRAFIA

V. BIBLIOGRAFIA

Leitura, Produção e Apropriação do Espaço

- ALVARENGA, Alberto e MALTSCHEFF, Jacques. "L'espace social, Nouveau paradgme?" in: Espaces et Société, Juillet, december, 1980, nºs 34-35, pags. 47-73.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Poder Político e Produção do Espaço, Ed. Massangana, fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1984.
- ARRETICHE, M. Intervenção do Estado no Setor Privado: O modelo brasileiro de política habitacional". in Espaço e Debates, nº 31, São Paulo, 1990, pags. 21 a 36.
- BARRIOS, Sonia. "A produção do Espaço" in: SANTOS, M. e SOUZA, M.A. (org.). A construção do Espaço, São Paulo, Nobel, 1986, pags. 1-24. (Coleção Espaços).
- BLAY, Eva Alterman (Org.). A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, 1979, pag. 180.
- BOLAFFI, G. "Os mitos sobre o problema da habitação" in Espaço e Debates, nº 16, São Paulo, 1986. pags. 24 a 31.
- BONDUKI, N. (org.) "Habitação e Urbanismo, da Utopia à Construção" in Projeto, nº 147, São Paulo, s/d (Suplemento especial com 34 pags. numerados de 1 a 34).
- CASTELLS, M. "Symbolique urbaine et mouvements sociaux" in Versus Quaderni dei studi semiotici diretti da Umberto Eco. Achille Mauri Editore, Milano, 1972, pags. 81 a 91.
- CHALLAS, Y. "L'imaginaire Aménageur ou le complexe de Noé" in Les Annales de La Recherche urbaine, nº 42, Ed. Melatt, Paris, 1989, pags. 66 à 73.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1978.
- COELHO, J. O que é industrial cultural, São Paulo, Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).
- COMPAGNON, "A bout de Soufle: postmodernisme et palinodie" in Les cinq paradoxes de la modernité, Ed. Sevil, Paris, 1990, pags. 143 à 174.

- COSTA, Wanderlei Messias. "O que é valorização do Espaço" in: Revista Orientação, São Paulo, Instituto de geografia da USP, 1984, nº 5, pags. 92 e 93.
- FERRARA, L. "Um olhar entre vizinhos, espaço social: linguagem e interpretação, in Espaço e Debates, nº 29, 1990, pags. 32 a 41.
- Ver a cidade. São Paulo, Ed. Livraria Nobel, 1988. (Coleção Espaços).
- FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento Sim e Não. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1981.
- GROSTEIN, Marta Dora. A cidade clandestina: Os ritos e Mitos: O papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo, 1900-1987. São Paulo, autor, 1987, 614 pags. (Tese de doutoramento apresentada à FAUUSP).
- GROSTEIN, Marta Dora et alli. A cidade invade as águas: Qual a questão dos Mananciais?. São Paulo, FAUUSP, 1985, 294 pags.
- GUATTARI, F. "Espaço e Poder: A criação de Territórios na cidade" in Espaço e Debates nº 16, São Paulo, 1986, pags. 109 a 120.
- A Revolução Molecular, Pulsações políticas do desejo. São Paulo, 1981, 230 pags.
- As três ecologias. Ed. Papyrus, Campinas, São Paulo, 1991, 55 pags.
- GUATTARI, DELEUSE et alli "Genealogie du Capital: Les equipements du pouvoir" in Annalles de la recherche urbaine nº spécial, DECEMBRE 1973, Ed. Germinal et CERFI, Paris, 1973, 263 pages.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do desejo. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1985.
-
- HALL, Edward Twitchell. A dimensão oculta (enfoque antropológico do uso do espaço). Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1977.
- JESUS, C. Quarto de despejo. Ed. Edibolso, São Paulo, 1976. (Biografia).
- KOWARICK, Lucio et alli. Cidade: usos e abusos. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris, Editions Antropos, 1974.
- "Reflexions sur la politique de l'espace" in: Espaces et societes, nº 1, Paris, 1970.

- La Revolution Urbana, Madrid, Alianza Editorial, 1976.
- LENCIONI, Sandra e CARLOS, Ana Faria A. "Alguns elementos para discussão do espaço geográfico como mercadoria" in: Teoria e Método da Geografia. São Paulo, Borrador nº 1, AGB/SP, 1982, pag. 6.
- LIPIETZ, Alain. Le Tribut foncier urbain. Paris, Maspero, 1974.
- O Capital e seu espaço. São Paulo, Nobel, 1988. (Coleção Espaços).
- LOBATO CORREIA, Roberto. O Espaço Urbano São Paulo, Ed. Ática, 1989.
- MALDONADO, T. "El movimiento Moderno y la cuestion "pos" " in La Razón, Buenos Aires, 1986.
- MANDEL, E. O Capitalismo tardio, Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1985 (Coleção Os Economistas).
- MARICATO, Erminia T. Menon (Org.). A produção capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979, 166 pags.
- Indústria da Construção e política habitacional. São Paulo, o autor, 1984, 208 pags. (Tese de Mestrado, apresentada à FAUUSP).
- MARX, Murillo. Cidade Brasileira. Ed. Melhoramentos, Edusp, São Paulo, 1980, 151 pags.
- MORAES, A. C. Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil: O Território Brasileiro no longo sec. XVI. Tese de Doutorado em Geografia humana - FFCLUSP - São Paulo, 1991.
- MOREIRA, Rui (org.) Geografia: Teoria e Crítica. O saber Posto em questão. Ed. Vozes, Petrópolis, 1982.
- O que é Geografia Ed. Brasiliense, São Paulo, 1988.
- NOUVEL, J. "Antimanifest parodique in faveur d'une architecture plurielli" in L'architecture d'Aujourd'hui, nº 231, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária" in" Boletim Paulista de Geografia nº 55. AGB/SP, Novembro, 1978 pag. 75 a 92.
- RANGEL, I. Recursos ociosos e Política econômica. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979, 140 pags.
- RODRIGUES, A. Moradia nas cidades Brasileiras. Ed. Contexto, São Paulo, 1990 (Coleção Repensando a Geografia).

- RODRIGUES, Jacinto. Urbanismo e Revolução. Porto, Portugal, Ed. Afrontamento, 1975. (Coleção cidade em questão).
- SANTAELLA, Lúcia. O Que é Semiótica Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983 (Coleção Primeiros Passos).
- SANTOS, Milton. "Circuitos espaciais da produção: um comentário" in: SANTOS, M. e SOUZA, M.A. (org.). A Construção do Espaço, São Paulo, Nobel, 1986. (Coleção Espaços).
- Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985. (Coleção Espaços).
- Espaço e Sociedade. Petrópolis, Vozes, 1979.
- Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo, Hucitec, 1988.
- O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 1987. (Coleção Espaços).
- O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).
- Pensando o espaço do Homem. São Paulo, Hucitec, 1982.
- SANTOS, m. e Souza, M. A. (ORG.) O espaço interdisciplinar. São Paulo, Nobel, 1986. (Coleção Espaços).
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O governo urbano São Paulo, Nobel, 1988. (Coleção Espaços).
- TANAKA, Marta Maria Soban. Invasão, uma solução legítima? São Paulo, o autor, 1973, pag. 153. (Tese de mestrado, apresentada à FAUUSP).
- TOPALOV, Christian. Le logement en France: Historie d'une marchandise impossible. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987, 437 pags.
- Le Profit, la rente et la ville. Paris, Elements de Théorie. Ed. Economica avec concours du CNRS, 1984.
- La Urbanizacion capitalista: algunos elementos para su analisis. México, Coleccion Diseno: Ruptura y Alternativas, Ed. Edicol, 1979, 186 pags.
- VÉRAS, M. e PASTERNAKS. Evolução e mudanças das favelas paulistanas in Espaço e Debates, nº 31, São Paulo, 1990, pags. 51 a 71.

- VALLAÇA, Flávio José Magalhães. A estrutura territorial da Metrópole sul-brasileira: áreas residenciais e comerciais. São Paulo, FFLCH, 1978. (Tese de doutoramento, apresentada a F.F.L.C.H./USP).
- O uso do solo urbano. São Paulo, F.P.F.L., 1978, pag. 71.

Processo de Ocupação da Ilha de Santa Catarina

- AVÉ-LALLEMANT, R. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, Ed. Itatiaia, EDUSP, São Paulo, 1980.
- BALDIN, Nelma. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e seu papel na ocupação da Província Cisplatina - 1817 - 1832. Exemplar xerografado, Dissertação de mestrado, UFSC, 1979, já publicada.
- BECK, Anamaria. As consequências da expansão capitalista do litoral de Santa Catarina. s.n.t. Mimeo, 1981.
- BECK, Anamaria & LENZI, Z. A situação econômica das populações do Sul da Ilha de Santa Catarina. Relatório de Pesquisa, UFSC, Florianópolis, 1979.
- BOITEUX, Henrique. "Corsários na Costa Catarinense" in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, Vol. VI. Typografia da Escola de aprendizes artifices, 1917, pags. 168 - 172.
- BOITEAUX, J. A. Dicionário Histórico Geográfico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa oficial do Estado, Vol. I a III, Vol. I, 1915, Vol.2 1916, Vol.3 1940.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Santa Catarina no Século XVI. Florianópolis, Imprensa Oficial. 1950, pag. 87, (Separata dos Anais do 1º Congresso de História Catarinense, Vol. 2).
-
- CABRAL, Osvaldo Nossa Senhora do Desterro. 4 volumes: Notícias I e II e Memórias I e II. Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1971.
- CAMPOS, Nazareno José de. Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, FCC Ed, Ed. da UFSC, 1991, 168 p.
- CANABRAVA, A. O comércio Português no Rio da Prata, Ed. Itatiaia, EDUSP, São Paulo, 1984, 201 pags.
- CARUSO, Mariléa Martins Leal. O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina - 1500 aos dias de hoje. Florianópolis, UFSC, 1983.

- CUNHA, Lucia de Oliveira. Entre o Mar e a Terra Tempo e espaço em Barra da Lagoa. São Paulo, a autora, 19... (Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da PUC/SP).
- DALLABRIDA, Norberto e MARTINS, Valmir. Ilha do Desejo (séculos XVII-XX). Florianópolis, UFSC, ex. Xerografado. 1989.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. Pescadores, camponeses e trabalhadores do Mar. São Paulo, Atica, 1983.
- GOUVEIA, Sergio Roberto. "A evolução da estrutura urbana catarinense" in: Geografia, Associação de Geografia Teorética, V. 11, nº 22 out/1986. pag. 69.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. Memória de uma comunidade que se transforma: De localidade agrícola-pesqueira à Balneário. Florianópolis, a autora, 1983. (Tese de mestrado apresentada ao programa de P.G. em Ciências Sociais da UFSC).
- LAGO, Paulo Fernando. Comunidades pesqueiras de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1968.
- Gente da Terra Catarinense: Desenvolvimento e Educação Ambiental. Florianópolis, Ed. da UFSC/FCC/ED. Lunardelli/UDESC, 1988. 352 pp.
- MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do Mar. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípio).
- MIRA, Crispim. Terra Catharinense. Florinópolis, Livraria Moderna, 1920, 270 p.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. "Crescimento Populacional de Florinópolis e suas repercções no Plano e na Estatura da Cidade" in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nº 3, 1981, pp. 7-45.
- "A Criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina" in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2º semestre de 1944, Vol. XIII, pp. 107-33.
-
- "A Evolução Urbana de Santa Catarina no período de 1940 à 1970" in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, nº 1, 2º semestre.
- Latifúndios e Minifúndios no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1971. 37.p. ilustradas.
- PIAZZA, Walter. História da Colonização de Santa Catarina. Florianópolis, BNDES, 1984.
- SAINT HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Santa Catarina (1820). São Paulo, Cia Editora Nacional, 1936.

- VARZEA, Virgílio. Santa Catarina - A Ilha. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1985. 240 pp.

Aspectos Geomorfológicos

- BERNANRDES, Nilo. "Aspectos do Litoral Brasileiro". Boletim Geográfico, ano XXV, mar/abr/1966, nº 191, pp. 164-71
- BLOOM, Arthur L. Superfície da Terra. São Paulo, Edgar Blucher Ltda., 1970.
- CRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia. São Paulo, Edgar Blucher, 2º ed., 1980.
- CRUZ, Olga. "A escala temporal-espaçial nos estudos dos processos geomorfológicos erosivos atuais: Uma questão de Método" in: Geomorfologia I, Geografia - USP, nº 33, pag. 6.
- CRUZ, Olga (org.) "Estudo Preliminar de Geomorfologia Costeira da Ilha de Santa Catarina: Daniela e Ponta das Canas, Município de Florianópolis, SC" in: GEOSUL, nº 5, UFSC, 1988, pp. 51-74.
- DUARTE, Gersa M. Estratigrafia e evolução do plano costeiro Norte da Ilha de Santa Catarina. Porto Alegre, a autora, 1981. (Tese de mestrado apresentada ao Curso de PG em Geociências da UFRGS).
- GUERRA, Antonio Teixeira. Dicionário Geográfico - geomorfológico, 7º ed., Rio de Janeiro, IBGE, 1987. 446 pp.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. "O relevo do território Catarinense" en: GEOSUL, Ed. UFSC, 2(1), pp. 7-69.
- RICE, R.J. Fundamentos de Geomorfología. Madrid, Ed. Paraninfo, 1982.
- WETTSTEIN, Richard R.V. Aspectos da vegetação do sul do Brasil. São Paulo, Ed. Edgar Blucher Ltda/Edusp, 1970.

Aspectos Jurídicos

- BARBOSA, J.C. O que justiça. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984 (coleção Primeiros passos).
- BICUDO, H. O Direito e a Justiça no Brasil Ed. Símbolo, 1978.
- CIRNE LIMA, Ruy. Princípios de Direito Administrativo. Porto Alegre, 3ª edição, 1954, 218 pp.

- CRETELLA Jr, José. Dos bens públicos no Direito Brasileiro, São Paulo, Saraiva, 1969.
- CARVALHO, José Eduardo de. O Plano Diretor de Uso do Solo e a Qualidade de Vida da cidade/Campo. Florianópolis, o autor, 1985. (Tese de mestrado apresentado à Faculdade de Direito da UFSC).
- DALLARI, D. O que são direitos da Pessoa. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1984 (Coleção primeiros Passos)
- DUARTE PEREIRA, Osny. Direito Florestal Brasileiro. São Paulo, Borsoi, 1950, 575 pp.
- GASPARINI, Diogenes. "Noções Gerais sobre terrenos de Marinha" in: Seminário sobre o município e os terrenos de Marinha. São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima, CEPAM. Exemplar xerografado, 1981, 24 pp.
- GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. Mensagem nº 012/91, exemplar xerografado, 2 pags, s/n, Florianópolis, 1991.
- GABINETE DO PREFEITO DE FLORIANÓPOLIS, Projeto de Lei nº 4807/91. Exemplar xerografado, s/n, Florianópolis, 1991.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/SECRETARIA DO INTERIOR, Superintendência de Estudos e Pesquisas. "A contribuição do CEPAM, para a preservação do Espaço Natural". São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima, CEPAM, Centro de Estudos de Administração Municipal, 1981, 25 pp.
- "Terrenos de Marinha - Legislação, Doutrina e Jurisprudência". São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima, CEPAM, Centro de Estudos de Administração Municipal, 1981, 41 pp.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Parecer Técnico nº 134-91, exemplar xerografado, 10 pags. s/n, Florianópolis, 1991.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Ex. xerografado, 1984.
- MEIRELLES, Nely L. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, 3ª edição refundida, 1977.
- MESQUITA, Afranio R. de. "Os terrenos de Marinha e a Antártica" in: Jornal do Instituto Oceanográfico de USP (IOUSP) s/n, s/ed./ pp. 8-9
- NASCIMENTO, Marcelo Vieira e HAUF, Shirley Noely. Diagnóstico do Sistema Natural e Diretrizes Básicas para uma política ambiental do município de Florianópolis. Florianópolis, s/paginação, ex. xerografado, 1988.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - Gabinete do Prefeito. Lei nº 2.193/85. Florianópolis, exemplar xerografado 1985.
- et alli. PLano Integrado de Habitação Popular para a região conurbada de Florianópolis. Exemplar xerografado, Florianópolis, 1991.
- RUFINO, Gilberto d'Avila. As dunas e sua proteção jurídica. Florianópolis, exemplar xerografado, s/paginação, 1981.
- Droit des Marais Martimes. (étude comparative sur la protection juridique des zones umides). Rennes, o autor, 1979.
- Proteção Jurídica do Litoral. (O caso dos mangues brasileiros). Florianópolis, o autor, 1981. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da UFSC).
- SABOIA, Claudia Maria Martins. "Propriedade e Função Social" in: Revista da Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, + Vol. 27, jan/jun/1986, pp. 1-24.
- SANTOS, Rosita de Souza. Terras de Marinha. Rio de Janeiro, Forense, 1985.
- SOUZA, JOÃO Bosco Medeiros de. Direito Agrário: Lições Básicas. São Paulo, Saraiva, 1987.
- SUDENE, MDU, SEMA. Seminário sobre Processos Urbanos e Meio Ambiente (conferências, debates, conclusões e perspectivas) Recife, 8 a 12 de junho de 1987. Recife, SUDENE-DPG-PSU-PCDU, 1988.
- VIANNA, Rui Geraldo Camargo. O parcelamento do solo Urbano. Rio de Janeiro, Forense, 1985.

Metodologia

- ALLIX, Jean Pierre e ARCHAMBAUL, T.M. Croquis: Problemas et Methodes. Paris, Masson et Cie, Editeurs, 1969.
- ECO, Umberto. Como se faz uma Tese. São Paulo, Editora Perspectiva, 1983.
- LACOSTE, Yves. "A pesquisa e o Trabalho de Campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos" in: Seleção de Textos AGB, nº 11.

Aspectos Filosóficos

- ALTHUSSER, Louis. Sobre o Trabalho Teórico. Ed. presença/Martins Fontes, 2ª edição, s/d.
- BACHELARD, G. A Poética do espaço. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1988, 242 pags.
- BAUDRILLARD, J. O sistema dos objetos Ed. Perspectiva, São Paulo, 1973 (coleção Debates Semiologia).
- BERGSON, H. Mati re et memoire: Essai Sur la relation du corps à l'esprit. Presses universitaires de France, Paris 1946, 280 pages.
- BOBBIO, N. O futuro da democracia, uma defesa das regras do jogo. Ed. Paz e Terra (política), Rio de Janeiro, 1989.
- DUFRENNE, M. Art et Politique. Union Générale d'Editions, Paris, 1974 (série "Esthétique").
- FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud e Marx. Teatrum Philosophicum, Ed. Princípio, São Paulo, 1987, 81 pages.
- FOUCAULT, Michel. "O olho do Poder" in Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 3ª ed. 1982. pp. 209-227.
- GRAMSCI, Antonio. Obras Escolhidas. Ed. Martins Fontes, 1978.
- JIMENEZ, M. Adorno: art, ideologie et théorie de l'art, Union Générale d'Editions, Paris 1973 (série "s").
- JOURDHEUIL, J. L'artiste, la politique, la production, Union générale de Editions, Paris, 1976.
- MARX, Karl. O Capital (crítica da Economia política). Livro 3, vol. 6, O processo Global de produção capitalista. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 3ª edição.
- MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo, Ed. Huciatec, 1987, 138 pp.
- NIETZCHE, F. Par de là du bien et du mal, prélude d'une philosophie de l'avenir, France, 1948.
- PROUDHON, P. Que es la propiedad? Investigaciones sobre el principio del derecho y del gobierno. Buenos Aires, Editorial Proyeccion, 1970.
- ROUSSEAU, J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. (comentários de Jean Francois Braustein). Ed. Universidade de Brasília e Ed. Atica, 1989.

VI. ANEXOS



VI. ANEXOS

VI.1. Listagem dos Artigos de Jornais Consultados e/ou Citados

Anexamos ao corpo deste trabalho o rol de títulos dos artigos utilizados na sua feitura, que podem ser encontrados no setor de periódicos da Biblioteca Central da UFSC (*), caso se queira conhecer na íntegra os conteúdos ou reutilizá-los em pesquisas afins.

Foram consultados dois jornais diários de grande circulação na capital - "O Estado" e "Diário Catarinense", assim como o "Jornal de Santa Catarina" e "A Notícia" de Blumenau e Joinville, respectivamente; Entre eles reunimos quase 200 títulos, aqui triados e classificados por assunto, em ordem cronológica de publicação.

Sistemática sem ser exaustiva, a pesquisa cobre períodos estanques entre os anos de 1989 e 1992, escolhidos de acordo com o interesse da autora, com suas disponibilidades e com o caminho teórico descrito pelo tema nestes 4 anos que o vimos perseguindo. De 1989, apenas artigos de janeiro, mês de alta temporada, veraneio e Turismo internacional. De 1990, todo o primeiro semestre (de 05/01 a 31/07) e de 1991, todo o segundo (de 12/07 a 06/02/92) incluindo o início do ano corrente, até onde foi possível atualizar o texto.

Nos encontros com as lideranças dos movimentos populares, alguns artigos nos chegaram as mãos fotocopiados, sem que nos fosse possível completar todos os dados necessários para sua perfeita catalogação. A importância do conteúdo e o "fato político" que os trouxe a nós exigiram sua inclusão neste rol e no corpo do trabalho. Caso haja interesse, a autora se compromete a fornecer cópia dos mesmos mediante pedido por escrito enviado a Caixa Postal 476, Trindade, Florianópolis, CEP 88649, bastando que na solicitação conste o título do artigo desejado e a sua classificação por assunto.

(*) Universidade Federal de Santa Catarina

São dez os itens de classificação adotados:

1. Diretrizes político-econômicas para Florianópolis e Santa Catarina (Artigos Assinados)
2. Administração Municipal - Florianópolis/SC
3. Turismo - Florianópolis/SC
4. Saneamento e Despoluição - Florianópolis/SC
5. Política Ambiental - Florianópolis/SC
6. Movimento dos Sem-Terra - Florianópolis/SC
7. Movimento dos Sem-Teto - Florianópolis/SC
8. Ocupação irregular de Terras de Marinha - Florianópolis/SC
9. Projeto da Via - expressa Sul e Aterro do Saco dos Limões - Florianópolis/SC
10. Habitação Popular - SC

•

Para facilitar a execução da listagem foram utilizadas as seguintes abreviações:

DC - "Diário Catarinense", Florianópolis/SC

EST - "O Estado", Florianópolis/SC

FSP - "Folha de São Paulo" - São Paulo/SP

JSC - "Jornal de Santa Catarina" - Blumenau/SC

NOT - "A Notícia" - Joinville/SC

Vamos a ela!

Assunto 1: Diretrizes Político-econômicas para Florianópolis e Santa Catarina

1. Adebald Machado

11/02/92 - JSC: "Entendimento necessário"
28/01/92 - JSC: "Metropolitana"

2. Almir Martins (escritor)

11/01/90 - DC: "O direito de morar"

3. Alcides Abreu

22/06/90 - DC: "SC a caminho do 1º mundo"
23/06/90 - DC: "SC no caminho do 1º mundo II"
08/07/90 - DC: "SC no caminho do 1º mundo III"
15/07/90 - DC: "SC no caminho do 1º mundo IV"
22/07/90 - DC: "SC no caminho do 1º mundo:
Todos inclusos na qualidade"
29/07/90 - DC: "SC no caminho do 1º mundo:
A verdadeira prioridade"

4. Danilo Cunha

13/07/90 - DC: "Santa Catarina rumo ao futuro"
•
(Secretário do Planejamento)

5. Esperidião Amin

13/01/89 - DC: "Florianópolis vale a pena?"
(prefeito de Florianópolis)
27/01/89 - DC: "Safra Turística"
(prefeito de Florianópolis)
23/03/90 - DC: "Florianópolis vale a pena"
13/04/90 - DC: "A missão"
(ex-prefeito de Florianópolis)

6. Moacir Pereira

02/08/91 - EST: "Em defesa da cidade"

7. Paulo da Costa Ramos

17/07/91 - EST: "A Geração berbigão"

14/07/91 - EST: "Derrotando a cidade"

16/07/91 - EST: "Derrotando a cidade II"

08/12/91 - EST: "O povo não gostaram"

05/02/92 - EST: "O Brasil - Pré histórico"

09/02/92 - EST: "Salvem o aterro"

14/02/92 - EST: "O enterro do aterro"(2)

15/02/92 - EST: "O enterro do aterro"(3)

8. Rejane Andrade

08/06/90 - DC: "Barracos invadem a via-expressa"

9. Ricardo L. Hoffmann

09/02/90 - DC: "Recursos Humanos para o turismo"

28/05/90 - DC: "O problema dos sem teto"

04/06/90 - DC: "Os sem teto e o sistema de produção"

20/06/90 - DC: "Fundo de integração"

30/06/90 - DC: "Empresários e consumo"

15/01/92 - DC: "Muda Florianópolis"

Assunto 2: Administração Municipal - Florianópolis/SC

- 03/01/89 - DC: "Beira Mar Continental é prioridade"
29/01/89 - DC: "Amim aposta em obras ousadas"
06/01/90 - DC: "Leis orgânicas avançam em SC"
10/02/90 - DC: "Câmara recebe 23 emendas populares"
08/03/90 - DC: "Lei Orgânica"
09/03/90 - DC: "Lei orgânica debatida por vereadores de SC"
23/03/90 - DC: "264 anos de Florianópolis" (encarte)
02/04/90 - DC: "Bulcão dará prioridades ao Social"
06/04/90 - DC: "Protestos na promulgação da Carta em Florianópolis"
26/04/90 - DC: "Vantagens de ser deputado em SC"
22/06/90 - DC: "Hoje é a vez dos ingleses"
02/07/90 - DC: "Reforma agrária recebe proposta" (Amaury Müller - PDT/RS)
05/07/90 - "Vereadores querem fim ou reavaliação do IPUF/Michel Curi(PDS) e Francisco Ferreira (PMDB) também pediram CPI/ Prefeito deseja saber porque órgão é criticado"
12/07/91 - DC: "Governo recebe Cr\$ 7,8 bilhões"
10/09/91 - DC: "Plano Diretor: Câmara comemora 2 anos sem votar projeto"
01/11/91 - NÓT: "Mudança de capital"
03/01/92 - EST: "A cidade e seu futuro"
14/01/92 - DC: "Prefeitura desapropria terrenos"
02/02/92 - DC: "Uma solução desprezada"
13/02/92 - EST: "Prefeitura está devolvendo os migrantes que chegam à cidade"

Assunto 3: Turismo - Florianópolis/SC

- 15/01/89 - DC: "Conheça qualidade nossas praias"
- 20/01/89 - DC: "Conscientização para o turismo"
- 19/01/92 - DC: "Blumenau, em 10 dias, atrai mais turistas com sua Oktoberfet do que toda a temporada turística de Florianópolis."
- 05/01/90 - DC: "Turistas aplaudem chegada do sol"
- 05/01/90 - DC: "Campeche tem clima tropical e de festa"
- 06/01/90 - DC: "Cidade tem 25 guias de turistas"
- 22/02/90 - DC: "A moda dos condomínios fechados a beira-mar chega a SC"
(Publicidade das empresas BLS e Julio Bogoricin)
- 11/03/90 - DC: "Costão do Santinho" (Publicidade)
- 11/03/90 - DC: "Um verão fora das expectativas"
- 29/04/90 - DC: "Reflexos do turismo pesquisado"
- 16/06/90 - DC: "Rodovias de SC a beira da morte"
- 25/08/91 - EST: "Imagine esta ilha no século XXI"

•

Assunto 4: Saneamento e despoluição - Florianópolis/SC

- 26/07/91 - NOT: "Continente: Casan retoma obras no interceptor de esgostos; Saneamento é precário em SC"
- 10/09/91 - EST: "Floripa terá sistema de esgotos ultra moderno"
- 01/11/91 - NOT: "Sistema de esgoto insular já está causando problema"
- 08/01/92 - DC: "Praias: relatório mostra condições de banho"
- 09/01/92 - DC: "Obras do esgoto devem iniciar dentro de 45 dias"
- 10/01/92 - EST: "Os esgostos de Florianópolis" (Editorial)
- 11/01/92 - DC: "Casan vai cobrar a conta do esgoto"
- 12/01/92 - EST: "Guarda-sol: O futuro de Florianópolis"
- 14/01/92 - DC: "Começam as obras do esgoto da Ilha"
- 15/01/92 - EST: "Esgoto para Canasvieiras"
- 15/01/92 - EST: "Bucão prevê explosão econômica após saneamento"
- 04/02/92 - EST: "Começando pela privada (PCR)"
- 11/02/92 - EST: "Esgoto 1", "Esgoto2" (leitores)

•

Assunto 5: Política Ambiental - Florianópolis/SC

- 15/01/89 - DC: "FATMA vai fechar sede em Chapecó"
- 16/01/89 - DC: Ecologista defende idéias na
constituente"
- 18/01/89 - DC: "Chapecó permanece com a FATMA"
- 26/01/89 - DC: "Técnicos debatem a preservação"
- 15/01/92 - DC: "FATMA aprimora estratégia de Ação"
- 18/01/90 - DC: "Romito afasta Ortiz da direção da
FATMA.
- 20/01/90 - DC: "Gabeira faz apelo a Maldaner"
- 24/01/90 - DC: "FATMA terá titular em 15 dias"
- 09/03/90 - DC: "Forças armadas para proteger
Ambiente"
- 12/03/90 - DC: "Anunciada auditoria na SEDUMA "
- 13/03/90 - DC: "BIRD estuda projeto de recuperação
ambiental"
- 17/03/90 - DC: "Um Catarinense preside o IBAMA"
- 27/03/90 - DC: "IBAMA repassa verbas para SC"
- 27/03/90 - DC: "Zalauf indica nome para a FATMA "
- 31/03/90 - DC: "FATMA forma mais 35 voluntários"
- 02/04/92 - DC: "Ecologia briga por mais espaço"
- 04/04/90 - DC: "Ademar Duwe empossado na SEDUMA "
- 07/04/90 - DC: "Zulauf exonerado do IBAMA Nacional"
- 08/04/90 - DC: "O ativismo ecológico"
(assinado por Segio Luis Bocira)
- 09/05/90 - DC: "Lutzemberger ameaça sair"
- 11/05/90 - DC: "Denunciadas pressões a Lutzemberger"
- 18/05/90 - DC: "Príncipe Charles aplaude Secretário
Lutzemberger"
- 24/05/90 - DC: "Lutzemberger lança livro ecológico"
- 29/05/90 - DC: "SC terá sua Polícia Florestal"
- 04/06/90 - DC: "SC unifica leis do M. Ambiente"
(assinado p/ Marcio Marques Vieira)
- 05/06/90 - DC: "FATMA faz 15 anos com mudança"
- 27/06/90 - DC: Guarda Florestal sofre ameaça de novo
atraso"
- 07/07/90 - DC: "Presidente do IBAMA visita SC"

Assunto 6: Movimento dos Sem-Terra - Florianópolis/SC

- 14/01/90 - DC: "O lugar dos movimentos na Igreja
(assinado por D. Murilo S.R. Krieger,
Bispo Auxiliar de Florianópolis)
- 06/02/90 - DC: "Pistoleiros expulsam sem-terras
(Abelardo Luz/SC)
- 07/02/90 - DC: "Colonos planejam plantar"
(Abelardo Luz/SC)
- 08/02/90 - DC: "Sem-terra acampam em Guaruva"
- 14/02/90 - DC: "Secretário tenta evitar despejo dos
sem-terra" (Chapecó/SC)
- 29/03/90 - DC: "Sem terra divulga congresso"
- 15/05/90 - DC: "Acampados impedidos de colher"
- 02/06/90 - DC: "Famílias ocupam área em Guaruva"
(assinado por Marcos de Oliveira)
- 20/06/90 - DC: "Governo negocia com os sem-terra"
- 07/07/90 - DC: "Acampados denunciam torturas"
- 11/07/90 - DC: "Tortura de agricultores apurada em
sindicância"
- 25/07/90 - DC: "Sem-terras invadem sede do INCRA"
- 26/07/90 - DC: "Governo não negocia com invasores/
Recado foi dado aos 60 sem-terra que
ocuparam a sede regional do INCRA"
- 12/06/91 - NOT: "Comando diz que há terras ociosas no
Estado"
- 16/06/91 - EST: "Colonos organizam nova caminhada de
protesto"
- 27/06/91 - DC: "Agricultores fazem caminhada de luta
pela terra"
- 27/06/91 - JSC: "Caminhada pela terra começa no
próximo dia 2"
- ../07/91 - DC: "Sem terra: Caminhada é exemplo de
Coragem"

Assunto 7: Movimento dos Sem-teto - Florianópolis/SC

28/02/90	-	"O outro lado da praia do Campeche"
16/03/90	- DC:	"Ação de despejo ameaça 65 famílias"
31/07/90	- DC:	"Área da COHAB sofre invasão"
02/07/91	- NOT:	"Terreno invadido por 51 famílias sem-teto"
../07/91	- NOT	"Segundo estimativas faltam 20 milhões de casas"
11/07/91	- DC	"Empresário cede terra a sem-teto"
12/07/91	- JSC:	"Sem teto- vão para Barreiros"
05/07/91	- A NOT:	"COHAB pede na justiça reintegração de posse"
05/07/91	- JSC:	"Não haverá despejo hoje"
../07/91	- ...	"Quatro mil moradias"
03/07/91	-	"Secretaria da habitação procura solução para famílias sem-teto"
01/07/91	- DC:	"Terreno da COHAB sofre invasão"
02/07/91	- DC:	"PM de prontidão no Monte Cristo"
02/07/91	- EST:	"51 famílias invadem área da COHAB no Monte Cristo"
03/07/91	- EST:	"Invasores tem 48 horas para liberar o terreno"
04/07/91	-	"Secretaria da Habitação procura solução para famílias sem-teto"
04/07/91	- EST:	"Prefeitos procuram área para transferir invasores da COHAB"
05/07/91	- NOT:	"Vereador apresena proposta"
07/07/91	- NOT:	"Grande Florianópolis tem deficit de 40 mil moradias"
10/07/91	- NOT:	"Vistoriada área aos sem-teto"
11/07/91	- DC:	"Sem Teto acuas a Caixa"
11/07/91	- DC:	"Sem teto acusa caixa"
11/07/91	- NOT:	"CEF acusada de venda irregular de imóvel"

13/07/91	-	JSC:	"Acampados de Monte Cristo saem em 1 mês"
13/07/91	-		"Sem teto da Coloninha ganham terra"
14/07/91	-	NOT:	"Favelas podem acabar num prazo de 10 anos"
21/07/91	-	FSP:	"Levantamento vai contar os Sem-teto"
25/07/91	-	EST:	"Posseiros do Campeche serão despejados logo"
01/08/91	-	NOT:	"A partir de hoje famílias do Campeche podem ser despejadas"
03/08/91	-	NOT:	"Vianna tenta impedir despejo"
21/08/91	-	NOT:	"Projeto trava-bloco irá construir casas populares"
03/09/91	-	DC:	"Sem-teto ganha área na ressacada"
08/09/91	-	DC:	"O endereço da degradação da capital"
17/09/91	-	NOT:	"Sem-teto: mudança só depende de infra-estrutura básica"
03 e 04/11/91	-	JSC:	"Mais de 100 famílias estão instaladas nas dunas do Campeche"
03 e 04/11/91	-	JSC:	"Favelização atinge praias do interior da Ilha"
03 e 04/11/91	-	JSC:	"Posseiros se recusam a deixar áreas invadidas"
01/01/92	-	DC:	"A migração faz pobreza mostrar seu rosto"
06/02/92	-	JSC:	"Transferência de Sem-teto é problemática"

Assunto 8: Ocupação irregular de Terras de Marinha - Florianópolis/SC

- 06/07/90 - DC: "Fraude envolve áreas que pertencem a união"
- 09/07/90 - DC: "IPUF não responde à Procuradoria/ Órgão declara não ter sido solicitado para apontar outras fraudes na área do Itacorubi"
- 10/07/90 - DC: "Nova fraude imobiliária envolve terreno da união/procuradora da República recebe denúncias sobre irregularidades/IPUF é acionado para informações"
- 12/07/90 - DC: "Mangue passa por investigação/títulos falsos e identificação das zonas de conflitos, além de outras irregularidades, vão ser anotadas hoje pela procuradoria"
- 14/07/90 - DC: "Procuradoria manda apurar fraudes/ inquérito vai investigar a falsificação de títulos de propriedade na área do Mangue"
- 15/07/90 - DC: "Obras da Praia Mole na Justiça"
- 21/07/91 - NOT: "Cresce na Ilha ocupação legal de terras de marinha"
- 22/07/90 - DC: "Federal vai investigar área da União"
- 27/07/90 - DC: "Mangues são investigados pela Polícia Federal"

Assunto 9: Projeto da Via Expressa Sul e Aterro do Saco dos Limões - Florianópolis/SC

- 15/07/90 - DC: "Entenda detalhes da urbanização"
- 30/07/91 - DC: "Bucão Vianna nomeia presidente do IPUF/Via Expressa terá plano alterado"
- 31/07/91 - DC: "Via Expressa Sul em nova etapa"
- 07/08/91 - JSC: "Projeto Via Expressa considerado irregular"
- 24/09/91 - JSC: "Via Expressa sul orçada em 69 mi"
- 01/10/91 - DC: "Via Expressa Sul é debatida na UFSC"
- 14/10/91 - DC: "A solução pela via-expressa"
- 20/10/91 - DC: "Via Expressa Sul vai mudar vida na Capital"

Assunto 10: Habitação Popular-SC

- 12/01/89 - DC: "Joinville constroi casa popular"
13/01/89 - DC: "Lages tem casas em mutirão"
14/01/89 - DC: "Barracos ameaçam desabar"
(Blumenau)
14/01/89 - DC: "Começa construção de casa popular"
(Joinville)
20/01/89 - DC: "Chega ao fim empasse para a ocupação
de conjunto habitacional em Chapecó"
28/01/89 - DC: "Carentes ganham casa e saem de
debaixo da ponte"
(Joinville)
27/01/89 - DC: "Prefeitura entrega hoje 50 casas"
(Joinville)
11/02/90 - DC: "Multirão da habitação"
11/02/90 - DC: "SC busca solução para a PROURB"
25/03/90 - DC: "IBGE prevê 5 milhões de habitantes
para SC"
26/03/90 - DC: "Ano 2.000 exige busca de novas
alternativas"
(Joinville)
27/03/90 - DC: "Bolsões amedrontam Lages".
27/03/90 - DC: "Crescimento estável é alívio para
• Blumenau"
15/04/90 - DC: "Blumenau vende lotes populares"
16/04/90 - DC: "Busca de emprego afeta Joinville"
23/06/90 - DC: "Êxodo Rural"

TABELA I

EXTENSAO DOS MANGUEZAIS E DUNAS DA ILHA DE SANTA CATARINA		
	LOCALIDADE	EXTENSAO (KM2)
MANGUEZAIS	RIO TAVARES	8,22
	RIO ITACORUBI	1,58
	SACO GRANDE	0,93
	RIO RATONES	6,25
	TAPERA	0,48
	TOTAL I	17,38
	DUNAS	ARMA DO PANTANO DO SUL
CAMPECHE		1,22
LAGOA DA CONCEICAO/JOAQUINA		5,79
INGLESES/SANTINHO		4,44
TOTAL II		11,51
TOTAL I + II		28,81

FONTE: NASCIMENTO e HALF, 1988

TABELA II

MACROZONEAMENTO DO MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS			
CATEGORIA	SIGLA	SUPERFICIE	
		KM2	%
AREA URBANIZAVEL 1	AU1	34,55	7,65
AREA URBANIZAVEL 2	AU2	48,83	10,80
AREA DE SANEAMENTO	ASE	2,41	0,54
AREA MISTA RURAL	AMR	1,24	0,28
PRESERVACAO COM USO LIMITADO	APL	57,32	12,68
AREA DE PRESERVACAO PERMANENTE	APP	229,29	50,72
AREA DE EXPLORACAO RURAL	AER	78,36	17,33
TOTAL 1	AT	452,00	100,00

•

FORTE: Instituto de Planejamento Urbano de Florianopolis, 1985

TABELA III

EVOLUCAO DE DESPEJOS DE RESIDUOS HUMANOS NAS BAIAS DE FLORIANOPOLIS						
ANO	POPULACAO DO MUNICIPIO (1) (UNIDADES)	SITUACAO DO SISTEMA PUBLICO			DESPEJOS NAS DUAS BAIAS	
		POPULACAO QUE UTILIZA A REDE PUBLICA DE ESGOTOS (2) (em %)	O TRATAMENTO ESTAVA EM OPERACAO? (3)		POPULACAO COM DESPEJOS CLANDESTINOS (4) (em %)	TOTAL DE POPULACAO QUE EFETUA DESPEJOS NAS DUAS BAIAS (5) (em %)
			SIM	NAO		
1920	41.338 (*)	23,50	X		40,00	40,00
1940	46.753 (*)	24,80	X		38,00	38,00
1950	67.630 (*)	21,60		X	37,00	58,60
1960	98.520 (*)	28,40		X	35,90 (*)	56,30
1970	143.417 (*)	24,00		X	13,70	37,70
1980	187.871 (*)	32,70		X	6,80	39,50

OBS: (*) valores referentes aos dados oficiais do IBGE;

(2) dados referentes aos calculados no quadro geral da evolucao de servicos de esgotos de Florianopolis; •

(3) a estacao de depuracao funcionou de 1916 a 1949;

(5) e' igual a (4) quando (3) for sim; e' igual a (2) + (4) quando (3) for nao

FONTE: IBGE e CASAN, citado por SANTOS, Dalton dos; Sistemas de Esgoto em Florianopolis, 1989.

TABELA IV

EVOLUCAO DA EXTENSAO DA REDE DE ESGOTOS DE 1928 a 1988	
ANO	EXTENSAO (METROS)
1928	33.850
1940	37.850
1950	41.700
1960	46.250
1970	51.100
1980	70.000
1988	108.135

FONTE: SANTOS, Dalton dos; Sistema de Esgoto em Florianopolis 1989. pag. 284

(Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Engenharia Sanitaria da Universidade Federal de Santa

TABELA U

POPULACAO NAO SERVIDA PELA REDE DE ESGOTOS DE 1928 A 1988 EM FLORIANOPOLIS	
ANO	POPULACAO NAO SERVIDA PELA REDE (UNIDADES)
1928	31.623
1948	35.158
1958	53.821
1968	78.421
1978	188.994
1980	126.437
1988	118.358

FONTE: SANTOS, Dalton dos; Sistema de Esgoto em Florianopolis
1989, pag. 284

(Tese de Mestrado apresentada do Departamento de Engenharia Sanitaria da Universidade Federal de Santa Catarina)

TABELA VI

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL VEGETATIVO DA AREA CONURBADA - MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS	
LOCALIDADE	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO VEGETATIVO
BIGUACU	2,55
FLORIANOPOLIS	2,37
PALHOCA	3,86
SAO JOSE	4,29
AREA CONURBADA	2,83

FONTE: IBGE

TABELA VII - A

SITUAÇÃO DAS FAVELAS DE FLORIANÓPOLIS/1989 - ILHA					
COMUNIDADE	No. FAMILIAS	FORMA(S) DE ORGANIZAÇÃO	PROPRIETARIOS	PROCEDENCIA(S) PRINCIPAL(IS)	TEMPO DE EXISTENCIA
AREA DO FORTE	70	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	EXERCITO	INTERIOR DA ILHA	(NATIVOS)
AREIAS DO CAMPECHE (**)	67	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	MARINHA E PARTICULARES	RIO GRANDE DO SUL	12 ANOS
JOSE BOITEUX	70	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E CRECHE	MORADORES	LAGES, URUBICI, JOACABA E IMBITUBA	40 ANOS
MORRO DO CAJU	80	NAO TEM	FAMILIA BARCELOS	ILHA (part/rib.) E LAGES	(*)
MORRO DO CEU	30	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E CRECHE	MORADORES	ILHA E LAGES	30 ANOS
MORRO DO CHAPECO	(*)	NAO TEM	EDEL, PREFEITURA E OUTROS	LAGES	30 ANOS
MORRO DO HORACIO (**)	600	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	(*)	LAGES E CURITIBANOS	15 ANOS
MORRO DA MARIQUINHA (**)	120	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E CRECHE	COHAB E HOSP. CARIDADE	LAGES	15 ANOS
MORRO DO MOCOTO	500	ASSOC. MORAD. CRECHE CASA DO MENOR	PODER PUBLICO	ILHA, LAGES, CHAPECO, SP, E RJ	80 ANOS
MORRO DA QUEIMADA	(*)	NAO TEM	MORADORES	LAGES	20 ANOS
MONT SERRAT	300	ESCOLA, CRECHE CEBEM, ASSOC. DE PRODUÇÃO/ ABASTECIMENTO E CONSELHO COMUNITARIO	MORADORES E OUTROS PARTICULARES	ANTONIO CARLOS	(*)
RETA DA ARMACAO (**)	20	(*)	MARINHA E PODER PUBLICO	RIO GRANDE DO SUL	2 A 5 ANOS
SANTA ROSA	50	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	MARINHA	LAGES	(*)
SERRINHA (**)	70	ASSOC. MORAD. CRECHE ESCOLA	COTEL E JOAO CAMPECHE	LAGES, CHAPECO, CURITIBANOS, CAMPO BELO	10 A 15 ANOS

FONTE: CAPROM/UFSC, 1989

TABELA VII - B

SITUAÇÃO DAS FAVELAS DE FLORIANÓPOLIS/1989 - ESTREITO					
COMUNIDADE	No. FAMILIAS	FORMA(S) DE ORGANIZAÇÃO	PROPRIETARIOS	PROCEDENCIA(S) PRINCIPAL(IS)	TEMPO DE EXISTENCIA
FLAMENGO	100	2 CRECHES	CODEC E MORADORES	GAROPABA E IMBITUBA	25 ANOS
JARDIM BOTANICO	88	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	COHAB	LAGES, CURITIBANOS, CHAPECO S.M. do OESTE	(*)
JARDIM ILHA-CONTINENTE (**)	120	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	PARTICULARES E PODER PUBLICO	LAGES, CHAPECO RIO DO SUL, INTERIOR ILHA	2 A 6 ANOS
PASTO DO GADO (**)	42	COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO	COHAB	LAGES E INTERIOR ILHA	2 A 5 ANOS
PROCASA	70	CONSELHO CRECHE E ESCOLA	PODER PUBLICO	LAGES	(*)
SANTA TEREZINHA (**)	57	COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO	COHAB	LAGES	1 A 3 ANOS
VIA EXPRESSA (**)	163	em formação (grupos lutando pela permanência ou permuta)	DNER E CELESC	LAGES, RIO DO SUL, PARANA, ANITA GARIBALDI e boias frias	(*)
VILA APARECIDA	600	ASSOCIAÇÃO, GRUPOS DE CONCIÊNCIAÇÃO, CRECHE E "ALFA-GENTE"	COHAB, CASSOL E OUTROS PRIVADOS	RIO DE JANEIRO MINAS GERAIS E LAGES	(*)
VILA NOVA ESPERANCA (***)	18	SOCIEDADE HABITACIONAL	PARTICULARES	LAGES, CHAPECO, ANITA GARIBALDI	MENOS DE 1 ANO

FONTE: CAPROM - Situação das favelas de Florianópolis, Ilha e Estreito.

Grupo de Estudo - Arquitetura - UFSC - Fevereiro, 1989, 5 Fls. Manuscritas c/ Paginação

OBS: (*) Dados que não constam na fonte

(**) Áreas ameaçadas de despejo em 1989.

Fonte: Proposta apresentadora ao Prefeito Municipal de Florianópolis referente as áreas ameaçadas de despejo (abaixo assinado), 07/04/89, 2 pags. e assinaturas

TABELA VIII

ORÇAMENTO 1992 - PROGRAMAS DE HABITACAO POPULAR					
PROGRAMA PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: EXERCICIOS 1992, 1993, 1994 (40%, 30%, 20%)					
PROGRAMA	COMUNIDADE	No. FAMILIAS A SEREM ATENDIDAS	CUSTOS DO PROJETO	CUSTOS DAS OBRAS	CUSTOS UNITARIOS
			US	US	US/FAM
1. Lotes Urbanizados	Para varias comunidades	200.00			
Sub Total		200.00	10000.00	500000.00	2500.00
2. Habitacao em Lotes Urbanizados	Morro da Caixa	100.00			
	Morro do Mocoto	50.00			
	Morro da Penitenciaria	20.00			
	Serrinha	30.00			
	Ilha-Continente	50.00			
	Santa Terezinha I	80.00			
	Vila Aparecida	120.00			
	Monsenhor Topp	10.00			
	Jose Boiteux	20.00			
	Saco Grande II	20.00			
Sub Total		500.00	30000.00	1500000.00	3000.00
3. Infraestrutura Urbana	Nova Esperanca	50.00			
	Serrinha	60.00			
	Ilha-Continente	144.00			
	Outras	246.00			
Sub Total		500.00	17500.00	875000.00	1750.00
4. Melhorias Habitacionais	Morro do Ceu	15.00			
	Jose Boiteux	20.00			
	Monsenhor Topp	25.00			
	Agronomica	30.00			
	Servidao Catarina	20.00			
	Morro da Queimada	20.00			
	Morro da Caixa	50.00			
	Morro do Mocoto	20.00			
	Morro da Penitenciaria	40.00			
	Serrinha	20.00			
	Ilha-Continente	20.00			
	Morro do Horacio	50.00			
	Mont Serrat	50.00			
	Morro da Mariquinha	40.00			
	Saco Grande II	20.00			
	Vila Aparecida	60.00			
Sub Total		500.00	10000.00	500000.00	
5. Conjuntos Habitacionais	Via Expressa	850.00			
	Santa Rosa	120.00			
	Ponta do Leal	40.00			
	Areias do Campeche	90.00			
	Funcionarios PMF	400.00			
Sub Total		1500.00	16500.00	8250000.00	5500.00
6. Regularizacao Lotes Habitacoes	Varias Comunidades	2200.00			
Sub Total		2200.00			
TOTAL GERAL		5400.00	232500.00	11525000.00	

FORTE: IPUF, 1991

TABELA X

EVOLUCAO POPULACIONAL DE 5 COMUNIDADES DE BAIXA RENDA DO MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS COM MAIS DE 10 ANOS DE EXISTENCIA ENTRE 1989 e 1991				
COMUNIDADE	No. DE FAMILIAS		ACRESCIMO POPULACIONAL	
	1989	1990	em numero de familias	em %
JARDIM ILHA - CONTINENTE	120	139	19	15
PASTO DO GADO	42	538 (*)	496	1.180
SANTA TEREZINHA	57	157 (**)	100	175
VIA EXPRESSA	163	850	687	421
VILA NOVA ESPERANCA	10	46	36	360

OBS: (*) A regio do Pasto do Gaso ja abriga em 1990 3 comunidades distintas:

- Chico Mendes: 404 habitantes
- Novo Horizonte: 102 habitantes
- Nova Uniao: 32 habitantes

O valor da tabela e' referente a soma destes tres

(**) A comunidade Santa Terezinha em 1990 apresenta-se dividida em parte velha (Santa Terezinha) e parte nova (Santa Terezinha II)

O valor da tabela e' resultado da soma da populacao de ambas

FONTE: CAPROM (1989) e IPUF (1991)

TABELA XI

EVOLUCAO POPULACIONAL DE 5 COMUNIDADES DE BAIXA RENDA DO MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS COM MAIS DE 10 ANOS DE EXISTENCIA ENTRE 1989 e 1990				
COMUNIDADE	No. DE FAMILIAS		ACRESCIMO POPULACIONAL	
	1989	1991	em numero de familias	em %
AREIAS DO CAMPECHE	67	102	35	52
FLAMENGO	100	100	0	0
JOSE BOITEAUX	70	350	280	400
MORRO DO CEU	30	100	70	233
MORRO DO HORACIO	600	700	100	16
MORRO DA MARIQUINHA	120	300	180	150
MORRO DO MOCOTO	500	850	350	70
MONT SERRAT	300	700	400	133
SANTA ROSA	50	121	71	142
SERRINHA	70	310	240	142

FONTE: CAPROM (1989) e IPUF (1991)

TABELA XII

EVOLUCAO DE FLORIANOPOLIS DE 1940 A 1980					
ANOS	POPULACAO DE FLORIANOPOLIS				
	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1940	29.700	63,5	17.053	36,5	46.753
1950	51.115	75,5	16.515	24,5	67.630
1960	79.870	81,0	18.670	19,0	98.520
1970	125.841	87,7	17.373	12,3	143.414
1980	161.773	86,1	26.098	13,9	187.871

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

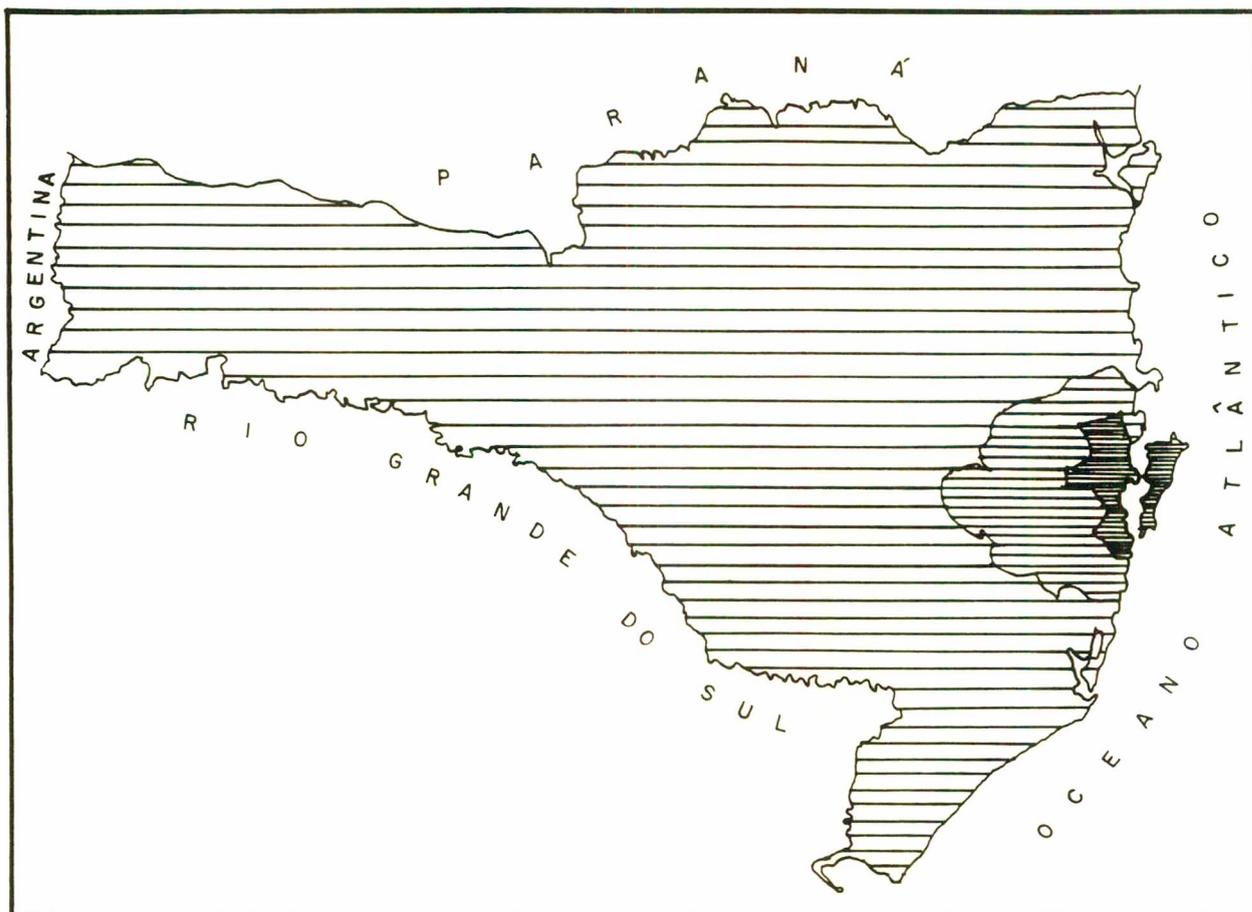


FIGURA1- ESTADO DE SANTA CATARINA: REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANOPOLIS E ÁREA CONURBADA (propostas)

-  ESTADO DE SANTA CATARINA
-  REGIÃO METROPOLITANA
-  ÁREA CONURBADA

ESC GRÁFICA
50 0 100km



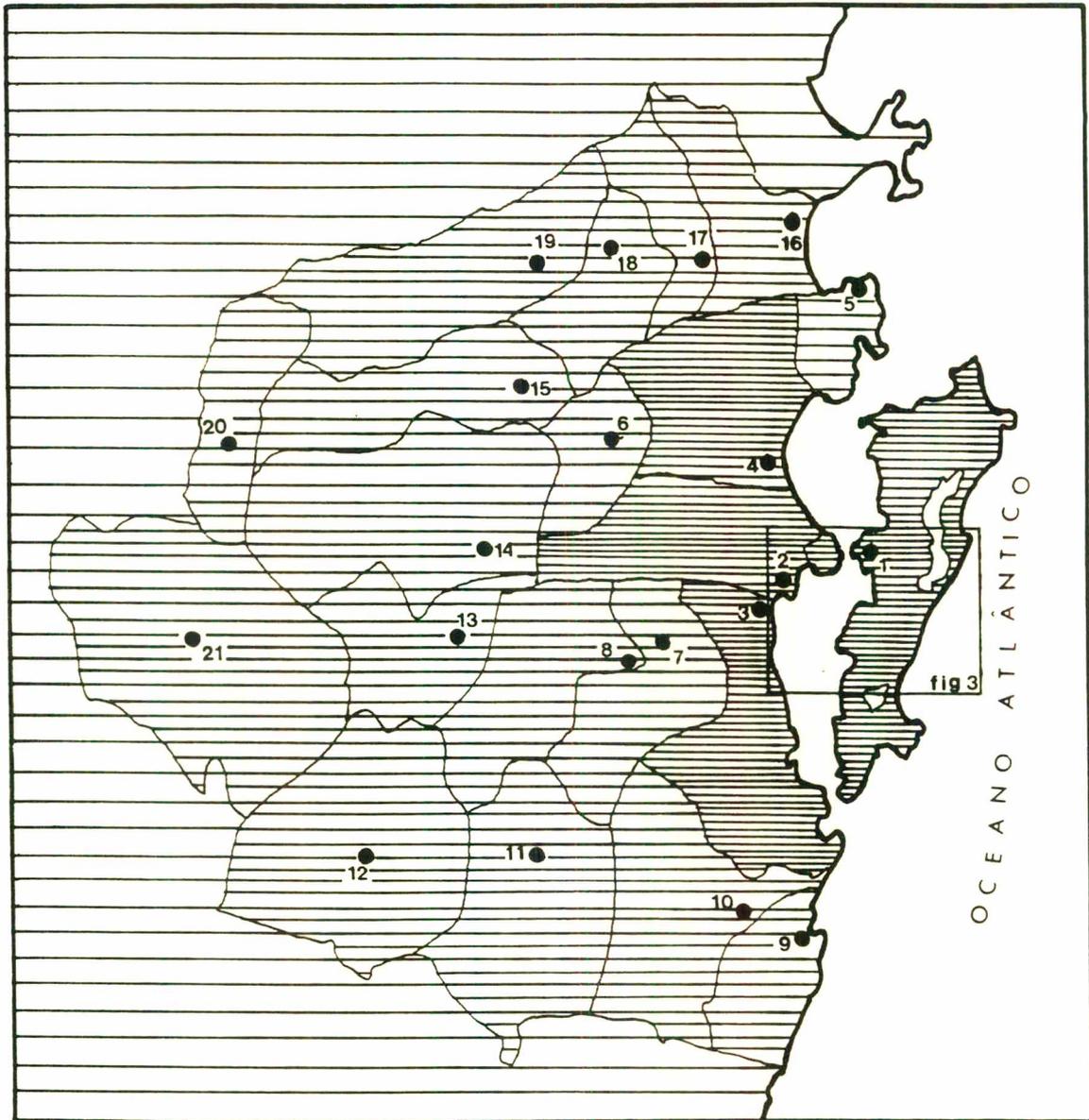


FIGURA 2 - REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E ÁREA CONURBADA:



ESTADO DE SANTA CATARINA
 REGIÃO METROPOLITANA
 ÁREA CONURBADA

ESC. GRÁFICA

0 10 20 30 40 km



LEGENDA

- | | | | |
|--------------------|----------------------|--------------------|-------------------|
| 1 FLORIANÓPOLIS | 7 STO. AMARO IMPERTZ | 13 RANCHO QUEIMADO | 19 NOVA TRENTO |
| 2 SÃO JOSÉ | 8 AGUAS MORNAS | 14 ANGELINA | 20 LEOBERTO LEAL |
| 3 PALHÓÇA | 9 GAROPABA | 15 M. GERCINO | 21 ALFREDO WAGNER |
| 4 BIGUAÇU | 10 PAULO LOPES | 16 TIJUCAS | |
| 5 GOV. CELSO RAMOS | 11 JOSÉ BONIFÁCIO | 17 CANELINHA | |
| 6 ANTÔNIO CARLOS | 12 ANITÁPOLIS | 18 S. JOÃO BATISTA | |

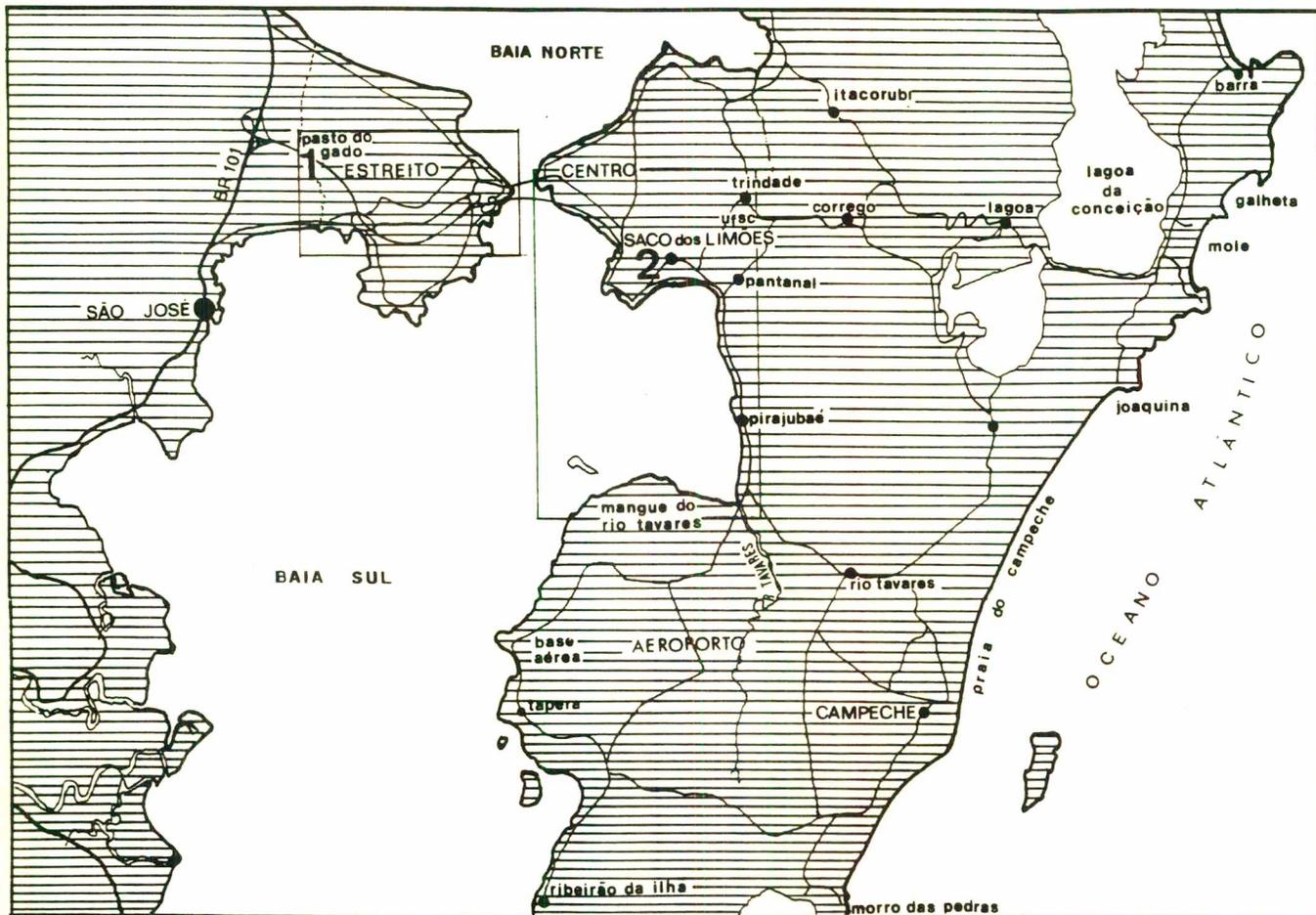
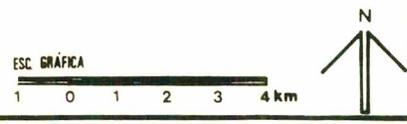


FIGURA 3- LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

- 1 ESTUDO DE CASO Nº1: PASTO DO GADO
- 2 ESTUDO DE CASO Nº2: SACO DOS LIMÕES





LEGENDA:
 PTE 1 - PONTE HERCILIO LUZ
 PTE 2 - PONTE GOV COLOMBO MACHADO SALES
 PTE 3 - PONTE GOV PEDRO IVO CAMPOS

OBS - em 1986 parte da BR282 ja existia, mas não no registro de no cadastro

TITULO
PASTO DO GADO : EVOLUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO EM
DIREÇÃO À ÁREA : ANO DE 1986

FONTE
 PLANTA DE REF CADRASTRAL DE FPOIS - IPUF (de 1977 atualizada p/ 1986)
 DATA
 fev 92



Baia Norte

Baia Sul

Baia Norte

Baia Sul



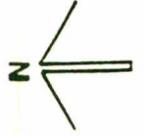
TÍTULO

PASTO DO GADO : EVOLUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO EM DIREÇÃO À ÁREA : ANO DE 1991

FONTE PLANTA DE LOGRADOUROS(DISTRITO SEDE)- IPUF e CROQUIS-CAPROM

DATA ESCALA FIGURA Nº

fev 92 0 100 200 300 400 7



LEGENDA :

- PTE 1 - PONTE HERCILIO LUZ
- PTE 2 - PONTE GOV COLOMBO MACHADO SALES
- PTE 3 - PONTE GOV PEDRO IVO CAMPOS



LEGENDA :

TÍTULO
PASTO DO GADO : CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR DA
CIA. HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PROJETO)

FONTE
COHAB-SC
 DATA
fev. 92

ESCALA
1:1.000

FIGURA Nº
9



LEGENDA:
PTE 1 - PONTE HERCILIO LUZ
PTE 2 - PONTE GOV COLOMBO MACHADO SALES
PTE 3 - PONTE GOV PEDRO IVO CAMPOS

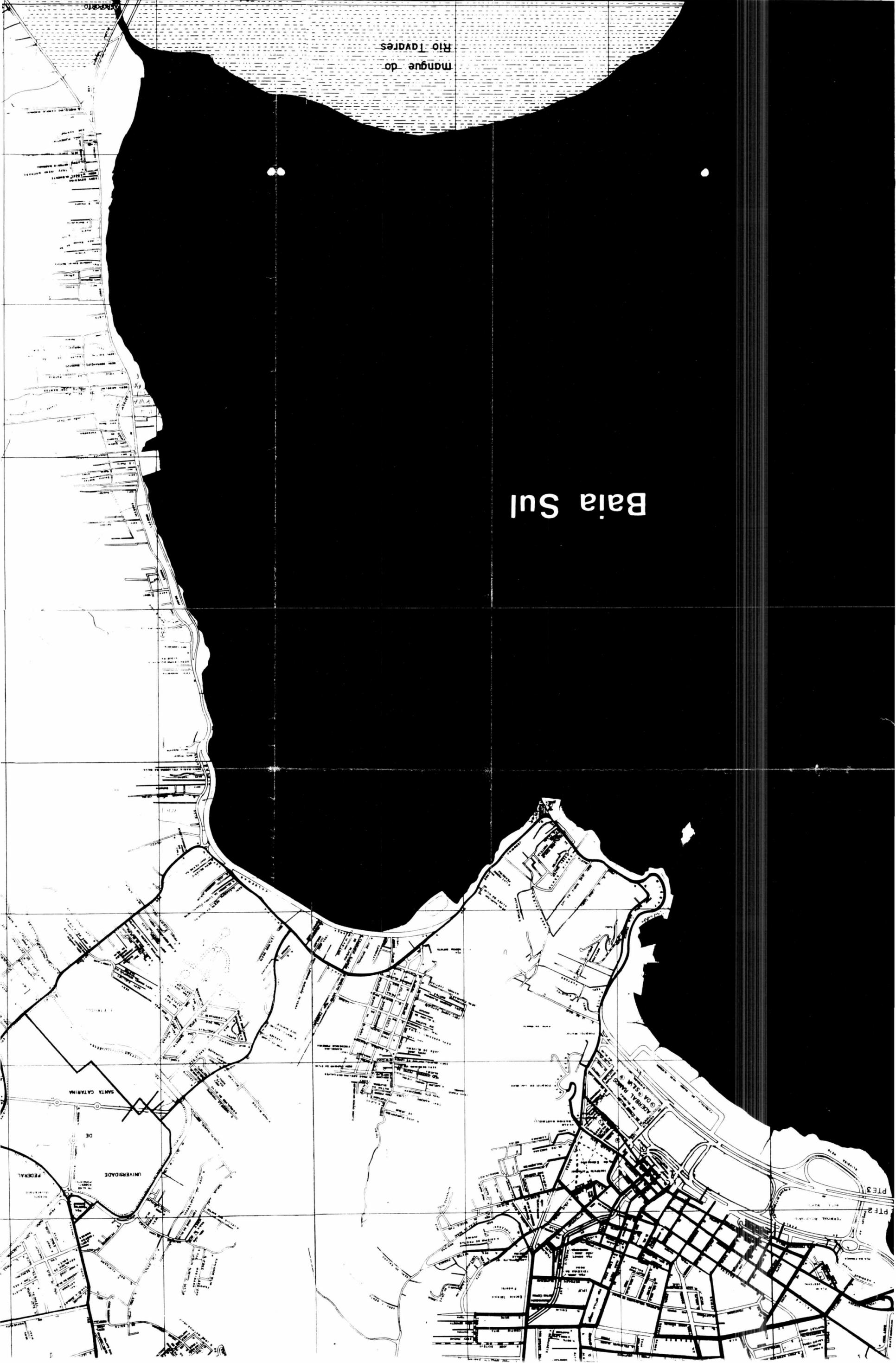
TÍTULO
SACO dos LIMÕES : EVOLUÇÃO DO SIST
DIREÇÃO À ÁREA : ANO DE 1938

FONTE
FOTOS DO LITORAL DE STA CATARINA - EMPRESA CRUZEIRO

ESCALA GRÁFICA:
0 100 500m

DATA
fev 92

FIGURA N.
10





Baía Sul

mangue do
Rio Tavares

LEGENDA:

- PTE 1 - PONTE HERCÍLIO LUZ
- PTE 2 - PONTE GOV. COLOMBO MACHADO SALES
- PTE 3 - PONTE GOV. PEDRO IVO CAMPOS

TÍTULO

SACO dos LIMÕES: EVOLUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO EM DIREÇÃO À ÁREA : ANO DE 1938

FONTE

FOTOS DO LITORAL DE STA. CATARINA - EMPRESA CRUZEIRO

DATA

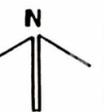
fev 92

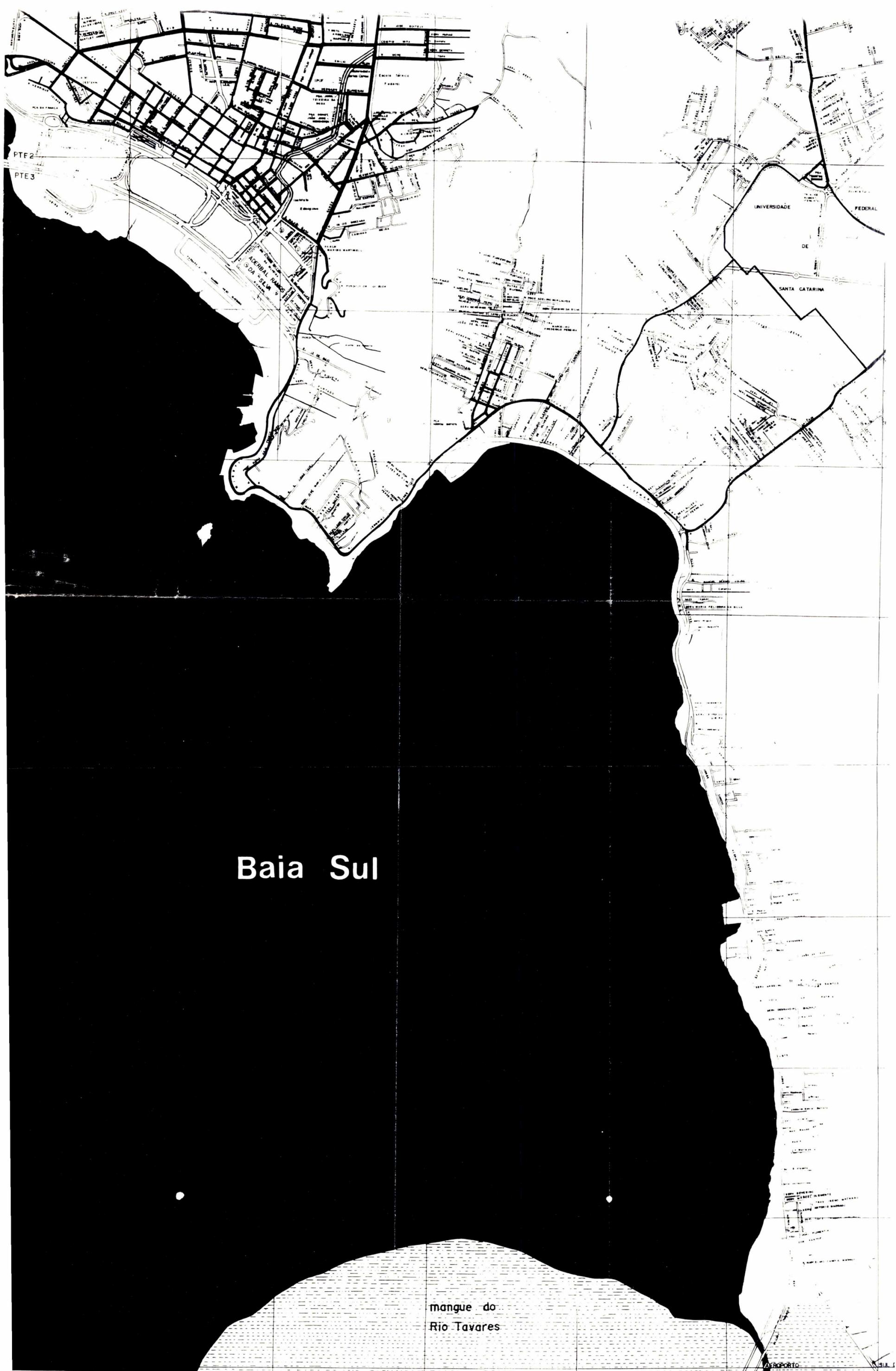
ESCALA GRÁFICA:

100 0 500m

FIGURA Nº

10





Baia Sul

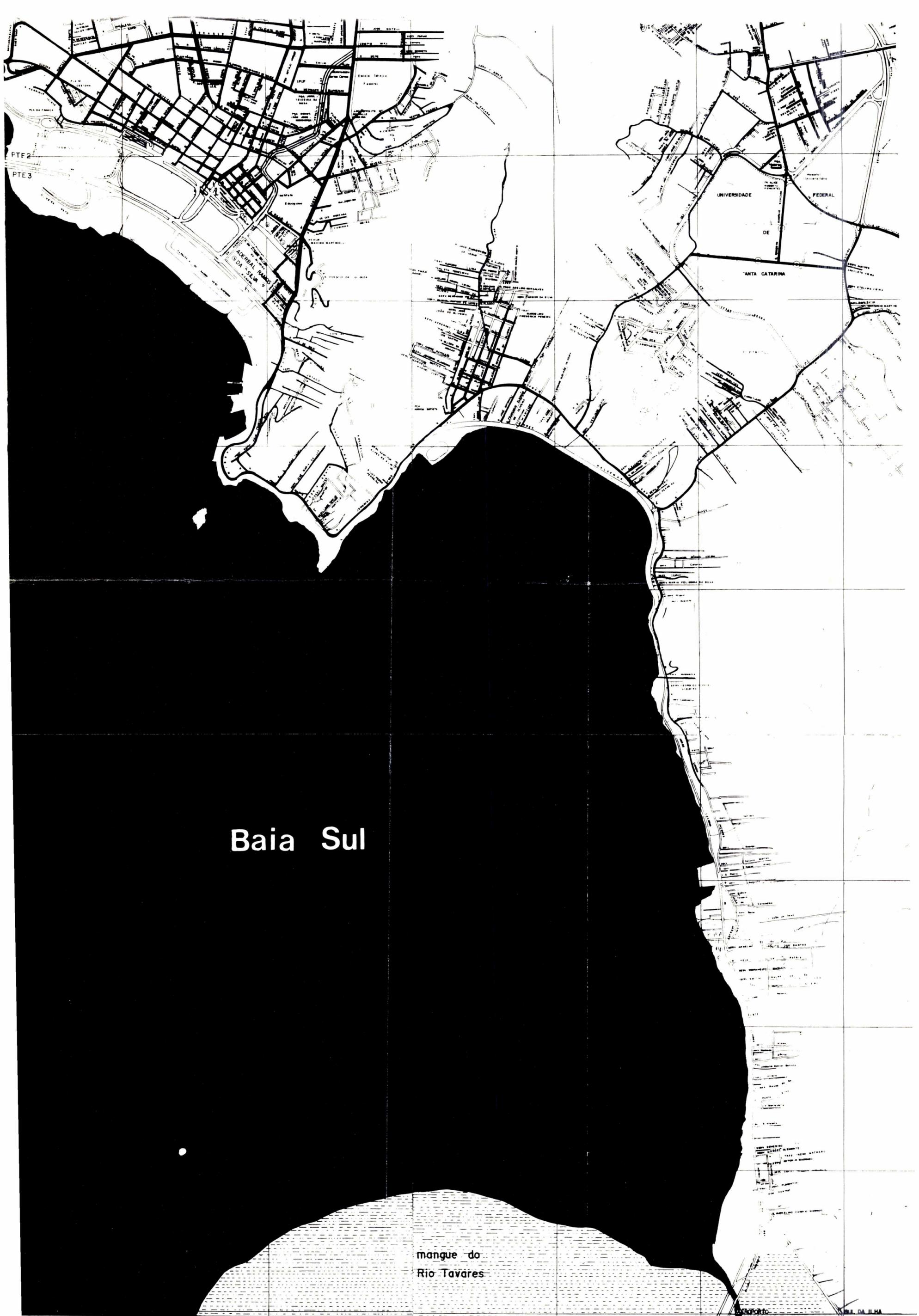
mangue do Rio Tavares

LEGENDA :
 PTE 1- PONTE HERCILIO LUZ
 PTE 2- PONTE GOV COLOMBO MACHADO SALES
 PTE 3- PONTE GOV PEDRO IVO CAMPOS

TÍTULO
SACO dos LIMÕES : EVOLUÇÃO DO SISTEM
DIREÇÃO À ÁREA : ANO DE 1944

FONTE
 PLANTA CADASTRAL DE FPOLIS-GOV NEREU RAMOS- ETUC

DATA ESCALA GRÁFICA FIGURA Nº
 fev 92 100 0 500m 11



Baia Sul

mangue do
Rio Tavares

LEGENDA:
 PTE 1- PONTE HERCILIO LUZ
 PTE 2- PONTE GOV COLOMBO MACHADO SALES
 PTE 3- PONTE GOV PEDRO IVO CAMPOS

TÍTULO
SACO dos LIMÕES: EVOLUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO
 DIREÇÃO À ÁREA : ANO DE 1969

FONTE
 PLANTA CADASTRAL DE FPOLIS-BASE-LEVANTAMENTO AEROFOTO

DATA ESCALA GRÁFICA: FIGURA Nº
 fev 92 100 0 500m 12



Baía Sul

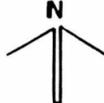
mangue do Rio Tavares

LEGENDA :
 PTE 1 - PONTE HERCILIO LUZ
 PTE 2 - PONTE GOV COLOMBO MACHADO SALES
 PTE 3 - PONTE GOV PEDRO IVO CAMPOS

TÍTULO
SACO dos LIMÕES: EVOLUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO EM DIREÇÃO À ÁREA : ANO DE 1986

FONTE
 PLANTA DE REF CADASTRAL DE FPOLIS 1977 ATUALIZADA P/ 1986 (IPUF)
 DATA
 ESCALA GRÁFICA
 fev 92 100 0 500m

FIGURA Nº
13





Baia Sul

IDA:
 PREDOMINANTE PARA HOTELARIA
 ESTRUTURAS URBANAS - USO MISTO
 LIVRE DESDE QUE NÃO CONFLITANTE
 IA DE TORRES DE USO RESIDENCIAL PREDOM.
 VEL CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

LEGENDA:
 [Diagonal Hatching] ÁREAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO
 [Cross-hatching] ÁREAS DE USO INSTITUCIONAL DESTINADAS AO GOVERNO DO ESTADO
 PTE 1 - PONTE HERCÍLIO LUZ
 PTE 2 - PONTE GOV. COLOMBO MACHADO SALES
 PTE 3 - PONTE GOV. PEDRO IVO CAMPOS

TÍTULO
SACO dos LIMÕES: PROJETO DE TRATAMENTO ESPACIAL DO ATERRO, VINCULADO A VIA EXPRESSA SUL-NEC.

FONTE
 PROJETO DE TRATAMENTO ESPACIAL DO ATERRO - NEC, PLANTA 1

DATA
 mai 92

ESCALA GRÁFICA
 100 0 500m

FIGURANº
 14

N



FOTO Nº1 - SACO DOS LIMÕES : vista parcial da baía em direção ao sul.



FOTO Nº2 - SACO DOS LIMÕES : vista parcial da baía em direção ao Morro da Cruz.



FOTO Nº3 - SACO DOS LIMÕES: muro de arrimo que sustenta o leito da via a beira-mar.



FOTO Nº4 - SACO DOS LIMÕES: abrigos de barcos à margem da via.



FOTO Nº5 - SACO DOS LIMÕES: aterro existente na Costeira do Pirajubaé.



FOTO Nº6 - SACO DOS LIMÕES: ENCHENTE no RIO TAVARES.



FOTO Nº7 - PASTO DO GADO : Crianças da Comunidade Nova Esperança.



FOTO Nº8 - PASTO DO GADO : Policiamento na Comunidade Nova Esperança



FOTO Nº 9 – PASTO DO GADO: Comunidade Novo Horizonte logo depois da ocupação.



FOTO Nº10- PASTO DO GADO: Comunidade Novo Horizonte em maio de 1991



FOTO Nº 11 - PASTO DO GADO: Comunidade Nova União, à margem da BR 282



FOTO Nº 12 - PASTO DO GADO: Comunidade Chico Mendes, com Conjunto Residencial Panorama à direita.